



**Demonstrações Contábeis Consolidadas do
Conglomerado Prudencial Preparadas de Acordo com
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil**

Banco Santander (Brasil) S.A.

30 de Junho de 2016

ÍNDICE	Pág.
Relatório dos Auditores Independentes.....	1
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial	
Balancos Patrimoniais.....	5
Demonstração dos Resultados.....	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	11
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial	
Nota 1 . Contexto Operacional.....	12
Nota 2 . Apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial.....	12
Nota 3 . Principais Práticas Contábeis.....	13
Nota 4 . Caixa e Equivalentes de Caixa.....	18
Nota 5 . Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	19
Nota 6 . Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	19
Nota 7 . Relações Interfinanceiras.....	31
Nota 8 . Carteira de Créditos e Provisão para Perdas.....	31
Nota 9 . Carteira de Câmbio.....	34
Nota 10 . Negociação e Intermediação de Valores.....	35
Nota 11 . Créditos Tributários.....	35
Nota 12 . Outros Créditos - Diversos.....	37
Nota 13 . Informações da Dependência e da Subsidiária no Exterior.....	37
Nota 14 . Participações em Coligadas e Controladas.....	39
Nota 15 . Imobilizado de Uso e Imobilizado de Arrendamento.....	40
Nota 16 . Intangível.....	40
Nota 17 . Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	41
Nota 18 . Fiscais e Previdenciárias.....	43
Nota 19 . Dívidas Subordinadas.....	44
Nota 20 . Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.....	45
Nota 21 . Outras Obrigações - Diversas.....	45
Nota 22 . Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias.....	46
Nota 23 . Patrimônio Líquido.....	50
Nota 24 . Limites Operacionais.....	51
Nota 25 . Partes Relacionadas.....	52
Nota 26 . Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias.....	56
Nota 27 . Despesas de Pessoal.....	56
Nota 28 . Outras Despesas Administrativas.....	57
Nota 29 . Despesas Tributárias.....	57
Nota 30 . Outras Receitas Operacionais.....	57
Nota 31 . Outras Despesas Operacionais.....	58
Nota 32 . Resultado não Operacional.....	58
Nota 33 . Imposto de Renda e Contribuição Social.....	58
Nota 34 . Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego.....	59
Nota 35 . Estrutura de Gerenciamento de Risco.....	67
Nota 36 . Reestruturações Societárias.....	74
Nota 37 . Outras Informações.....	75

Banco Santander (Brasil)

S.A.

**Relatório dos auditores independentes sobre as
demonstrações financeiras consolidadas do
conglomerado prudencial em
30 de junho de 2016
e relatório dos auditores independentes**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

Aos Administradores
Banco Santander (Brasil) S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco ou Prudencial"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do conglomerado prudencial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil ("BACEN"), descritos na Nota 2.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas Notas 2 e 3, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, preparadas pela administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 – Considerações Especiais – Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração



Banco Santander (Brasil) S.A.

e a adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do conglomerado prudencial do Banco Santander (Brasil) S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota 2.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota explicativa 2, que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução n.º 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

O Banco elaborou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, datado de 26 de julho de 2016.



Banco Santander (Brasil) S.A.

Auditoria das cifras comparativas

As demonstrações financeiras consolidadas mencionadas no primeiro parágrafo incluem, para fins de comparação, informações contábeis correspondentes ao balanço patrimonial consolidado do conglomerado prudencial em 30 de junho de 2015, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do semestre findo nessa data, obtidas das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial daquele semestre. O exame das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do semestre findo em 30 de junho de 2015 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 26 de agosto de 2015, sem ressalvas.

São Paulo, 26 de julho de 2016

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'PricewaterhouseCoopers', is written over the printed name of the firm.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Edison Arisa Pereira', is written over the printed name of the auditor.

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	30/06/2016	30/06/2015
Ativo Circulante		413.140.795	365.964.161
Disponibilidades	4	5.206.724	5.522.497
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	64.058.670	56.758.359
Aplicações no Mercado Aberto		47.278.951	32.451.542
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		2.297.503	2.177.879
Aplicações em Moedas Estrangeiras		14.482.216	22.128.938
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos			
Financeiros Derivativos	6	65.812.135	54.172.316
Carteira Própria		18.653.226	11.548.633
Vinculados a Compromissos de Recompra		30.603.132	35.706.769
Instrumentos Financeiros Derivativos		14.611.348	5.870.387
Vinculados ao Banco Central		430.423	512.835
Moedas de Privatização		863	451
Vinculados à Prestação de Garantias		1.513.143	533.241
Relações Interfinanceiras	7	61.309.703	34.521.604
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		1.787.281	1.782.228
Créditos Vinculados:		59.499.639	32.688.291
Depósitos no Banco Central		59.499.494	32.687.100
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		145	1.191
Correspondentes		22.783	51.085
Operações de Crédito	8	90.649.165	108.162.890
Setor Público		6.401	49.639
Setor Privado		94.589.938	111.491.435
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão		-	2.079
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação			
Duvidosa)	8.f	(3.947.174)	(3.380.263)
Operações de Arrendamento Mercantil	8	(22.476)	(16.442)
Arrendamentos a Receber:		1.149.397	1.216.182
Setor Público		-	493
Setor Privado		1.149.397	1.215.689
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)		(1.148.595)	(1.204.027)
(Provisão para Créditos de Arrendamento			
Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	(23.278)	(28.597)
Outros Créditos		124.734.087	105.535.421
Créditos por Avais e Fianças Honrados		1.409	1.005
Carteira de Câmbio	9	73.840.799	59.984.057
Rendas a Receber		749.272	614.951
Negociação e Intermediação de Valores	10	4.714.352	2.009.650
Créditos Tributários	11	7.458.300	7.045.356
Diversos	12	38.306.578	36.187.775
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação			
Duvidosa)	8.f	(336.623)	(307.373)
Outros Valores e Bens		1.392.787	1.307.516
Outros Valores e Bens		747.243	649.463
(Provisões para Desvalorizações)		(86.685)	(51.626)
Despesas Antecipadas		732.229	709.679

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	30/06/2016	30/06/2015
Ativo Realizável a Longo Prazo		221.601.327	217.679.503
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	148.918	111.342
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		148.918	111.342
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos			
Financeiros Derivativos	6	80.344.197	87.832.747
Carteira Própria		17.355.607	25.987.279
Vinculados a Compromissos de Recompra		41.363.441	34.824.037
Instrumentos Financeiros Derivativos		8.747.886	7.165.995
Vinculados ao Banco Central		4.001.430	9.477.943
Moedas de Privatização		2.197	2.574
Vinculados à Prestação de Garantias		8.873.636	10.374.919
Relações Interfinanceiras	7	167.818	167.818
Créditos Vinculados:		167.818	167.818
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		167.818	167.818
Operações de Crédito	8	100.602.530	94.508.490
Setor Público		91.437	77.885
Setor Privado		112.140.977	105.495.804
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão		161.760	117
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.f	(11.791.644)	(11.065.316)
Operações de Arrendamento Mercantil	8	(14.176)	(23.354)
Arrendamentos a Receber:		1.175.561	1.226.482
Setor Privado		1.175.561	1.226.482
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)		(1.155.358)	(1.208.160)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	(34.379)	(41.676)
Outros Créditos		39.387.958	34.123.950
Créditos por Avais e Fianças Honrados		46.983	25.145
Carteira de Câmbio	9	1.950.009	938.936
Rendas a Receber		195.929	294.933
Negociação e Intermediação de Valores	10	-	3
Créditos Tributários	11	19.147.128	15.992.238
Diversos	12	18.460.536	17.129.325
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f	(412.627)	(256.630)
Outros Valores e Bens		964.082	958.510
Investimentos Temporários		103.801	101.801
(Provisões para Perdas)		(1.765)	(1.765)
Despesas Antecipadas		862.046	858.474
Permanente		20.878.382	22.101.414
Investimentos		2.403.466	2.487.232
Participações em Coligadas e Controladas:	14	2.384.891	2.468.716
No País		2.384.891	2.468.716
Outros Investimentos		56.278	55.291
(Provisões para Perdas)		(37.703)	(36.775)
Imobilizado de Uso	15.a	6.551.452	6.457.580
Imóveis de Uso		2.561.473	2.558.392
Outras Imobilizações de Uso		11.699.092	10.701.836
(Depreciações Acumuladas)		(7.709.113)	(6.802.648)
Imobilizado de Arrendamento	15.b	5.438.093	6.120.585
Bens Arrendados		7.837.164	8.459.399
(Depreciações Acumuladas)		(2.399.071)	(2.338.814)
Intangível	16	6.485.371	7.036.017
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas		27.559.972	27.289.086
Outros Ativos Intangíveis		8.610.484	6.897.822
(Amortizações Acumuladas)		(29.685.085)	(27.150.891)
Total do Ativo		655.620.504	605.745.078

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	30/06/2016	30/06/2015
Passivo Circulante		415.884.856	339.327.076
Depósitos	17.a	90.520.858	91.481.934
Depósitos à Vista		14.930.500	14.854.638
Depósitos de Poupança		34.516.967	36.595.391
Depósitos Interfinanceiros		2.438.056	572.277
Depósitos a Prazo		38.635.335	39.459.628
Captações no Mercado Aberto	17.b	107.669.465	76.662.311
Carteira Própria		96.639.155	69.462.834
Carteira de Terceiros		6.424.380	6.299.994
Carteira de Livre Movimentação		4.605.930	899.483
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	17.c	58.951.302	45.540.898
Recursos de Aceites Cambiais		500.949	554.021
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		51.958.661	36.732.839
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		5.532.563	7.789.314
Certificados de Operações Estruturadas		959.129	464.724
Relações Interfinanceiras	7	1.650.829	1.573.489
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		1.577.089	1.536.121
Correspondentes		73.740	37.368
Relações Interdependências		2.443.059	2.229.047
Recursos em Trânsito de Terceiros		2.442.609	2.228.915
Transferências Internas de Recursos		450	132
Obrigações por Empréstimos	17.e	23.854.637	26.603.565
Empréstimos no País - Outras Instituições		17.490	57.534
Empréstimos no Exterior		23.837.147	26.546.031
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	17.e	4.652.884	5.631.288
Tesouro Nacional		104	522
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)		2.041.128	2.563.032
Caixa Econômica Federal (CEF)		4.179	4.549
Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)		2.456.447	2.929.869
Outras Instituições		151.026	133.316
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	11.863.704	6.518.229
Instrumentos Financeiros Derivativos		11.863.704	6.518.229
Outras Obrigações		114.278.118	83.086.315
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		1.281.810	1.158.971
Carteira de Câmbio	9	64.948.465	54.197.384
Sociais e Estatutárias		763.942	373.229
Fiscais e Previdenciárias	18	2.717.329	1.689.183
Negociação e Intermediação de Valores	10	3.582.585	526.085
Dívidas Subordinadas	19	8.227.285	-
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	20	178.384	171.529
Diversas	21	32.578.318	24.969.934

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	30/06/2016	30/06/2015
Passivo Exigível a Longo Prazo		177.296.011	202.904.998
Depósitos	17.a	44.763.257	52.537.097
Depósitos Interfinanceiros		7.203	2.435.863
Depósitos a Prazo		44.756.054	50.101.234
Captações no Mercado Aberto	17.b	45.089.063	50.368.100
Carteira Própria		23.703.068	35.493.753
Carteira de Livre Movimentação		21.385.995	14.874.347
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	17.c	41.294.738	44.955.500
Recursos de Aceites Cambiais		422.263	433.632
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		40.651.472	40.396.391
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		199.707	4.120.366
Certificados de Operações Estruturadas		21.296	5.111
Obrigações por Empréstimos	17.e	3.767.609	2.938.000
Empréstimos no País - Outras Instituições		27.008	6.461
Empréstimos no Exterior		3.740.601	2.931.539
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	17.e	11.281.036	10.105.749
Tesouro Nacional		209	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)		6.087.372	4.253.708
Caixa Econômica Federal (CEF)		99.355	108.102
Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)		5.086.803	5.716.378
Outras Instituições		7.297	27.561
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	6.145.640	6.158.016
Instrumentos Financeiros Derivativos		6.145.640	6.158.016
Outras Obrigações		24.954.668	35.842.536
Carteira de Câmbio	9	1.584.259	795.834
Fiscais e Previdenciárias	18	8.875.287	8.827.201
Negociação e Intermediação de Valores	10	40.427	62.753
Dívidas Subordinadas	19	447.612	7.546.449
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	20	8.009.816	7.742.306
Diversas	21	5.997.267	10.867.993
Resultados de Exercícios Futuros		370.931	418.522
Resultados de Exercícios Futuros		370.931	418.522
Participação dos Acionistas Minoritários		1.198.728	1.223.880
Patrimônio Líquido do Conglomerado Prudencial	23	60.869.978	61.870.602
Capital Social:		57.945.578	57.105.265
De Domiciliados no País		5.753.764	4.913.451
De Domiciliados no Exterior		52.191.814	52.191.814
Reservas de Capital		416.504	724.828
Reservas de Lucros		4.904.198	6.631.514
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(1.947.216)	(2.120.302)
Lucros Acumulados		-	16.496
(-) Ações em Tesouraria		(449.086)	(487.199)
Total do Patrimônio Líquido		62.068.706	63.094.482
Total do Passivo		655.620.504	605.745.078

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	01/01 a 30/06/2016	Consolidado 01/01 a 30/06/2015
Receitas da Intermediação Financeira		42.930.136	35.561.111
Operações de Crédito		16.540.927	25.150.041
Operações de Arrendamento Mercantil		223.834	236.780
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a	10.777.384	11.008.386
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		4.776.231	(1.717.910)
Resultado de Operações com Câmbio		7.250.954	(651.307)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		2.557	16.465
Resultado das Aplicações Compulsórias		3.358.249	1.518.656
Despesas da Intermediação Financeira		(26.020.081)	(29.592.407)
Operações de Captação no Mercado	18.d	(26.338.321)	(19.937.489)
Operações de Empréstimos e Repasses		6.071.110	(3.330.690)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(5.752.870)	(6.324.228)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		16.910.055	5.968.704
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(6.931.817)	(1.328.327)
Receitas de Prestação de Serviços	26	4.745.927	4.152.170
Rendas de Tarifas Bancárias	26	1.569.906	1.397.238
Despesas de Pessoal	27	(3.516.903)	(3.217.075)
Outras Despesas Administrativas	28	(5.455.963)	(6.385.472)
Despesas Tributárias	29	(2.286.899)	(1.100.409)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	15	102.344	(115.518)
Outras Receitas Operacionais	30	1.995.163	9.083.697
Outras Despesas Operacionais	31	(4.085.392)	(5.142.958)
Resultado Operacional		9.978.238	4.640.377
Resultado não Operacional	32	18.525	88.260
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		9.996.763	4.728.637
Imposto de Renda e Contribuição Social	33	(6.770.052)	451.914
Provisão para Imposto de Renda		(1.105.116)	(279.783)
Provisão para Contribuição Social		(1.019.420)	(159.496)
Ativo Fiscal Diferido		(4.645.516)	891.193
Participações no Lucro		(617.228)	(529.203)
Participações dos Acionistas Minoritários		(27.341)	(81.606)
Lucro Líquido		2.582.142	4.569.742

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial			Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Patrimônio Líquido do Conglomerado Prudencial	Participação dos Acionistas Minoritários	Total do Patrimônio Líquido
				Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Próprios	Coligadas e Controladas	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial					
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		57.105.265	549.260	1.510.192	619.472	119.485	(195.625)	(1.881.352)	-	(445.501)	57.381.196	918.905	58.300.101
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	228.995	-	-	228.995	-	228.995
Ações em Tesouraria	23.d	-	-	-	-	-	-	-	(41.673)	(41.673)	-	(41.673)	
Resultado de Ações em Tesouraria	23.d	-	(3.918)	-	-	-	-	-	-	(3.918)	-	(3.918)	
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	179.486	-	-	-	-	-	-	-	179.486	-	179.486
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(452.140)	60.335	-	-	-	(391.805)	-	(391.805)
Reestruturação do Capital	23.d	-	-	-	-	-	-	-	(25)	(25)	-	(25)	
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	4.569.742	-	4.569.742	-	4.569.742	
Destinações:													
Reserva Legal	23.c	-	-	232.199	-	-	-	(232.199)	-	-	-	-	
Dividendos	23.b	-	-	-	-	-	-	(151.000)	-	(151.000)	-	(151.000)	
Juros sobre o Capital Próprio	23.b	-	-	-	-	-	-	(1.800)	-	(1.800)	-	(1.800)	
Reserva para Equalização de Dividendos	23.c	-	-	-	4.269.651	-	-	(4.168.247)	-	101.404	-	101.404	
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários		-	-	-	-	-	-	-	-	-	81.606	81.606	
Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	223.369	223.369	
Saldos em 30 de Junho de 2015		57.105.265	724.828	1.742.391	4.889.123	(332.655)	(135.290)	(1.652.357)	16.496	(487.199)	61.870.602	1.223.880	63.094.482
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		57.945.578	436.377	1.859.427	980.546	(3.684.925)	(141.913)	(1.141.646)	-	(423.953)	55.829.491	1.248.820	57.078.311
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	(170.570)	-	(170.570)	-	(170.570)	
Ações em Tesouraria	23.d	-	-	-	-	-	-	-	(25.109)	(25.109)	-	(25.109)	
Resultado de Ações em Tesouraria	23.d	-	(5.964)	-	-	-	-	-	-	(5.964)	-	(5.964)	
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(13.909)	-	-	-	-	-	-	(13.909)	-	(13.909)	
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	2.976.394	210.114	-	-	-	3.186.508	-	3.186.508
Reestruturação do Capital	23.d	-	-	-	-	-	-	-	(24)	(24)	-	(24)	
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	2.582.142	-	2.582.142	-	2.582.142	
Destinações:													
Reserva Legal	23.c	-	-	127.761	-	-	-	(127.761)	-	-	-	-	
Juros sobre o Capital Próprio	23.b	-	-	-	-	-	-	(500.000)	-	(500.000)	-	(500.000)	
Reserva para Equalização de Dividendos	23.c	-	-	1.936.464	-	5.330	-	(1.954.381)	-	(12.587)	-	(12.587)	
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários		-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.341	27.341	
Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(77.433)	(77.433)	
Saldos em 30 de Junho de 2016		57.945.578	416.504	3.923.652	980.546	(703.201)	68.201	(1.312.216)	-	(449.086)	60.869.978	1.198.728	62.068.706

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	01/01 a 30/06/2016	Consolidado 01/01 a 30/06/2015
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido		2.582.142	4.569.742
Ajustes ao Lucro Líquido		16.081.920	6.714.237
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	5.752.870	6.324.228
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais		1.412.927	(5.495.881)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		4.905.927	(1.055.143)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14	(102.344)	115.518
Depreciações e Amortizações	28	1.779.036	2.980.633
Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	32	11.358	420
Resultado na Alienação de Valores e Bens	32	(12.876)	(33.585)
Resultado na Avaliação do Valor Recuperável	31	-	900.003
Resultado de Investimentos	32	624	(34.227)
Atualização de Depósitos Judiciais	30	(372.768)	(306.314)
Atualização de Impostos a Compensar	30	(117.081)	(135.001)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		2.832.631	3.328.697
Outros		(8.384)	124.889
Variações em Ativos e Passivos		(11.953.058)	(7.468.040)
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(14.369.473)	(10.037.647)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(6.159.412)	(8.561.186)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil		7.504.976	(15.215.804)
Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central		(4.403.686)	(2.585.794)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		22.134.111	28.084.846
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		(330.417)	(148.084)
Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		(1.508.424)	(684.295)
Aumento (Redução) em Depósitos		(7.212.744)	(662.650)
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		17.798.097	16.604.855
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(9.444.246)	5.242.364
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(15.356.868)	(19.276.382)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		(14.244)	9.676
Imposto Pago		(590.728)	(237.939)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		6.711.004	3.815.939
Atividades de Investimento			
Aquisição de Investimentos		(114.246)	(149.527)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(424.349)	(178.855)
Aplicações no Intangível		(717.899)	(430.446)
Caixa Líquido Recebido na Alienação de Investimentos		234	84
Aquisição de Controlada, menos Caixa Líquido na Aquisição	14	-	89
Alienação de Bens não de Uso Próprio		105.077	25.131
Alienação de Imobilizado de Uso		9.144	13.977
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		37.174	83.593
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		(1.104.865)	(635.954)
Atividades de Financiamento			
Aquisição de Ações de Emissão Própria	23.d	(25.108)	(41.698)
Emissões de Obrigações de Longo Prazo		30.026.828	47.143.751
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(35.011.688)	(38.701.697)
Pagamentos de Dívidas Subordinadas		-	(216.075)
Pagamentos de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		(2.406.286)	(169.120)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(2.804.884)	(809.246)
Aumento (Redução) em Participação dos Minoritários		(50.092)	304.975
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		(10.271.230)	7.510.890
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		(4.665.091)	10.690.875
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa		(2.832.631)	(3.328.697)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	33.001.759	23.399.059
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	25.504.037	30.761.237

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro, Econômico-Financeiro (Conglomerado Santander) e do Conglomerado Prudencial perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade anônima, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. Opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito e financiamento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil, operações de cartões de crédito e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamentos, arrendamento mercantil, administração de consórcios e corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, capitalização e previdência privada. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente nos mercados financeiros e de capitais.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial (Consolidado Prudencial ou Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial incluem as sociedades que estão dentro do escopo da Resolução CMN 4.280, de 31 de outubro de 2013 e Circular Bacen 3.701, de 13 de março de 2014 que incluem as empresas indicadas na Nota 14 e os fundos de investimentos, onde as empresas do Conglomerado Prudencial são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. As carteiras desses fundos de investimentos estão classificadas por tipo de operação e estão distribuídos nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados.

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado (Santander FI Unix);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
- Santander FIC FI Contract I Referenciado DI (Santander FIC FI Contract);
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty);
- Santander Fundo de Investimento Financeiro Curto Prazo (Santander FI Financeiro);
- Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC)⁽¹⁾; e
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RCI Brasil I - Financiamento de Veículos (FI Direitos Creditórios RCI Brasil I)⁽²⁾.

(1) A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas (recebíveis referentes aos automóveis faturados para as concessionárias da montadora) ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. (Atual Denominação Social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil (Nota 14) detém 100% das suas cotas subordinadas.

(2) O Banco RCI Brasil S.A. (empresa pertencente ao Conglomerado Santander) vende sua carteira do produto "floorplan" ao Fundo, bem como detém 100% das suas cotas subordinadas. Este Fundo compra exclusivamente operações de crédito do Banco RCI Brasil S.A.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado. Os componentes das contas patrimoniais e de resultado das sociedades controladas em conjunto foram consolidados nas respectivas proporções da participação no capital social da controlada.

A preparação das demonstrações contábeis requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 26 de julho de 2016.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do período findo em 30 de junho de 2016 foram divulgadas, simultaneamente, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Moeda Funcional

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Santander.

Os ativos e passivos da dependência e subsidiária no exterior são convertidos para o Real como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Créditos Vinculados ao Bacen Remunerados

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

e.1) Operações Compromissadas

Venda com Compromisso de Recompra

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de recompra e o de venda representa a despesa da operação.

O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de recompra, tais captações são registradas como posição financiada.

Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado do título.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - títulos para negociação;
- II - títulos disponíveis para venda; e
- III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "hedge" de risco de mercado; e

II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

h) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução do CMN 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015), dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001;

b) Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e

c) Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN 3.464, de 26 de junho de 2007.

De acordo com esta resolução, o Banco passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

i) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixado para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução CMN 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN 2.682/1999.

j) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não-correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação, ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação ("operações descontinuadas"), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento.

Ativos não-correntes mantidos para venda e os bens não de uso próprio são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

k) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

k.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução CMN 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediadores da originação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

A Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014, facultou a possibilidade de aplicação escalonada do procedimento contábil supracitado, conforme abaixo:

- a) 2015: Reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor;
- b) 2016: Reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor; e
- c) 2017: Reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.

O Banco está utilizando essa prerrogativa.

Segundo o contido na Circular Bacen 3.722 de outubro de 2014, os procedimentos contábeis anteriormente descritos devem ser aplicados de forma prospectiva a partir de janeiro de 2015, não trazendo impactos sobre as comissões pagas até dezembro de 2014.

A partir de janeiro de 2020, caso ainda exista no ativo da entidade saldo a amortizar de comissão de venda paga ao correspondente, esse montante deve ser integralmente baixado contra resultado (despesa).

l) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

l.1) Investimentos

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

l.2) Imobilizado

l.2.a) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

l.2.b) Imobilizado de Arrendamento

Os bens objeto dos contratos de arrendamento celebrados na vigência das Portarias do Ministério da Fazenda (MF) 140/1984 e MF 113/1988 são depreciados segundo os prazos de vida útil-econômica estabelecidos pela legislação tributária, reduzidos em 30% desde que atendidos os requisitos estabelecidos.

l.2.c) Insuficiência/Superveniência de Depreciação

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular Bacen 1.429/1989, resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor presente das respectivas contraprestações, calculada com base na taxa interna de retorno. De acordo com essa Circular, o valor contábil dos contratos é determinado pela soma das seguintes contas: arrendamentos a receber, valores residuais a realizar e a balancear, rendas de arrendamentos a apropriar, imobilizado de arrendamento, perdas em arrendamentos a amortizar, depreciações e amortizações acumuladas, bens não de uso próprio e credores por antecipação de valor residual. A referida Circular não requer a reclassificação dos saldos do ativo permanente para o ativo circulante e realizável a longo prazo e receitas e despesas de arrendamento mercantil. Tais ajustes são apresentados pelo saldo da conta de insuficiência/superveniência de depreciação no permanente. O imposto de renda correspondente à superveniência ou à insuficiência é representado pelo saldo da conta de provisão para imposto de renda diferido ou créditos tributários, respectivamente.

I.2.d) Perdas em Arrendamentos a Amortizar

Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizadas pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das demonstrações contábeis, está reclassificado para a rubrica “bens arrendados”.

I.3) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.

Em julho de 2015 o Banco revisou a curva de amortização do ágio de aquisição do Banco Real a fim de adequar a curva originalmente estabelecida ao prazo, extensão e proporção dos resultados futuros. A amortização do referido ágio será concluída em 2017 (originalmente em 2016).

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

m) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja planos de contribuição definida e estão apresentados na Nota 34. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

Desde janeiro de 2013, o Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria (Nota 31) e despesas de pessoal.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovada pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

n) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer seus direitos; (2) condições de performance, a quantidade de Investimento em Certificados de Depósito de Ações (Units) passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RORAC), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ação

O Banco mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido no valor justo na valorização das ações na data de concessão e até que o passivo seja liquidado, o Banco reavalia o valor justo do passivo no final de cada período de reporte e a data de sua liquidação, com quaisquer mudanças no valor justo reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as provisões em “salários a pagar” em todo o período de vigência, refletindo no período como os serviços são recebidos, o Banco baseia o passivo total na melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas no final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência com base na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa tal estimativa do número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

o) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 17.d).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

De acordo com o previsto no COSIF, os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes à esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero.

O detalhamento pertinente a emissão dos instrumentos de natureza composta encontram-se descrito na Nota 20.

p) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões para os processos judiciais e administrativos são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras (Nota 22.h).

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações contábeis.

q) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

r) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (15% até agosto de 2015) e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015).

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 11.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

s) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

t) Resultados de Exercícios Futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente relacionados a garantias e fianças prestadas e anuidades de cartão de crédito. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

u) Participação dos Acionistas Minoritários

Os acionistas não controladores (minoritários) são registrados em conta destacada de patrimônio líquido das entidades controladoras, para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	31/12/2014
Disponibilidades	5.206.724	6.862.501	5.522.497	5.072.024
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	20.297.313	26.139.258	25.238.740	18.327.035
Aplicações no Mercado Aberto	5.605.566	4.015.957	3.099.281	6.260.149
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	211.585	292.520	10.521	998.397
Aplicações em Moedas Estrangeiras	14.480.162	21.830.781	22.128.938	11.068.489
Total	25.504.037	33.001.759	30.761.237	23.399.059

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

				30/06/2016	30/06/2015
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	37.538.218	9.740.733	-	47.278.951	32.451.542
Posição Bancada	15.243.313	150.393	-	15.393.706	9.892.266
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	11.882	-	-	11.882	2.199
Letras do Tesouro Nacional - LTN	5.744.222	-	-	5.744.222	3.216.066
Notas do Tesouro Nacional - NTN	9.487.209	150.393	-	9.637.602	6.633.286
Outras	-	-	-	-	40.715
Posição Financiada	3.572.036	2.997.115	-	6.569.151	6.732.377
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.991.392	425.667	-	2.417.059	1.421.741
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.580.644	2.571.448	-	4.152.092	5.310.636
Posição Vendida	18.722.869	6.593.225	-	25.316.094	15.826.899
Letras do Tesouro Nacional - LTN	7.290.646	1.140.639	-	8.431.285	3.128.142
Notas do Tesouro Nacional - NTN	11.432.223	5.452.586	-	16.884.809	12.698.757
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.240.588	1.056.915	148.918	2.446.421	2.289.221
Aplicações em Moedas Estrangeiras	14.480.162	2.054	-	14.482.216	22.128.938
Total	53.258.968	10.799.702	148.918	64.207.588	56.869.701
Circulante				64.058.670	56.758.359
Longo Prazo				148.918	111.342

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

				30/06/2016	30/06/2015
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado Refletido no: Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação	37.082.844	176.264	-	37.259.108	39.297.836
Títulos Públicos	36.408.995	176.687	-	36.585.682	38.380.399
Títulos Privados	673.849	(423)	-	673.426	917.437
Títulos Disponíveis para Venda	77.712.069	101.559	(555.444)	77.258.184	89.670.845
Títulos Públicos	59.951.378	-	44.136	59.995.514	72.536.750
Títulos Privados	17.760.691	101.559	(599.580)	17.262.670	17.134.095
Títulos Mantidos até o Vencimento	8.279.806	-	-	8.279.806	-
Títulos Públicos	8.279.806	-	-	8.279.806	-
Total de Títulos e Valores Mobiliários	123.074.719	277.823	(555.444)	122.797.098	128.968.681
Derivativos (Ativo)	31.756.713	(8.599.622)	202.143	23.359.234	13.036.382
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	154.831.432	(8.321.799)	(353.301)	146.156.332	142.005.063
Circulante				65.812.135	54.172.316
Longo Prazo				80.344.197	87.832.747
Derivativos (Passivo)	(10.605.401)	(7.116.716)	(287.227)	(18.009.344)	(12.676.245)
Circulante				(11.863.704)	(6.518.229)
Longo Prazo				(6.145.640)	(6.158.016)



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

II) Títulos para Negociação

			30/06/2016	30/06/2015
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação				
Títulos Públicos	36.408.995	176.687	36.585.682	38.380.399
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.060.019	(2.321)	3.057.698	1.197.520
Letras do Tesouro Nacional - LTN	13.619.371	65.918	13.685.289	21.209.968
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	205.697	(10.429)	195.268	188.064
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	14.036.384	70.727	14.107.111	8.786.187
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	52.816	(19)	52.797	2.546
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	5.275.261	50.617	5.325.878	6.876.668
Títulos da Dívida Agrária - TDA	152.450	2.021	154.471	117.419
Títulos da Dívida Externa Brasileira	693	8	701	2.027
Debêntures	6.304	165	6.469	-
Títulos Privados	673.849	(423)	673.426	917.437
Ações	83.718	56	83.774	310.262
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾	4.228	425	4.653	10.510
Cotas de Fundos de Investimento	396.404	1.801	398.205	353.496
Cotas de Fundos Imobiliários	603	-	603	557
Debêntures	72.604	(1.645)	70.959	166.959
Letras Financeiras - LF	35.912	-	35.912	69.796
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	1.154	(941)	213	5.622
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	70	-	70	235
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	79.156	(119)	79.037	-
Total	37.082.844	176.264	37.259.108	39.297.836



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

						30/06/2016
Títulos para Negociação	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	Total
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	
Títulos Públicos	-	5.675.569	5.226.423	8.449.558	17.234.132	36.585.682
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	21.052	120.043	536.737	2.379.866	3.057.698
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	1.714.406	2.966.062	5.471.085	3.533.736	13.685.289
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	-	783	-	194.485	195.268
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	3.732.120	754.936	1.344.326	8.275.729	14.107.111
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	415	6	50.824	1.552	52.797
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	197.892	1.332.268	979.874	2.815.844	5.325.878
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	9.344	47.088	66.591	31.448	154.471
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	29	-	672	701
Debêntures	-	340	5.208	121	800	6.469
Títulos Privados	407.800	7.446	37.619	17.865	202.696	673.426
Ações	83.774	-	-	-	-	83.774
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾	-	-	4.653	-	-	4.653
Cotas de Fundos de Investimento	323.423	7.304	-	-	67.478	398.205
Cotas de Fundos Imobiliários	603	-	-	-	-	603
Debêntures	-	72	4.946	5.912	60.029	70.959
Letras Financeiras - LF	-	-	28.020	-	7.892	35.912
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	-	213	-	213
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	70	-	-	-	70
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	-	-	11.740	67.297	79.037
Total	407.800	5.683.015	5.264.042	8.467.423	17.436.828	37.259.108



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

III) Títulos Disponíveis para Venda

			30/06/2016	30/06/2015
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado Refletido no: Resultado	Patrimônio Líquido Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda				
Títulos Públicos	59.951.378	-	44.136	59.995.514
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	562	-	185	630
Crédito Securitizado	2.762	-	298	3.025
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	12.352.194	-	(12.768)	12.339.426
Letras do Tesouro Nacional - LTN	21.571.308	-	(52.005)	21.519.303
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	1.157.391	-	(58.574)	1.098.817
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	6.183.298	-	72.171	6.255.469
Notas do Tesouro Nacional - NTN C ⁽²⁾	1.484.204	-	(41.136)	1.443.068
Notas do Tesouro Nacional - NTN F ^{(2) (6)}	14.925.682	-	101.297	15.026.979
Títulos da Dívida Externa Brasileira ⁽⁷⁾	-	-	-	4.903.998
Títulos Emitidos no Exterior - Espanha	1.153.667	-	(6.137)	1.147.530
Debêntures ⁽³⁾	1.120.310	-	40.805	1.161.115
Títulos Privados	17.760.691	101.559	(599.580)	17.262.670
Ações	873.458	-	25.986	899.444
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾	-	-	-	430.627
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP ⁽⁸⁾	19.215	68.351	-	87.566
Cotas de Fundos de Investimento	238.220	33.208	-	271.428
Cotas de Fundos Imobiliários	52.133	-	(37)	52.096
Debêntures ⁽⁴⁾	10.013.144	-	(354.265)	9.658.879
Eurobonds	351.833	-	(163.027)	188.806
Notas Promissórias - NP ⁽⁵⁾	4.415.326	-	(52.881)	4.362.445
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	-	-	-	13.728
Letras Financeiras - LF	1.234.978	-	(898)	1.234.080
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	562.384	-	(54.458)	507.926
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	-	202
Total	77.712.069	101.559	(555.444)	77.258.184



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	30/06/2016					
Títulos Disponíveis para Venda	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	32	801.367	5.652.219	19.073.458	34.468.438	59.995.514
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	-	747	747
Crédito Securitizado	-	212	651	1.390	807	3.060
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	156.498	12.182.928	12.339.426
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	2.911.970	18.607.333	-	21.519.303
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	-	4.571	-	1.094.246	1.098.817
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	44.222	867	-	6.210.380	6.255.469
Notas do Tesouro Nacional - NTN C ⁽²⁾	-	14.696	-	-	1.428.372	1.443.068
Notas do Tesouro Nacional - NTN F ^{(2) (6)}	-	713.385	1.556.531	248.125	12.508.938	15.026.979
Títulos Emitidos no Exterior - Espanha	-	-	1.147.530	-	-	1.147.530
Debêntures ⁽³⁾	32	28.852	30.099	60.112	1.042.020	1.161.115
Títulos Privados	372.152	1.946.702	4.725.220	3.406.997	6.811.599	17.262.670
Ações	48.628	-	-	533.883	316.933	899.444
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	-
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP ⁽⁸⁾	-	-	-	-	87.566	87.566
Cotas de Fundos de Investimento	271.428	-	-	-	-	271.428
Cotas de Fundos Imobiliários	52.096	-	-	-	-	52.096
Debêntures ⁽⁴⁾	-	914.540	1.732.714	1.283.349	5.728.276	9.658.879
Eurobonds	-	8.768	-	-	180.038	188.806
Notas Promissórias - NP ⁽⁵⁾	-	937.232	2.105.091	1.063.366	256.756	4.362.445
Letras Financeiras - LF	-	28.537	750.193	455.350	-	1.234.080
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	57.625	137.222	71.049	242.030	507.926
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	-	-	-	-
Total	372.184	2.748.069	10.377.439	22.480.455	41.280.037	77.258.184

(1) O valor das cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC é calculado mediante a apuração do valor dos direitos creditórios e dos demais ativos financeiros integrantes das suas respectivas carteiras, deduzidos das respectivas provisões que levam em consideração aspectos relacionados aos devedores, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, de acordo com as normas e práticas contábeis de avaliação de crédito.

(2) No primeiro semestre de 2016 foram realizados o valor de R\$14.891 (2015 - R\$6.679), líquidos dos efeitos tributários, no resultado do Consolidado pela venda das NTN-C e parte das NTN-F ao mercado (Nota 23.e).

(3) Emissão de sociedade de economia mista.

(4) Em 30 de junho de 2015, inclui o valor de R\$647.539 de títulos objeto de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.v.a).

(5) Inclui o valor de R\$160.762 (30/06/2015 - R\$250.141) de títulos objeto de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.v.a) e R\$695.087 de títulos objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.v.b).

(6) Em 30 de junho de 2016, a quantidade de 2.102.743 de Notas de Tesouro Nacional - NTN-F, com prazo de vencimento em 1 de janeiro de 2025 estão vinculadas à obrigação assumida pelo Banco Santander para cobertura das reservas a amortizar do Plano V do Fundo de Seguridade Social (Banesprev).

(7) Em 30 de junho de 2016, inclui o valor de R\$693.612 de títulos objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.v.b). Em dezembro de 2015, foram reclassificados para "Mantidos até o Vencimento".

(8) Os investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos em Participações - FIP correspondem preponderantemente a aplicações em ativos do segmento de energia elétrica e tecnologia, estando de acordo com as normas e práticas contábeis estabelecidas.



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

IV) Títulos Mantidos até o Vencimento

Títulos Mantidos até o Vencimento ⁽¹⁾	30/06/2016					
	Abertura por Vencimento					
	Valor do Custo Amortizado/Contábil 30/06/2016	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	8.279.806	93.001	12.044	338.942	7.835.819	8.279.806
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	2.910.549	11.560	-	-	2.898.989	2.910.549
Títulos da Dívida Externa Brasileira ⁽²⁾	5.369.257	81.441	12.044	338.942	4.936.830	5.369.257
Total	8.279.806	93.001	12.044	338.942	7.835.819	8.279.806

(1) O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento é de R\$8.818.058.

(2) Inclui o valor de R\$711.954 de títulos objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.v.b).

Em janeiro de 2014, o Banco realizou uma emissão de títulos elegíveis a compor o capital de Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência (PR), no montante de US\$2,5 bilhões (equivalente a R\$6 bilhões) (Nota 20). Com o objetivo de mitigar o risco de taxas de juros em Dólar, foi efetuada a compra de ativos indexados nesta moeda: NTN-A e Eurobonds emitidos pelo governo federal do Brasil e pelo BNDES (adquiridos via dependência no exterior Agência Grand Cayman). Inicialmente, esses títulos foram classificados na categoria "Disponíveis para Venda" e, em 31 de dezembro de 2015, foram reclassificados para "Mantidos até o Vencimento".

Atendendo ao disposto no artigo 5 da Circular Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	Consolidado	
	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Rendas de Títulos de Renda Fixa	8.438.021	8.745.643
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.508.300	2.275.958
Resultado de Títulos de Renda Variável	3.729	(17.932)
Impairment ⁽¹⁾	-	(468.861)
Outros ⁽²⁾	(172.666)	473.578
Total	10.777.384	11.008.386

(1) Corresponde ao registro de perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda reconhecidas no resultado do período.

(2) Corresponde, principalmente, a rendas com fundos de investimentos e participações.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

I) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	30/06/2016			30/06/2015		
	Negociação			Negociação		
	Valor			Valor		
	Referencial	Curva	Mercado	Referencial	Curva	Mercado
"Swap"		18.928.740	3.427.588		7.127.705	997.541
Ativo	206.730.738	30.013.503	30.973.664	249.362.307	28.595.723	21.051.106
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI	52.719.884	30.011.531	31.002.278	51.730.003	16.899.560	18.863.353
Taxa de Juros Pré - Reais	132.444.151	-	-	72.745.993	787.052	(5.951.277)
Indexados em Índices de Preços						
e Juros	2.927.671	-	-	29.662.160	10.898.959	8.128.812
Moeda Estrangeira	18.636.439	-	-	95.211.875	-	-
Outros	2.593	1.972	(28.614)	12.276	10.152	10.218
Passivo	187.801.998	(11.084.764)	(27.546.077)	242.234.602	(21.468.018)	(20.053.565)
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI	22.708.353	-	-	34.830.443	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	138.682.104	(6.237.953)	(22.665.715)	71.958.941	-	-
Indexados em Índices de Preços						
e Juros	7.157.021	(4.229.350)	(4.115.916)	18.763.201	-	-
Moeda Estrangeira	19.253.900	(617.461)	(764.446)	116.679.893	(21.468.018)	(20.053.565)
Outros	621	-	-	2.124	-	-
Opções	142.756.063	420.488	402.169	183.031.437	6.532	5.189
Compromissos de Compra	71.375.085	1.132.543	1.312.114	85.289.557	390.444	484.641
Opções de Compra Dólar	6.519.077	232.451	287.091	4.232.321	172.193	254.053
Opções de Venda Dólar	4.074.781	350.192	436.409	2.487.785	60.878	99.715
Opções de Compra Outras	19.005.229	71.970	120.400	11.647.962	61.544	58.156
Mercado Interfinanceiro	18.060.103	5.122	7.282	10.566.994	9.744	18.131
Outras ⁽¹⁾	945.126	66.848	113.118	1.080.968	51.800	40.025
Opções de Venda Outras	41.775.998	477.929	468.214	66.921.489	95.829	72.717
Mercado Interfinanceiro	40.487.084	23.998	16.442	65.413.783	31.721	6.234
Outras ⁽¹⁾	1.288.914	453.931	451.772	1.507.706	64.108	66.483
Compromissos de Venda	71.380.978	(712.055)	(909.945)	97.741.880	(383.912)	(479.452)
Opções de Compra Dólar	4.813.058	(185.511)	(247.813)	3.865.707	(199.032)	(293.939)
Opções de Venda Dólar	5.981.727	(444.029)	(564.991)	2.521.822	(74.308)	(94.690)
Opções de Compra Outras	24.170.794	(20.970)	(59.975)	15.561.690	(38.058)	(40.406)
Mercado Interfinanceiro	23.415.823	(14.975)	(29.685)	14.668.505	(13.532)	(20.519)
Outras ⁽¹⁾	754.971	(5.995)	(30.290)	893.185	(24.526)	(19.887)
Opções de Venda Outras	36.415.399	(61.545)	(37.166)	75.792.661	(72.514)	(50.417)
Mercado Interfinanceiro	35.726.760	(31.167)	(3.191)	74.765.676	(34.946)	(4.813)
Outras ⁽¹⁾	688.639	(30.378)	(33.975)	1.026.985	(37.568)	(45.604)
Contratos de Futuros	177.768.917	-	-	238.059.417	-	-
Posição Comprada	32.181.721	-	-	70.381.885	-	-
Cupom Cambial (DDI)	12.315.845	-	-	13.410.120	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	12.606.968	-	-	54.797.185	-	-
Moeda Estrangeira	5.161.517	-	-	1.824.617	-	-
Índice ⁽²⁾	98.441	-	-	100.634	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	-	-	-	249.329	-	-
Taxa Média das Operações						
Compromissadas (OC1)	1.998.950	-	-	-	-	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	30/06/2016			Consolidado		
	Negociação			30/06/2015		
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
Posição Vendida	145.587.196	-	-	167.677.532	-	-
Cupom Cambial (DDI)	56.697.307	-	-	80.605.423	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	77.260.185	-	-	17.159.087	-	-
Moeda Estrangeira	9.785.048	-	-	8.855.421	-	-
Índice ⁽²⁾	1.539.750	-	-	122.359	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	304.906	-	-	14.211	-	-
Taxa Média das Operações						
Compromissadas (OC1)	-	-	-	60.921.031	-	-
Contratos a Termo e Outros	48.107.525	1.840.120	1.681.289	43.088.021	257.094	305.807
Compromissos de Compra	17.934.628	585.404	148.030	16.131.940	(736.965)	(713.143)
Moedas	17.435.201	588.603	150.149	15.457.242	(735.997)	(711.633)
Outros	499.427	(3.199)	(2.119)	674.698	(968)	(1.510)
Compromissos de Venda	30.172.897	1.254.716	1.533.259	26.956.081	994.059	1.018.950
Moedas	28.044.936	1.300.818	1.480.776	26.099.367	979.546	1.000.040
Outros	2.127.961	(46.102)	52.483	856.714	14.513	18.910

(1) Inclui opções de ações e índices.

(2) Inclui índices Bovespa e S&P.

II) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

	30/06/2016			Valor Referencial	
	Cientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras ⁽¹⁾	Total	Total
"Swap"	59.926.588	20.436.405	126.367.745	206.730.738	249.362.307
Opções	4.282.398	1.677.612	136.796.053	142.756.063	183.031.437
Contratos de Futuros	-	-	177.768.917	177.768.917	238.059.417
Contratos a Termo e Outros	33.884.831	8.679.792	5.542.902	48.107.525	43.088.021

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa) e outras bolsas de valores e mercadorias.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	30/06/2016			Valor Referencial	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
"Swap"	15.392.048	31.984.453	159.354.237	206.730.738	249.362.307
Opções	87.097.034	51.205.931	4.453.098	142.756.063	183.031.437
Contratos de Futuros	126.925.271	27.243.739	23.599.907	177.768.917	238.059.417
Contratos a Termo e Outros	25.806.514	18.080.554	4.220.457	48.107.525	43.088.021

IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

	30/06/2016			Valor Referencial	
	Bolsas ⁽¹⁾	Cetip ⁽²⁾	Balcão ⁽³⁾	Total	Total
"Swap"	128.767.955	73.575.134	4.387.649	206.730.738	249.362.307
Opções	137.897.648	4.458.415	400.000	142.756.063	183.031.437
Contratos de Futuros	177.768.917	-	-	177.768.917	238.059.417
Contratos a Termo e Outros	-	33.862.610	14.244.915	48.107.525	43.088.021

(1) Inclui valores negociados na BM&FBovespa e outras bolsas de valores e mercadorias.

(2) Inclui valores negociados em outras câmaras de compensação.

(3) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

V) Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"

Os derivativos utilizados como instrumentos de "hedge" por indexador eram representados como seguem:

a) "Hedge" de Risco de Mercado

	30/06/2016		30/06/2015		Consolidado	
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"						
Contratos de "Swap"	(146.293)	(38.036)	(184.329)	(184.936)	(85.584)	(270.520)
Ativo	2.126.264	25.263	2.151.527	4.742.531	53.085	4.795.616
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI ^{(1) (2) (6) (8)}	-	-	-	2.128.843	2.887	2.131.730
Taxa de Juros Pré - Reais ^{(2) (8)}	-	-	-	473.111	6	473.117
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar ⁽⁶⁾	4.163	123	4.286	41.625	1.589	43.214
Indexados em Moeda Estrangeira - USD/BRL - Dólar ⁽³⁾	1.831.442	3.005	1.834.447	1.346.759	2.619	1.349.378
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar ^{(2) (4) (5) (6) (8)}	-	-	-	366.753	7.296	374.049
Indexados em Moeda Estrangeira - Euro ⁽⁶⁾	256.216	22.049	278.265	357.417	38.273	395.690
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - YEN ⁽⁷⁾	34.443	86	34.529	28.023	415	28.438
Passivo	(2.272.557)	(63.299)	(2.335.856)	(4.927.467)	(138.669)	(5.066.136)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ^{(1) (6) (8)}	(332.302)	(28.187)	(360.489)	(1.181.029)	(80.437)	(1.261.466)
Indexados em Índices de Preços e Juros ^{(2) (8)}	(6.535)	3.591	(2.944)	(1.884.809)	(65.470)	(1.950.279)
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar ^{(4) (8)}	(2.982)	(72)	(3.054)	(10.841)	(224)	(11.065)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ^{(3) (5)}	(1.896.550)	(38.548)	(1.935.098)	(1.386.801)	13.931	(1.372.870)
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar ⁽⁷⁾	(34.188)	(83)	(34.271)	(32.994)	(433)	(33.427)
Taxa de Juros Pré - Reais ^{(6) (8)}	-	-	-	(430.993)	(6.036)	(437.029)
Objeto de "Hedge"						
Ativo	563.931	15.019	578.950	3.039.826	135.288	3.175.114
	411.659	6.529	418.188	2.157.083	120.351	2.277.434
Operação de Crédito (Nota 8.a & e)						
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ⁽⁸⁾	411.659	6.529	418.188	1.105.493	54.685	1.160.178
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré Dólar ⁽⁸⁾	-	-	-	10.852	48	10.900
Indexados em Índices de Preços e Juros ⁽⁸⁾	-	-	-	1.029.583	66.191	1.095.774
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽⁸⁾	-	-	-	11.155	(573)	10.582
Títulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda (Nota 3.a.III)	152.272	8.490	160.762	882.743	14.937	897.680
Debêntures ⁽⁸⁾	-	-	-	621.046	26.493	647.539
Notas Promissórias - NP	152.272	8.490	160.762	261.697	(11.556)	250.141
Passivo	(1.884.550)	39.775	(1.844.774)	(1.373.913)	(11.647)	(1.385.560)
Obrigações por Empréstimos no Exterior (Nota 18.e)	(1.850.098)	39.865	(1.810.233)	(1.346.273)	(11.314)	(1.357.587)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	(1.850.098)	39.865	(1.810.233)	(1.346.273)	(11.314)	(1.357.587)
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior (Nota 18.c)	(34.452)	(90)	(34.541)	(27.640)	(333)	(27.973)
Eurobonds	(34.452)	(90)	(34.541)	(27.640)	(333)	(27.973)

(1) Em 30 de junho de 2015, instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - dólar com valor de mercado de R\$719.722 e em 30 de junho de 2016, R\$418.188 (30/06/2015 - R\$.1.160.178) e em 30 de junho de 2015, títulos e valores mobiliários representados por debêntures com valor de mercado de R\$72.094 e Consolidado.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(2) Em 30 de junho de 2015, instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em índices de preços e juros no valor de R\$1.095.774 e títulos e valores mobiliários representados por debêntures com valor de mercado de R\$575.445.

(3) Em 30 de junho de 2015, instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira pré - dólar com valor de mercado de R\$10.900.

(4) Em 30 de junho de 2015, instrumentos cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por notas promissórias indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$17.146.

(5) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são obrigações com títulos e valores mobiliários no exterior - eurobonds com valor de mercado de R\$34.541 (30/06/2015 - R\$27.973).

(6) Em 30 de junho de 2015, instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados com taxas de juros pré fixados em Reais com valor de mercado de R\$10.582.

(7) Instrumentos ativos cujos objetos de "hedge" são obrigações por empréstimos no exterior indexados em moeda estrangeira - dólar com valor de mercado de R\$1.850.098 (30/06/2015 - R\$1.357.587) e em 30 de junho de 2015, instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por notas promissórias indexados em taxas de juros pré - reais com valor de mercado de R\$232.995.

(8) No mês de junho de 2016, a Administração decidiu mudar a posição estratégica dos objetos de hedge referentes a operações de crédito e debêntures: Indexados em Moeda Estrangeira- Dólar, Indexado em Moeda Estrangeira Pré-Dólar, Indexado em Índices de Preços e Juros e Indexados em Taxa de Juros Pré-Reais que deixaram de possuir marcação de cobertura contábil e permaneceram como cobertura econômica, com efeito no resultado do período do Banco e do Consolidado de uma despesa no valor de R\$12.102 líquido dos efeitos tributários.

A efetividade destas operações estava de acordo com o estabelecido pela Circular Bacen 3.082/2002.

b) "Hedge" de Fluxo de Caixa

	30/06/2016		30/06/2015			
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"						
Contratos de "Swap"	108.258	(85.084)	23.174	(602.809)	(75.071)	(677.880)
Ativo	1.785.408	202.143	1.987.551	3.604.289	117.809	3.722.098
Indexados em Moeda						
Estrangeira - Franco Suíço ⁽¹⁾	-	-	-	501.052	18.037	519.089
Indexados em Moeda						
Estrangeira - Peso Chileno ⁽²⁾	-	-	-	115.552	4.067	119.619
Indexados em Taxas de Juros						
Pré - Reais ⁽³⁾	-	-	-	1.278.333	(43.433)	1.234.900
Indexados em Moeda						
Estrangeira Pré - Dólar ^{(4) (5)}	1.251.916	135.752	1.387.668	1.046.866	106.214	1.153.080
Indexados em Moeda						
Estrangeira Pré - Euro ⁽⁵⁾	533.492	66.391	599.883	662.486	32.924	695.410
Passivo	(1.677.150)	(287.227)	(1.964.377)	(4.207.098)	(192.880)	(4.399.978)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ⁽⁵⁾	(379.065)	(3.987)	(383.052)	-	-	-
Indexados em Moeda						
Estrangeira Pré - Dólar ^{(1) (2) (3) (4)}	-	-	-	(2.617.781)	(45.909)	(2.663.690)
Indexados em Taxa de Juros						
Pré - Reais ⁽⁴⁾	(67.698)	(144)	(67.842)	(109.712)	1.288	(108.424)
Indexados em Moeda						
Estrangeira Pré - Euro ⁽⁴⁾	(707.043)	(124.098)	(831.141)	(696.959)	(106.130)	(803.089)
Indexados em Moeda						
Estrangeira - Dólar ⁽⁵⁾	(491.900)	(158.397)	(650.297)	(527.621)	(37.409)	(565.030)
Indexados em Moeda						
Estrangeira - Reais ⁽⁵⁾	(31.444)	(601)	(32.045)	(255.025)	(4.720)	(259.745)
Instrumentos de "Hedge"						
Contratos de Futuros					91.562.006	35.481.932
Moeda Estrangeira - Dólar ⁽⁶⁾					48.026.328	35.481.932
Taxa de Juros (DI1 e DIA) ⁽⁷⁾					43.535.678	-
Objeto de "Hedge" - Valor da Curva						
Ativo					27.176.615	27.736.280
Operações de Crédito (Nota 8.a)						
Contratos de Financiamento e Crédito à Exportação e Importação					25.181.903	26.275.817
Operações de Empréstimos					587.670	766.851
Títulos e Valores Mobiliários						
Disponíveis para Venda - Notas Promissórias - NP (Nota 6.a.III)					695.087	-
Disponíveis para Venda - Títulos da Dívida Externa Brasileira (Nota 6.a.III)					-	693.612
Mantidos até o Vencimento - Títulos da Dívida Externa Brasileira (Nota 6.a.IV)					711.954	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Passivo	(43.427.383)	(1.873.774)
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior (Nota 18.c)		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	(43.427.383)	-
Eurobonds	-	(1.873.774)

(1) Em 30 de junho de 2015, operação com vencimento em 12 de abril de 2016, cujo objeto de "hedge" são operações de eurobonds.

(2) Em 30 de junho de 2015, operação com vencimento em 13 de abril de 2016, cujo objeto de "hedge" é uma operação de eurobonds.

(3) Em 30 de junho de 2015, operações com vencimento em 18 de março de 2016, cujo objeto de "hedge" são operações de eurobonds.

(4) Operações com vencimento em 1 de abril de 2021 (30/06/2015 - operações com vencimento em 18 de setembro de 2015, 26 de outubro de 2015, 18 de março de 2016 e 1 de abril de 2021), cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por título da dívida externa brasileira e operações de crédito.

(5) Operações com vencimento entre agosto de 2016 a dezembro de 2025 (30/06/2015 - operações com vencimento entre julho de 2015 a junho de 2021), cujos objetos de "hedge" são contratos de operações de crédito com entidades de crédito.

(6) Operações com vencimento entre julho de 2016 a dezembro de 2025 (30/06/2015 - operações com vencimentos em 1 de outubro de 2015, 3 de agosto de 2015 e 4 de janeiro de 2016) e valor atualizado dos instrumentos de R\$24.073.247(30/06/2015 - R\$26.235.223), cujo objeto de "hedge" são operações de crédito - contratos de financiamento e crédito à exportação e importação.

(7) Operações com vencimento entre julho de 2016 a Julho de 2021 e valor atualizado dos instrumentos de R\$43.427.194, cujo objeto de "hedge" são captações com operações de Certificado de Depósito Bancário - CDB.

Entre julho e setembro de 2014 foram contratadas operações de "hedge" contábil de fluxo de caixa, tendo como objeto de "hedge" certificados de depósitos bancários (CDB). Em outubro de 2014 essa estrutura foi descontinuada. O efeito da marcação a mercado destes contratos de futuros já líquido dos efeitos tributários reconhecido no resultado do primeiro trimestre de 2016 e que se encontrava destacado no patrimônio líquido corresponde a um crédito no valor de R\$904.

O efeito da marcação a mercado dos contratos de "swap" e futuros corresponde a um débito no valor de R\$158.076 (30/06/2015 - R\$78.256) e está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

A efetividade destas operações estava de acordo com o estabelecido pela Circular Bacen 3.082/2002, e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente no resultado durante o período.

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na BM&FBovespa com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	30/06/2016	30/06/2015
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	810.106	566.568
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.113.319	7.498.171
Notas do Tesouro Nacional - NTN	891.878	862.063
Total	7.815.303	8.926.802

VII) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Ativo e Passivo

	30/06/2016	Consolidado 30/06/2015
Ativo		
"Swap" - Diferencial a Receber ⁽¹⁾	15.484.218	8.617.753
Prêmios de Opções a Exercer	1.312.114	484.641
Contratos a Termo e Outros	6.562.902	3.933.988
Total	23.359.234	13.036.382
Passivo		
"Swap" - Diferencial a Pagar ⁽¹⁾	12.217.786	8.568.612
Prêmios de Opções Lançadas	909.945	479.452
Contratos a Termo e Outros	4.881.613	3.628.181
Total	18.009.344	12.676.245

(1) Em 30 de junho de 2015, inclui operações de "swaption".

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As novas regras de Basileia III, foram divulgadas em 1 de março de 2013; e em outubro de 2013 houve a publicação de novas regras e revisão das divulgadas em março de 2013. A implantação das novas regras segue um cronograma de *phase in*; possibilitando assim a aplicação das regras de forma gradual até 2019. Algumas regras passaram a ser aplicadas em outubro de 2013 e o restante em 1 de janeiro de 2014.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais "hedges". Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e "banking".

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira "banking", para cada um dos cenários das carteiras do dia 30 de junho de 2016.

Carteira Negociação				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(3.388)	(134.514)	(269.027)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(5.136)	(68.714)	(137.427)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(283)	(4.635)	(9.269)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(313)	(1.389)	(2.779)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(3.597)	(89.915)	(179.829)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(331)	(824)	(1.648)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(7.999)	(125.692)	(251.384)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(1.430)	(35.739)	(71.479)
Outros	Exposições que não se Enquadram nas Definições Anteriores	(13.476)	(800)	(1.600)
Total ⁽¹⁾		(35.953)	(462.222)	(924.442)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira "Banking"				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(98.672)	(2.790.299)	(5.291.655)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(17.412)	(465.580)	(833.889)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(12.548)	(232.578)	(653.840)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(211)	(66.695)	(119.453)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(12.702)	(94.208)	(190.016)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(9.370)	(151.741)	(285.105)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(618)	(15.444)	(30.888)
Total ⁽¹⁾		(151.533)	(3.816.545)	(7.404.846)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

a) Carteira de Créditos

	30/06/2016	30/06/2015
Operações de Crédito	206.990.513	217.116.959
Empréstimos e Títulos Descontados ⁽³⁾	98.394.306	105.180.156
Financiamentos ⁽⁴⁾	64.323.254	71.626.653
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	6.503.223	5.465.318
Financiamentos Imobiliários	37.554.842	34.765.644
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	53.128	76.992
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	161.760	2.196
Operações de Arrendamento Mercantil	2.915.480	3.186.724
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽¹⁾ (Nota 9)	4.931.342	5.151.020
Outros Créditos ⁽²⁾⁽⁵⁾	29.438.552	29.067.924
Total	244.275.887	254.522.627
Circulante	122.790.559	141.110.975
Longo Prazo	121.485.328	113.411.652

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações.

(2) Compreende os créditos por avais e fianças honrados, outros créditos - diversos (devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber - Nota 12) e rendas a receber sobre contratos de câmbio (Nota 9).

(3) Inclui o valor de R\$228.407 (30/06/2015 - R\$924.498) de contratos de empréstimos objetos de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.V.a) e o valor de R\$587.671 (30/06/2015 - R\$814.526 no Consolidado), de contratos de empréstimos objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

(4) Inclui o valor de 189.781 (30/06/2015 - R\$730.622) de contratos de financiamento objetos de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.V.a), e o valor de R\$25.181.903 (30/06/2015 - R\$26.228.142), de contratos de financiamento objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

(5) Em 30 de junho de 2015, incluí o valor de R\$622.314 de contratos de crédito objetos de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.V.a).

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do período.

(i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios

Durante o primeiro semestre de 2016, foram realizadas operações de cessão de créditos sem coobrigação no montante de R\$241.556 (2015 - R\$1.146.943) e estavam representados substancialmente por empréstimos e títulos descontados, classificadas no nível de risco H.

(ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

Em setembro de 2015, o Banco efetuou cessão de créditos com coobrigação referente as operações de Funded Participation (Export) no montante de R\$201.706 com vencimento em abril de 2019. Em 30 de junho de 2016, o valor presente das operações cedidas é de R\$161.760.

Em março de 2013, o Banco efetuou cessão de créditos com coobrigação referente a financiamento imobiliário no montante de R\$47.485. Em 30 de junho de 2016, o valor presente das operações cedidas é de 0 (30/06/2015 - R\$2.196) (Nota 25.e).

Em dezembro de 2011, o Banco efetuou cessão de créditos com coobrigação referente a financiamento imobiliário no montante de R\$688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 30 de junho de 2016, o valor presente das operações cedidas é de R\$179.502 (30/06/2015 - R\$227.952).

A operação de cessão foi realizada com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:

- Contratos inadimplentes por um período superior a 90 dias consecutivos;
- Contratos objeto de renegociação;
- Contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução 3.401/2006 do CMN; e
- Contratos objeto de interveniência.

O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

A partir da data da cessão os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	30/06/2016	30/06/2015
Vencidas	8.489.799	7.322.216
A Vencer:		
Até 3 Meses	64.282.181	73.959.020
De 3 a 12 Meses	58.508.378	67.151.955
Acima de 12 Meses	112.995.529	106.089.436
Total	244.275.887	254.522.627

c) Carteira de Arrendamento Mercantil

	30/06/2016	30/06/2015
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	3.488.161	3.767.640
Arrendamentos a Receber	2.324.960	2.442.664
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	1.163.201	1.324.976
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(2.303.953)	(2.412.187)
Valores Residuais a Balancear	(1.163.201)	(1.324.976)
Imobilizado de Arrendamento	7.611.613	8.260.536
Depreciações Acumuladas	(4.140.355)	(4.451.200)
Superveniências de Depreciações	1.741.284	2.112.386
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	225.552	198.863
Credores por Antecipação de Valor Residual	(2.546.380)	(2.967.936)
Outros Valores e Bens	2.759	3.598
Total da Carteira de Arrendamento Mercantil a Valor Presente	2.915.480	3.186.724

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquido de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$572.681 (30/06/2015 - R\$580.916).

Em 30 de junho de 2016 e 2015, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

Abertura por Vencimento do Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil

	30/06/2016	30/06/2015
Vencidas	28.622	40.778
A Vencer:		
Até 1 Ano	1.647.493	1.794.483
De 1 a 5 Anos	1.802.318	1.927.386
Acima de 5 Anos	9.728	4.993
Total	3.488.161	3.767.640

Abertura por Vencimento da Carteira de Arrendamento Mercantil a Valor Presente

	30/06/2016	30/06/2015
Vencidas	25.595	36.843
A Vencer:		
Até 1 Ano	1.539.925	1.678.176
De 1 a 5 Anos	1.345.421	1.468.167
Acima de 5 Anos	4.539	3.538
Total	2.915.480	3.186.724

d) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	30/06/2016	30/06/2015
Setor Privado	244.180.097	254.395.104
Indústria	60.041.554	58.326.707
Comércio	26.912.441	28.304.258
Instituições Financeiras	2.335.536	1.482.287
Serviços e Outros ⁽¹⁾	36.215.729	43.084.464
Pessoas Físicas	115.730.476	117.732.070
Cartão de Crédito	18.484.801	17.339.296
Crédito Imobiliário	26.969.722	24.235.037
Crédito Consignado	16.654.331	13.193.156
Financiamento e Leasing de Veículos	28.750.085	33.620.344
Outros ⁽²⁾	24.871.537	29.344.237
Agricultura	2.944.361	5.465.318
Setor Público	110.131	127.523
Governo Federal	-	20
Governo Estadual	62.588	99.634
Governo Municipal	47.543	27.869
Total	244.290.228	254.522.627

(1) Inclui as atividades de crédito imobiliário - plano empresarial, serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.

(2) Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.

Em dezembro de 2015, o Banco Santander realizou uma revisão na abertura por setores para fins desta nota explicativa, o que resultou na reclassificação de alguns itens desta informação, sem alteração do saldo final. A apresentação desta abertura referente a junho de 2015, esta consistente com o critério adotado na elaboração das demonstrações financeiras de junho de 2016.

e) Carteira de Créditos e da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			30/06/2016 Provisão		
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total ⁽³⁾	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
AA	-	90.413.661	-	90.413.661	-	-	-
A	0,5%	94.700.430	-	94.700.430	473.504	298.709	772.213
B	1%	15.434.048	2.595.380	18.029.428	180.294	252.262	432.556
C	3%	9.958.494	3.655.794	13.614.288	408.429	782.513	1.190.942
D	10%	6.273.623	3.026.424	9.300.047	930.005	322.877	1.252.882
E	30%	2.169.574	1.996.246	4.165.820	1.249.746	-	1.249.746
F	50%	1.325.400	1.612.358	2.937.758	1.468.879	-	1.468.879
G	70%	847.935	2.297.931	3.145.866	2.202.106	-	2.202.106
H	100%	2.630.387	5.346.014	7.976.401	7.976.401	-	7.976.401
Total		223.753.552	20.530.147	244.283.699	14.889.364	1.656.361	16.545.725

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			30/06/2015 Provisão		
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total ⁽³⁾	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
AA	-	105.526.562	-	105.526.562	-	-	-
A	0,5%	96.109.992	-	96.109.992	480.550	274.938	755.488
B	1%	13.822.562	2.572.970	16.395.532	163.955	220.074	384.029
C	3%	8.829.302	3.106.783	11.936.085	358.083	410.670	768.753
D	10%	5.666.438	2.826.396	8.492.834	849.283	-	849.283
E	30%	1.430.312	1.512.786	2.943.098	882.929	-	882.929
F	50%	773.622	1.327.368	2.100.990	1.050.495	-	1.050.495
G	70%	598.270	1.096.079	1.694.349	1.186.044	-	1.186.044
H	100%	2.933.966	6.268.868	9.202.834	9.202.834	-	9.202.834
Total		235.691.026	18.711.250	254.402.276	14.174.173	905.682	15.079.855

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(3) O total da carteira de créditos inclui o valor de R\$6.529 (30/06/2015 - R\$120.351), referente ao ajuste a valor de mercado das operações de crédito que são objeto de proteção, registrados de acordo com o artigo 5 da Carta Circular 3.624 do Bacen de 26 de dezembro de 2013 e que não estão contemplados na nota dos níveis de riscos (Nota 6.b.V.a).

f) Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Saldo Inicial	16.832.226	14.610.726
Constituições Líquidas das Reversões	5.752.870	6.324.228
Baixas	(6.039.371)	(5.855.099)
Saldo Final ⁽¹⁾	16.545.725	15.079.855
Circulante	4.307.075	3.716.233
Longo Prazo	12.238.650	11.363.622
Créditos Recuperados ⁽²⁾	1.400.909	1.084.853

(1) Inclui R\$57.657 (30/06/2015 - R\$70.273) de provisão constituída para carteira de arrendamento mercantil.

(2) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas: operações de crédito e operações de arrendamento mercantil. Inclui resultado da cessão de créditos sem coobrigação relativa a operações anteriormente baixadas a prejuízo no valor de R\$109.071 (2015 - R\$90.445).

g) Créditos Renegociados

	30/06/2016	30/06/2015
Créditos Renegociados	13.385.716	12.775.331
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(7.455.212)	(6.975.710)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	55,7%	54,6%

h) Concentração de Crédito

Carteira de Crédito com Avais e Fianças ⁽¹⁾ , Títulos e Valores Mobiliários ⁽²⁾ e Instrumentos Financeiros Derivativos ⁽³⁾	30/06/2016		30/06/2015	
	Risco	%	Risco	%
Maior Devedor	5.401.941	1,7%	7.662.042	2,3%
10 Maiores	30.963.147	9,6%	36.859.363	10,9%
20 Maiores	44.933.081	13,9%	53.286.214	15,7%
50 Maiores	69.019.662	21,3%	79.301.931	23,4%
100 Maiores	91.930.660	28,4%	102.299.148	30,2%

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar do plano empresarial.

(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.

(3) Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

9. Carteira de Câmbio

	30/06/2016	30/06/2015
Ativo		
Direitos sobre Venda de Câmbio	50.587.255	33.688.055
Câmbio Comprado a Liquidar	25.635.320	27.688.796
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(515.753)	(528.190)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas (Nota 8.a)	76.732	64.624
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	7.254	9.708
Total	75.790.808	60.922.993
Circulante	73.840.799	59.984.057
Longo Prazo	1.950.009	938.936
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	44.273.291	33.486.423
Obrigações por Compra de Câmbio	27.190.718	26.657.759
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	(4.931.342)	(5.151.020)
Outros	57	56
Total	66.532.724	54.993.218
Circulante	64.948.465	54.197.384
Longo Prazo	1.584.259	795.834
Contas de Compensação		
Créditos Abertos para Importação	482.640	890.311
Créditos de Exportação Confirmados	506.504	457.493

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

10. Negociação e Intermediação de Valores

	30/06/2016	30/06/2015
Ativo		
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	3.806.031	783.375
Caixas de Registro e Liquidação	1.793	58.270
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	294.567	105.713
Bolsas - Depósitos em Garantia	151.911	285.162
Outros ⁽¹⁾	460.050	777.133
Total	4.714.352	2.009.653
Circulante	4.714.352	2.009.650
Longo Prazo	-	3
Passivo		
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	3.182.135	146.501
Credores - Conta Liquidações Pendentes	262.492	158.035
Credores por Empréstimos de Ações	172.840	277.669
Caixas de Registro e Liquidação	1.424	3.485
Comissões e Corretagens a Pagar	4.120	2.949
Outros	1	199
Total	3.623.012	588.838
Circulante	3.582.585	526.085
Longo Prazo	40.427	62.753

(1) Refere-se aos depósitos efetuados em garantia às operações de derivativos realizadas com clientes no mercado de balcão.

11. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Consolidado Saldo em 30/06/2016
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12.012.832	2.400.922	(2.654.475)	11.759.279
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	845.745	163.774	(39.579)	969.940
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.466.798	193.055	(248.925)	2.410.928
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	904.933	135.660	(140.980)	899.613
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	9.915.503	794.670	(5.821.226)	4.888.947
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	2.573.478	-	(2.020.440)	553.038
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾	874.347	96.241	(27.642)	942.946
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	399.262	276.574	(407.838)	267.998
Outras Provisões Temporárias ⁽³⁾	2.521.705	384.828	(17.350)	2.889.183
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	32.514.603	4.445.724	(11.378.455)	25.581.872
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	522.357	2.438	(156.597)	368.198
Contribuição Social - MP 2.158/2001	655.358	-	-	655.358
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	33.692.318	4.448.162	(11.535.052)	26.605.428
Circulante	8.754.619			7.458.300
Longo Prazo	24.937.699			19.147.128

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Saldo em 31/12/2014	Aquisição/ Investimento ⁽⁴⁾	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2015
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.027.957	1.758	1.943.674	(1.223.676)	8.749.713
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos -					
Ações Cíveis	824.359	-	99.114	(26.438)	897.035
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	4.938.996	-	481.626	(3.280.240)	2.140.382
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos -					
Ações Trabalhistas	767.944	-	92.746	(24.263)	836.427
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	1.583.691	-	2.890.026	(512)	4.473.205
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	344.887	9	154.746	(1.598)	498.044
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾	1.302.218	-	-	(162.975)	1.139.243
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	287.361	-	207.706	(244.487)	250.580
Outras Provisões Temporárias ⁽³⁾	2.069.407	-	372.811	(3.602)	2.438.616
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	20.146.820	1.767	6.242.449	(4.967.791)	21.423.245
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	1.364.674	-	1.004	(137.835)	1.227.843
Contribuição Social - MP 2.158/2001	655.359	-	-	-	655.359
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	22.166.853	1.767	6.243.453	(5.105.626)	23.306.447
Créditos não Registrados	(270.820)	-	-	1.967	(268.853)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	21.896.033	1.767	6.243.453	(5.103.659)	23.037.594
Circulante	6.303.187				7.045.356
Longo Prazo	15.592.846				15.992.238

(1) Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

(2) Inclui crédito tributário de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários conforme mencionado na Nota 3.n.

(3) Composto principalmente por provisões de naturezas administrativas e depósitos judiciais.

(4) Aquisição e incorporação de participação societária (Nota 14).

O Banco Santander possui créditos tributários não ativados no valor total de R\$697.436 (30/06/2015 - R\$270.476).

Conforme previsto na Resolução CMN 3.059/2002, com as alterações promovidas pela Resolução CMN 4.441/2015, o Santander Brasil apresentou as justificativas e fundamentações para suportar o registro contábil dos créditos tributários nas suas demonstrações contábeis. Em 22 de fevereiro de 2016, o pedido para manutenção e os procedimentos para registro dos créditos tributários do Banco foi deferido pelo Bacen.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	30/06/2016					
	Prejuízos					Total Registrados
	IRPJ	Diferenças Temporárias CSLL	PIS/Cofins	Fiscais - Base Negativa	CSLL 18%	
2016	2.072.823	1.650.195	108.484	81.488	70.481	3.983.471
2017	3.721.915	2.963.849	128.828	73.343	61.723	6.949.658
2018	3.270.391	2.403.802	68.976	26.218	376.603	6.145.990
2019	3.951.696	2.400.898	75.741	64.734	-	6.493.069
2020	526.505	347.218	56.892	31.999	146.551	1.109.165
2021 a 2023	738.022	480.885	98.854	74.451	-	1.392.212
2024 a 2025	264.471	188.168	7.580	10.838	-	471.057
2026	34.505	21.174	-	5.127	-	60.806
Total	14.580.328	10.456.189	545.355	368.198	655.358	26.605.428

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$22.115.866 (30/06/2015 - R\$19.574.668), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, Contribuição Social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

12. Outros Créditos - Diversos

	30/06/2016	Consolidado 30/06/2015
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.a)		
Cartões de Crédito	14.180.127	13.009.296
Direitos Creditórios ⁽¹⁾	14.947.043	15.737.653
Cédula de Produto Rural (CPR)	109.905	165.253
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	6.710.662	5.200.158
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.724.750	1.645.031
Outros	1.132.640	1.249.911
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (Nota 23.i)	819.518	766.900
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	2.387.865	2.706.569
Créditos a Receber - Serviços Adquirente	11.671.737	9.576.843
Pagamentos a Ressarcir	150.742	181.928
Adiantamentos Salariais/Outros	221.126	184.485
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	76.353	64.948
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	56.715	675.337
Outros	2.577.930	2.152.788
Total	56.767.113	53.317.100
Circulante	38.306.578	36.187.775
Longo Prazo	18.460.536	17.129.325

(1) Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente composta por operações de "Confirming" com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise de perda de créditos de liquidação duvidosa por segmento de acordo com as políticas de risco do Banco.

13. Informações da Dependência e da Subsidiária no Exterior

Dependência:

A Agência Grand Cayman é uma filial do Banco Santander, e não é uma sociedade jurídica constituída separadamente. Opera nas Ilhas Cayman sob a Categoria "B" licença bancária. No curso normal dos negócios, a Sucursal tem operações significativas com a matriz e suas afiliadas. Todas as transações são assumidas e registradas sob a direção do Escritório Central da sucursal, que é economicamente dependente.

A Agência Grand Cayman é licenciada pela Lei de Bancos e Companhias Fiduciárias, ou "Lei de Bancos e Companhias Fiduciárias", como um Banco de Categoria "B" e está devidamente registrada como uma Companhia Estrangeira junto ao Oficial de Registro de Sociedades em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman. A agência, portanto, está devidamente autorizada a executar negócios bancários nas Ilhas Cayman, estando atualmente envolvida nos negócios de captação de recursos no mercado bancário e de capitais internacional para prover linhas de crédito para nós, que são então estendidas aos clientes do Banco Santander para financiamentos de capital de giro e comércio exterior. Ela também recebe depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e pessoas físicas e concede crédito a clientes brasileiros e estrangeiros, fundamentalmente para apoiar operações comerciais com o Brasil.

Subsidiária:

O Banco Santander detém uma subsidiária independente na Espanha, Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (Santander Brasil EFC), para complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica - grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior - e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida.

As posições financeiras resumidas da dependência e subsidiária no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras compreendem:

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Agência Grand Cayman		Santander Brasil EFC	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Ativo	73.929.247	89.265.676	2.941.471	3.507.501
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	73.929.237	89.265.652	2.941.245	3.506.855
Disponibilidades	357.498	272.075	411.767	1.059.916
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12.290.546	22.409.131	956.178	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	34.032.462	32.625.287	8.429	554.495
Operações de Crédito ⁽¹⁾	21.194.414	29.381.682	1.563.030	1.661.697
Carteira de Câmbio	5.060.236	2.743.749	-	-
Outros	994.081	1.833.728	1.841	230.747
Ativo Permanente	10	24	226	646
Passivo	73.929.247	89.265.676	2.941.471	3.507.501
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	39.661.489	51.364.696	217.204	783.368
Depósitos e Captações no Mercado Aberto	6.816.587	13.643.074	-	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽³⁾	4.946.946	11.807.638	-	-
Obrigações por Empréstimos ⁽²⁾	19.533.916	20.550.265	-	-
Carteira de Câmbio	5.504.407	2.619.523	-	-
Outros	2.859.633	2.744.196	217.204	783.368
Resultados de Exercícios Futuros	266	904	17.197	16.616
Patrimônio Líquido	34.267.492	37.900.076	2.707.070	2.707.517
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Resultado	253.251	398.535	(66.008)	26.747

(1) Refere-se, principalmente, a operações de financiamento à exportação.

(2) Obrigações por empréstimos no exterior referente às linhas de financiamento à exportação e importação e outras linhas de crédito.

(3) A variação do saldo refere-se principalmente a liquidações de eurobonds durante o primeiro trimestre de 2016.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

14. Participações em Coligadas e Controladas

		Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)		30/06/2016	
Investimentos no Escopo do Consolidado Prudencial	Atividade	Ações Ordinárias	Ações	Participação Direta	Participação Direta e Indireta
		e Cotas	Preferenciais		
Controladas do Banco Santander					
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing) ⁽¹⁵⁾	Leasing	11.043.798	-	78,57%	99,99%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	95.349	-	100,00%	100,00%
Banco Bandepe S.A. (Banco Bandepe)	Banco	2.184	-	100,00%	100,00%
Banco RCI Brasil S.A. (Atual Denominação Social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil (RCI Brasil Leasing)) ^{(10) (16)}	Banco	81	81	39,89%	39,89%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	287.706.670	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	Corretora	14.067.673	14.067.673	99,99%	100,00%
Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.) ^{(7) (9)}	Instituição de Pagamentos	61.565	-	88,50%	88,50%
Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ⁽⁵⁾	Securitizadora	-	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Estabelecimento Financeiro de Crédito S.A. (Santander Brasil EFC)	Financeira	75	-	100,00%	100,00%
Controladas da Aymoré CFI ⁽⁴⁾					
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. (Super) ⁽⁴⁾	Outras Atividades	40.000	-	-	100,00%
Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado) ⁽¹²⁾⁽¹⁹⁾	Banco	210.000	-	-	60,00%
Controlada da SAM Brasil Participações (SAM Brasil)					
Santander Brasil Asset Management Distribuidora de títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander Brasil Asset)	Administradora de Ativos	12.493.834	-	-	100,00%
Controlada da Santander Securities Services Brasil Participações S.A.					
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (Atual Denominação Social da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CRV DTVM)) ⁽⁸⁾	Distribuidora	1.740	-	-	100,00%

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

30/06/2016

	Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)		Participação Direta	Participação Direta e Indireta
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais		
Investimentos fora do Escopo do Consolidado Prudencial					
Controladas do Banco Santander					
Santander Brasil Advisory Services S.A. (Santander Brasil Advisory) ⁽¹⁸⁾	Outras Atividades	1.324	-	96,58%	96,58%
Santander Participações S.A. (Santander Participações) ⁽⁷⁾	Holding	4.597	-	100,00%	100,00%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap) ⁽¹⁹⁾	Holding	12.728.211	-	100,00%	100,00%
Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros (Santander Serviços)	Corretora de Seguros	174.360.451	-	60,65%	60,65%
Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A. (Santander Microcrédito)	Microcrédito	43.129.918	-	100,00%	100,00%
Mantiq Investimentos Ltda. (Mantiq) ⁽²⁰⁾	Outras Atividades	4.800	-	100,00%	100,00%
Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ⁽⁵⁾	Securitizadora	-	-	100,00%	100,00%
Controladas em Conjunto do Banco Santander					
Cibrasec Companhia Brasileira de Securitização (Cibrasec) ⁽¹⁾	Securitização	9	-	13,64%	13,64%
Norchem Participações e Consultoria S.A. (Norchem Participações)	Outras Atividades	950	-	50,00%	50,00%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (EBP) ⁽¹⁾	Outras Atividades	3.859	2.953	11,11%	11,11%
Campo Grande Empreendimentos	Outras Atividades	255	-	25,32%	25,32%
Controladas da Sancap					
Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização)	Capitalização	64.615	-	-	100,00%
Evidence Previdência S.A. (Evidence) ⁽³⁾	Previdência	12.591.172	-	-	100,00%
Controlada da Santander Serviços					
Webcasas S.A.	Outras Atividades	24.500	-	-	100,00%
Controladas da Webmotors S.A. ^{(2) (6)}					
Virtual Motors Páginas Eletrônicas Ltda. - ME (Virtual Motors)	Outras Atividades	1	-	-	100,00%
Controladas em Conjunto da Santander Serviços					
Webmotors S.A. ^{(2) (6)}	Outras Atividades	366.182.676	-	-	70,00%
TecBan - Tecnologia Bancária S.A. (TecBan) ⁽⁶⁾	Outras Atividades	743.944	-	-	19,81%
Controladas da Getnet S.A. ^{(13) (15)}					
Auttar HUT Processamento de Dados Ltda. (Auttar HUT)	Outras Atividades	3.865	-	-	100,00%
Integry Tecnologia e Serviços A.H.U. Ltda. (Integry Tecnologia)	Outras Atividades	1.276	-	-	100,00%
Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda. (Toque Fale)	Outras Atividades	6.050	-	-	100,00%
Izettle do Brasil S.A.	Outras Atividades	5.300	-	-	50,00%
Controlada TecBan					
Tbnet Comércio Locação e Administração Ltda. (Tbnet) ⁽¹¹⁾	Outras Atividades	37.387	-	-	100,00%
Controlada Tbnet					
Tbfort Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbfort)	Outras Atividades	7.817	-	-	100,00%

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

30/06/2016

Investimentos fora do Escopo do Consolidado Prudencial	Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)		Participação Direta	Participação Direta e Indireta	
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais			
Controladas do Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado) ⁽¹⁹⁾						
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Outras Atividades	6.950	-	-	100,00%	
Bonsucesso Tecnologia Ltda. (Atual Denominação Social da BSI Informática Ltda. ⁽¹²⁾)	Outras Atividades	450	-	-	100,00%	
Coligada						
Norchem Holdings e Negócios S.A. (Norchem Holdings)	Outras Atividades	1.679	-	21,75%	21,75%	
	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
	30/06/2016	01/01 a 30/06/2016	30/06/2016	30/06/2015	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Investimentos no Escopo do Consolidado Prudencial						
Controladas do Banco Santander						
Santander Leasing ⁽¹⁵⁾	5.732.222	176.708	4.504.039	4.163.721	138.847	215.875
Santander Brasil Consórcio	116.473	10.657	116.473	156.665	10.657	9.750
Banco Bandepe	3.039.240	106.608	3.039.240	3.094.866	106.608	131.610
Banco RCI Brasil S.A. (Atual Denominação Social da RCI Brasil Leasing) ^{(10) (16)}	1.330.658	(20.733)	530.812	-	(8.271)	-
Aymoré CFI	1.492.762	78.654	1.492.762	1.512.782	78.637	265.918
CFI RCI Brasil ⁽¹⁶⁾	-	-	-	532.382	-	43.148
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ⁽⁸⁾	-	-	-	934.136	-	64.475
Santander CCVM	497.568	11.646	497.567	423.373	11.646	40.362
Getnet S.A. (Atual Denominação Social da Santander Getnet) ^{(7) (9)}	1.364.845	100.705	1.203.030	1.150.339	97.295	56.260
Santander Brasil EFC	2.707.070	(66.008)	2.707.070	2.707.517	(66.008)	26.747
Cibrasec ⁽¹⁾	-	-	-	10.192	-	191
Santander Microcrédito	-	-	-	22.752	-	641
Controladas da Aymoré CFI ⁽⁴⁾						
Super ⁽⁴⁾	24.920	(5.025)	-	-	-	-
Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado) ⁽¹²⁾⁽¹⁹⁾	603.648	(8.781)	-	-	-	-
Controlada da SAM Brasil						
Santander Brasil Asset	140.963	2.357	-	-	-	-
Controladas do Banco Santander						
Santander Brasil Advisory	14.990	511	14.477	13.831	492	872
Santander Participações	1.393.163	(5.584)	1.393.163	1.703.201	(5.584)	(132.410)
Sancap ⁽¹³⁾	327.604	53.698	327.604	345.058	53.698	33.368
Santander Serviços	683.710	78.585	410.754	330.028	46.763	(18.654)
Mantiq ⁽²⁰⁾	6.141	3.277	6.141	6.004	3.276	1.630
Santander Microcrédito	19.015	181.136	19.015	-	181	-
Controlada da Santander Securities Services Brasil Participações S.A.						
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ⁽⁸⁾	877.540	21.104	-	-	-	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Patrimônio Líquido Ajustado 30/06/2016	Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado 01/01 a 30/06/2016	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
			30/06/2016	30/06/2015	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Investimentos no Escopo do Consolidado Prudencial						
Controladas em Conjunto do Banco Santander						
Cibrasec ⁽¹⁾	75.059	3.731	10.235	-	509	-
Norchem Participações	49.145	1.814	24.572	22.601	907	912
EBP ⁽¹⁾	56.009	(2.357)	6.223	6.570	(262)	(1.671)
Controladas da Sancap						
Santander Capitalização	104.902	48.856	-	-	-	-
Evidence ⁽³⁾	277.925	58.873	-	-	-	-
Controlada da Santander Serviços						
Webcasas S.A.	21.650	(326)	-	-	-	-
Controlada da Webmotors S.A.^{(2) (6)}						
Virtual Motors	257	(443)	-	-	-	-
Controladas em Conjunto da Santander Serviços						
Webmotors S.A. ^{(2) (6)}	259.362	16.328	-	-	-	-
TecBan	398.456	20.810	-	-	-	-
Controladas da Getnet S.A.^{(13) (15)}						
Auttar HUT	11.304	811	11.303	8.945	811	1.271
Integry Tecnologia	(286)	(186)	-	-	(186)	(33)
Toque Fale	2.068	1.097	2.068	1.819	1.097	1.779
Izettle do Brasil S.A.	(5.987)	(450)	-	-	(225)	(491)
Pos Movil ⁽¹¹⁾	-	-	-	1.259	-	(3.003)
Controlada TecBan						
Tbnet Comércio Locação e Administração Ltda. (Tbnet) ⁽¹¹⁾	56.976	(24.533)	-	-	-	-
Controlada Tbnet						
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbfort)	53.884	(24.877)	-	-	-	-
Controladas do Olé Consignado (Atual Denominação Social do Banco Bonsucesso Consignado)^{(10) (19)}						
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda. ⁽¹⁰⁾	6.874	(3.379)	6.874	6.259	(3.379)	(3.151)
BSI Informática Ltda. ⁽¹²⁾	13.608	3.576	13.608	4.184	3.576	3.350
Coligadas						
Norchem Holdings	92.752	3.082	20.174	18.704	670	702
Outras ⁽¹⁴⁾	-	-	124.821	253	-	11
Total			2.391.032	2.468.716	102.344	(115.518)

(1) Embora a participação seja inferior a 20%, o Banco exerce o controle em conjunto na entidade com os demais acionistas majoritários, através de acordo de acionistas onde nenhuma decisão de negócio pode ser tomada por um único acionista.

(2) Embora a participação seja superior a 50%, em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Serviços e a Carsales.com Investments PTY LTD. (Carsales).

(3) Em 29 de janeiro de 2015, foi aprovada pela Susep, a transferência da Carteira de Fundo Garantidor de Benefícios (FGB) da sociedade Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. para a Evidence. Em 2 de fevereiro de 2015, os ativos e reservas da referida Carteira foram transferidos e passaram a ser geridos pela Evidence (Nota 21). Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 23 de dezembro de 2015, foi aprovado um aumento no capital social pela Sancap no valor de R\$65.000 passando o capital social dos atuais R\$185.000 para R\$250.000, mediante a emissão de 3.653.145.728 novas ações ordinárias, passando de 8.938.026.072 ações para 12.591.171.800 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal.

(4) Em 4 de janeiro de 2016, a Aymoré CFI comunicou aos acionistas detentores das ações representativas dos 50% remanescentes do capital social votante da Super sua decisão de exercer a opção de compra de tais ações, pelo valor de aproximadamente R\$113 milhões. A transação foi concluída em 10 de março de 2016 (Nota 36.b).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

- (5) O capital social da empresa é de R\$100,00 composto por 100 (cem) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
- (6) A Ideia Produções e Design Ltda. - ME e KM Locanet Ltda. - ME (Compre Auto) foram incorporadas pela Webmotors S.A. em 30 de abril de 2015 (Nota 36.d).
- (7) A Go Pay Comércio e Serviços de Tecnologia da Informação Ltda. foi incorporada pela GetNet S.A. em 30 de abril de 2015 (Nota 36.d).
- (8) Investimento alienado em agosto de 2015 (Nota 36.d).
- (9) A Pos Móvil em razão do fim de seu prazo de duração foi dissolvida conforme nota publicada no Diário Oficial De La Republica de Chile em 21 de agosto de 2015.
- (10) Na AGE de 21 de julho de 2015, foi aprovada a transformação da Companhia em Banco Múltiplo, com as carteiras de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento e também a alteração da denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil para Banco RCI Brasil S.A. Este processo foi homologado pelo Bacen em 28 de outubro de 2015.
- (11) Em Reunião de sócios realizado no dia 5 de outubro de 2015, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$26.231, passando dos atuais R\$11.156 para R\$37.387, com a emissão de 26.231 mil novas quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, cujo aumento foi integralizado nesta mesma data em moeda corrente do país. Em Reuniões dos sócios realizadas no primeiro semestre de 2016 foram aprovados aumentos de capital no valor de R\$67.872, passando o capital social dos atuais R\$37.387 para R\$105.259, com a emissão de 67.872 mil novas quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, cujos aumentos foram integralizados em moeda corrente do país na mesma data em que se deu à aprovação pelos sócios.
- (12) Em Reunião de sócios realizado no dia 6 de agosto de 2015, foi aprovado a alteração da denominação social da BSI Informática Ltda. para Bonsucesso Tecnologia Ltda.
- (13) Na AGE de 23 de dezembro de 2015 foi aprovado um aumento no capital social no valor de R\$65.000 passando o capital social dos atuais R\$135.089 para R\$200.089, mediante a emissão de 1.477.036.526 novas ações ordinárias, passando de 11.251.174.951 ações para 12.728.211.477 ações ordinárias, as ações emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional pelo Banco Santander.
- (14) Em 2016, inclui o valor líquido da amortização de R\$28.861 referente a conclusão do estudo da alocação do preço de compra (Purchase Price Allocation - PPA) sobre a aquisição do Bonsucesso pela Aymoré CFI e R\$95.703 referente ao ágio na aquisição das ações representativas dos 50% remanescentes do capital social votante da Super (Nota 36.b).
- (15) O Banco Santander recomprou 1.639 ações de minoritário conforme Contrato de Compra e Venda de Ações em março de 2016.
- (16) Na AGE de 29 de janeiro de 2016 foi aprovado a incorporação da RCI Brasil pelo Banco RCI Brasil S.A., nos termos do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil pelo Banco RCI Brasil S.A." celebrado nessa mesma data. A incorporação resultou o aumento de capital do Banco RCI Brasil S.A., no valor de R\$537.073 mediante a emissão de 160 mil novas ações nominativas (39 mil ações ordinárias e 121 mil ações preferenciais), passando o capital social de R\$448.152 para R\$985.225. As 243 mil ações do capital social do Banco RCI Brasil S.A. detidas pela RCI Brasil e as novas ações emitidas atribuídas aos seus atuais acionistas na mesma proporção de sua atual participação. Com esse processo a participação anteriormente detida pela RCI Brasil passou para o Banco Santander.
- (17) Em Reuniões dos sócios realizadas no primeiro semestre de 2016 foram aprovados aumentos de capital no valor de R\$92.548, passando o capital social dos atuais R\$7.817 para R\$100.365, com a emissão de 92.548 mil novas quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, cujos aumentos foram integralizados em moeda corrente do país na mesma data em que se deu à aprovação pelos sócios.
- (18) O Banco Santander recomprou 767 ações de minoritário conforme Contrato de Compra e Venda de Ações em abril de 2016.
- (19) Na AGE de 3 de março de 2016 foi aprovado a alteração da denominação social para Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A, o processo de alteração foi aprovado pelo Bacen em 1 de junho de 2016.
- (20) Em 14 de julho de 2016, foi concluída a transação de venda de 100% das quotas representativas do capital social da Mantiq Investimentos Ltda. pelo Banco Santander e pela Santander Participações para a Angra Ventures Participações Ltda.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

15. Imobilizado de Uso

15.a) Imobilizado de Uso

	Custo	Depreciação	30/06/2016 Residual	30/06/2015 Residual
Imóveis de Uso	2.561.473	(623.489)	1.937.984	2.000.134
Terrenos	666.522	-	666.522	667.200
Edificações	1.894.951	(623.489)	1.271.462	1.332.934
Outras Imobilizações de Uso	11.699.092	(7.085.624)	4.613.468	4.457.446
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	2.991.572	(1.459.736)	1.531.836	1.406.622
Sistemas de Processamento de Dados	3.341.051	(2.413.160)	927.891	807.649
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.718.811	(2.046.163)	1.672.648	1.605.392
Sistemas de Segurança e Comunicações	1.317.060	(901.180)	415.880	260.479
Outras	330.598	(265.385)	65.213	377.304
Total	14.260.565	(7.709.113)	6.551.452	6.457.580

15.b) Imobilizado de Arrendamento

Compreende os bens relacionados aos contratos de arrendamento (Nota 8.c), e tem a seguinte composição:

	30/06/2016	30/06/2015
Veículos e Afins	4.990.824	5.728.222
Máquinas e Equipamentos	2.290.475	2.339.983
Aeronaves	306.174	164.914
Embarcações	-	2.501
Instalações	489	489
Móveis	16.008	13.753
Outros Bens	7.642	10.673
Depreciações Acumuladas	(4.140.355)	(4.451.200)
Superveniência de Depreciação	1.741.284	2.112.386
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	225.552	198.864
Total	5.438.093	6.120.585

Os bens estão compromissados para venda aos arrendatários, conforme opção destes, quando da liquidação dos respectivos contratos de arrendamento. O seguro dos bens arrendados é efetuado pelo arrendatário, com cláusula de benefício em favor da Arrendadora. No primeiro semestre de 2016 foi registrada uma insuficiência de depreciação no valor de R\$199.902 (30/06/2015 - R\$239.828) equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento, determinado de acordo com as taxas de retorno de cada operação, em conformidade com a Instrução CVM 58/1986 e Circular Bacen 1.429/1989.

16. Intangível

	Custo	Amortização	30/06/2016 Líquido	30/06/2015 Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas ⁽¹⁾	27.559.972	(24.270.056)	3.289.916	4.855.337
Outros Ativos Intangíveis	8.610.484	(5.415.029)	3.195.455	2.180.680
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais ⁽²⁾	6.076.902	(3.903.446)	2.173.456	1.539.333
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽²⁾	2.375.433	(1.427.809)	947.624	544.320
Outros	158.149	(83.774)	74.375	97.027
Total	36.170.456	(29.685.085)	6.485.371	7.036.017

(1) Inclui o montante líquido de R\$756.004 (30/06/2015 - R\$1.054.273) do ágio apurado pela Getnet S.A. na aquisição da totalidade das ações de emissão da Getnet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A. em 31 de julho de 2014.

(2) Em 2015, no Banco e no Consolidado, inclui perdas ao valor recuperável do ativo (Nota 31).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo e foi alocado de acordo com os segmentos operacionais.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, conforme demonstrado no quadro abaixo. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação, a qual é revisada e aprovada pela diretoria executiva.

A data base do teste de recuperabilidade é de 31 de dezembro de 2015, uma vez que, ao final de cada período reportável ou sempre que houver alguma indicação de perda ao valor recuperável, o ágio é testado para fins de impairment (teste de recuperabilidade).

Banco Comercial
31/12/2015

Principais Premissas:

Bases para Determinação do Valor Recuperável	Valor em Uso: Fluxos de Caixa
Período das Projeções dos Fluxos de Caixa ⁽¹⁾	5 Anos
Taxa de Crescimento	7,5%
Taxa de Desconto ⁽²⁾	15,2%

Baseado nas premissas descritas acima, não foi identificada perda do valor recuperável do ágio.

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM). A taxa de desconto antes de impostos é de 20,11%.

17. Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Depósitos

					30/06/2016	30/06/2015
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos à Vista	14.930.500	-	-	-	14.930.500	14.854.638
Depósitos de Poupança	34.516.967	-	-	-	34.516.967	36.595.391
Depósitos Interfinanceiros	-	1.666.874	771.182	7.203	2.445.259	3.008.140
Depósitos a Prazo ⁽¹⁾	97.318	23.119.555	15.418.462	44.756.054	83.391.389	89.560.862
Total	49.544.785	24.786.429	16.189.644	44.763.257	135.284.115	144.019.031
Circulante					90.520.858	91.481.934
Longo Prazo					44.763.257	52.537.097

(1) Em 30 de junho de 2016, inclui o valor de R\$43.427.383 de Certificados de Depósitos a Prazo - CDB objeto de "hedge" fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

b) Captações no Mercado Aberto

					30/06/2016	30/06/2015
		Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Carteira Própria		69.725.854	26.913.301	23.703.068	120.342.223	104.956.587
Títulos Públicos		58.007.873	31.717	-	58.039.590	46.999.172
Títulos de Emissão Própria		5.840.403	26.441.886	23.570.801	55.853.090	54.880.539
Outros		5.877.578	439.698	132.267	6.449.543	3.076.876
Carteira de Terceiros		6.424.380	-	-	6.424.380	6.299.994
Carteira de Livre Movimentação		-	4.605.930	21.385.995	25.991.925	15.773.830
Total		76.150.234	31.519.231	45.089.063	152.758.528	127.030.411
Circulante					107.669.465	76.662.311
Longo Prazo					45.089.063	50.368.100



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO
CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

				30/06/2016	30/06/2015
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Aceites Cambiais	339.990	160.959	422.263	923.212	987.653
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	9.389.395	42.569.266	40.651.472	92.610.133	77.129.230
Letras de Crédito Imobiliário - LCI ⁽¹⁾	6.922.746	14.899.621	1.061.951	22.884.318	24.480.636
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA ⁽²⁾	960.528	3.975.112	461.516	5.397.156	2.103.131
Letras Financeiras ⁽³⁾	1.506.121	23.694.533	39.128.005	64.328.659	50.545.463
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	455.179	5.077.384	199.707	5.732.270	11.909.680
Eurobonds	455.179	5.077.384	199.707	5.732.270	11.909.680
Certificados de Operações Estruturadas	368.018	591.111	21.296	980.425	469.835
Total	10.552.582	48.398.720	41.294.738	100.246.040	90.496.398
Circulante				58.951.302	45.540.898
Longo Prazo				41.294.738	44.955.500

1) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 30 de Junho de 2016, possuem prazo de vencimento entre 2016 a 2020.

(2) Letras de crédito do agronegócio são títulos de renda fixa em que os recursos são destinados ao fomento do agronegócio, indexada entre 90,0% a 98,0% do CDI. Em 30 de junho de 2016, possuem prazo de vencimento entre 2016 a 2018 (30/06/2015 - com prazo de vencimento entre 2015 a 2016).

(3) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$300 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 30 de junho de 2016, possuem prazo de vencimento entre 2016 a 2025 (30/06/2015 - com prazo de vencimento entre 2015 a 2025).

Eurobonds	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	30/06/2016	30/06/2015
					Total	Total
	fevereiro e setembro-12	fevereiro-17	US\$	4,6%	4.079.615	4.018.232
Eurobonds ⁽¹⁾	setembro-14	setembro-16	JPY	1,8%	34.452	27.640
Eurobonds	dezembro-15	julho-16	US\$	2,7%	162.336	-
Eurobonds	junho-16	junho-17	US\$	1,0%	463.465	-
Eurobonds	abril-16	outubro-16	US\$	1,0%	112.746	-
Eurobonds	abril-16	abril-17	US\$	1,0%	108.205	-
Eurobonds	janeiro e junho-11	janeiro-16	US\$	4,3%	-	2.632.420
Eurobonds ⁽¹⁾	março e maio-13	março-16	R\$	8,0%	-	1.257.319
Eurobonds ⁽¹⁾	abril-12	abril-16	CHF	3,3%	-	502.003
Eurobonds ⁽¹⁾	abril-12	abril-16	CLP	4,6%	-	114.452
Eurobonds	abril-15	julho-15	US\$	0,7%	-	261.226
Eurobonds	abril-15	outubro-15	US\$	1,1%	-	624.324
Eurobonds	maio-15	novembro-15	US\$	1,1%	-	535.197
Eurobonds	maio-15	dezembro-15	US\$	1,1%	-	159.926
Eurobonds	junho-15	dezembro-15	US\$	1,1%	-	469.038
Eurobonds	junho-15	janeiro-16	US\$	1,1%	-	137.152
Outros					771.451	1.170.751
Total					5.732.270	11.909.680

(1) Em 30 de junho de 2015, inclui R\$1.873.774 de operações objeto de "hedge" fluxo de caixa, sendo R\$502.003 indexados em moeda estrangeira - Franco Suíço, R\$114.452 em Peso Chileno e R\$1.257.319 indexado em Reais (Nota 6.b.V.b); e em 30 de junho de 2016 o valor de R\$34.452 (30/06/2015 - R\$27.640) de operações objeto de "hedge" de risco de mercado indexados em moeda estrangeira - YEN (Nota 6.b.V.a).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Despesas de Captação no Mercado

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Depósitos a Prazo ⁽¹⁾	2.118.923	5.811.723
Depósitos de Poupança	1.346.283	1.326.028
Depósitos Interfinanceiros	193.495	180.052
Captação no Mercado Aberto	10.901.234	7.014.050
Outras ⁽²⁾	11.778.386	5.605.636
Total	26.338.321	19.937.489

(1) Inclui o registro de juros no valor de R\$252.486 (2015 - R\$144.264), referente a emissão de Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II (Nota 20).

(2) Inclui, principalmente, despesas com recursos de aceites e emissão de títulos.

e) Obrigações por Empréstimos e Repasses

				30/06/2016	30/06/2015
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Obrigações por Empréstimos no País	5.997	11.493	27.008	44.498	63.995
Obrigações por Empréstimos no Exterior	7.983.835	15.853.312	3.740.601	27.577.748	29.477.570
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação ⁽¹⁾	7.672.362	15.853.312	3.740.601	27.266.275	28.344.735
Outras Linhas de Crédito	311.473	-	-	311.473	1.132.835
Obrigações por Repasses do País	1.377.567	3.275.317	11.281.036	15.933.920	15.737.037
Total	9.367.399	19.140.122	15.048.645	43.556.166	45.278.602
Circulante				28.507.521	32.234.853
Longo Prazo				15.048.645	13.043.749

(1) Inclui o valor de R\$1.810.233 (30/06/2015 - R\$1.357.587), de obrigações objeto de "hedge" risco de mercado (Nota 6.b.V.a).

As linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2019 (31/12/2015 - até o ano de 2019) e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,6% a.a. a 55,9% a.a. (30/06/2015 - 0,4% a.a. a 24,8% a.a.).

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP, variação cambial da cesta de moedas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

18. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	30/06/2016	30/06/2015
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 22.b)	6.955.217	7.266.114
Provisão para Riscos Fiscais - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 22.i)	815.271	762.516
Passivos Tributários Diferidos	1.949.765	1.700.806
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	1.163.034	191.619
Impostos e Contribuições a Pagar	709.329	595.329
Total	11.592.616	10.516.384
Circulante	2.717.329	1.689.183
Longo Prazo	8.875.287	8.827.201

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2016
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	1.057.882	-	(88.565)	969.317
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	61.257	473.366	-	534.623
Superveniência de Arrendamento Mercantil	485.278	-	(49.975)	435.303
Outros	32.505	5.046	(27.029)	10.522
Total	1.636.922	478.412	(165.569)	1.949.765

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2015
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	925.390	9.902	(1.000)	934.292
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	263.742	11.968	(41.430)	234.280
Superveniência de Arrendamento Mercantil	588.035	-	(59.957)	528.078
Outros	21.598	702	(18.144)	4.156
Total	1.798.765	22.572	(120.531)	1.700.806

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

b) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

Ano	IRPJ	Diferenças Temporárias			Total
		CSLL	PIS/Cofins		
2016	227.169	110.057	26.263		363.489
2017	286.455	165.371	40.290		492.116
2018	200.019	114.338	27.865		342.222
2019	197.840	85.149	27.676		310.665
2020	134.031	47.566	15.464		197.061
2021 a 2023	159.537	30.016	9.759		199.312
2024 a 2025	25.013	15.008	4.879		44.900
Total	1.230.064	567.505	152.196		1.949.765

19. Dívidas Subordinadas

Estão representadas por títulos emitidos de acordo com as normas do Bacen. Para a apuração dos limites operacionais, estes integram o Nível II do Patrimônio de Referência (PR) de acordo com a natureza e proporcionalidade definidas nas Resoluções CMN 4.192 de 1 de março de 2013 e alterações pela Resolução CMN 4.278 de 31 de outubro de 2013.

CDB Subordinado	Emissão	Vencimento ⁽¹⁾	Valor de Emissão (em Milhões)	Taxa de Juros (a.a.)	30/06/2016	30/06/2015
					Total	Total
CDB Subordinado	junho-06	julho-16	\$1.500	105,0% CDI	4.492.929	3.912.212
CDB Subordinado	outubro-06	setembro-16	\$850	104,5% CDI	2.426.209	2.114.010
CDB Subordinado	julho-06 a outubro-06	julho-16 e julho-18	\$447	104,5% CDI	1.317.044	1.147.570
CDB Subordinado	maio-08	maio-15 a maio-18	\$283	CDI ⁽²⁾	91.362	106.047
CDB Subordinado	maio-08 a junho-08	maio-15 a junho-18	\$268	IPCA ⁽³⁾	347.353	266.610
Total					8.674.897	7.546.449
Circulante					8.227.285	-
Longo Prazo					447.612	7.546.449

(1) CDBs subordinados possuem remuneração paga ao final do prazo juntamente com o principal.

(2) Indexado entre 100% e 112% do CDI.

(3) Indexado ao IPCA, acrescido de juros de 8,3% a.a. a 8,4% a.a.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

20. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão (em Milhões)	Taxa de Juros (a.a.) ⁽³⁾	30/06/2016	30/06/2015
					Total	Total
Nível I ⁽¹⁾	janeiro-14	Sem Prazo (Perpétuo)	\$3.000	7,375%	4.064.716	3.928.066
Nível II ⁽²⁾	janeiro-14	janeiro-24	\$3.000	6,000%	4.123.484	3.985.769
Total					8.188.200	7.913.835
Circulante					178.384	171.529
Longo Prazo					8.009.816	7.742.306

(1) Juros pagos trimestralmente a partir de 29 de abril de 2014.

(2) Juros pagos semestralmente a partir de 29 de julho de 2014.

(3) A taxa efetiva de juros, considerando o IR Fonte assumido pelo emissor, é de 8,676% e 7,059% para os instrumentos Nível I e Nível II, respectivamente.

21. Outras Obrigações - Diversas

	30/06/2016	30/06/2015
Provisão Técnica para Operações de Previdência e de Capitalização	-	-
Obrigações com Cartões de Crédito	20.213.624	17.467.775
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 22.b)	4.625.446	4.125.432
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 34)	2.775.353	3.476.972
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	22.393	191.045
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 22.i)	4.246	4.384
Provisão para Pagamentos a Efetuar		
Despesas de Pessoal	1.470.339	1.500.265
Despesas Administrativas	296.149	378.001
Outros Pagamentos	78.609	181.995
Credores por Recursos a Liberar	487.824	885.048
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	324.934	256.389
Fornecedores	816.750	644.609
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 8.c)	2.546.380	2.967.936
Outras ⁽¹⁾	4.913.538	3.758.076
Total	38.575.585	35.837.927
Circulante	32.578.318	24.969.934
Longo Prazo	5.997.267	10.867.993

(1) Inclui a obrigação referente a transferência da Carteira do FGB da sociedade Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. para a Evidence, os ativos e reservas da referida Carteira passaram a ser geridos pela Evidence a partir de 2 de fevereiro de 2015 (Nota 14).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

22. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

Em 30 de junho de 2016 e 2015, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.q).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	30/06/2016	30/06/2015
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 18)	6.955.217	7.266.114
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos -		
 Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 21)	4.625.446	4.125.432
Ações Trabalhistas	2.454.505	2.198.193
Ações Cíveis	2.170.941	1.927.239
Total	11.580.663	11.391.546

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 30/06/2016			01/01 a 30/06/2015		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	6.790.456	2.492.061	2.003.420	14.006.690	1.978.357	1.772.288
Constituição Líquida de						
Reversão ^{(1) (2)}	81.771	390.993	410.108	(7.290.272)	562.772	450.158
Atualização Monetária	288.057	148.404	93.594	567.085	128.903	85.473
Baixas por Pagamento	(207.655)	(571.689)	(337.911)	(5.428)	(534.694)	(380.679)
Outros	2.588	(5.264)	1.730	(11.961)	62.855	-
Saldo Final	6.955.217	2.454.505	2.170.941	7.266.114	2.198.193	1.927.240
Depósitos em Garantia -						
Outros Créditos	3.230.729	334.068	388.373	2.231.598	335.950	361.429
Depósitos em Garantia - Títulos e						
Valores Mobiliários	33.991	6.262	10.226	46.946	9.395	6.890
Total dos Depósitos em						
 Garantia	3.264.720	340.330	398.599	2.278.544	345.345	368.319

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas operacionais e outras despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Em 2015, inclui os efeitos decorrentes da reversão da provisão do Cofins (Nota 22.e).

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrantes em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias encontram-se descritos a seguir:

PIS e Cofins - R\$3.167.052 (30/06/2015 - R\$2.893.328): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram medidas judiciais visando afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias. Em 23 de abril de 2015, foi publicada decisão do STF admitindo o Recurso Extraordinário interposto pela União referente ao PIS e negando o seguimento ao Recurso Extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal referente à Cofins aplicável, exclusivamente, ao processo do Banco Santander. Em 28 de maio de 2015, em sessão plenária do STF, foi confirmada a inadmissibilidade do Recurso Extraordinário referente à Cofins, em decisão unânime, que negou provimento ao Agravo Regimental interposto pelo Ministério Público Federal. Com essa decisão, o pleito referente à Cofins está definido, prevalecendo a sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de agosto de 2007, favorável ao Banco Santander. Em 19 de agosto de 2015, os Embargos de Declaração apresentados pelo Ministério Público Federal foram rejeitados, por unanimidade, na sessão plenária do STF. Seguem pendentes de julgamento definitivo pelo STF a exigibilidade do PIS do Banco Santander, bem como a exigibilidade do PIS e da Cofins das demais empresas controladas. No exercício de 2015, com a decisão do STF, o Banco Santander reverteu o saldo da provisão constituída para cobrir as obrigações legais relativas à Cofins, no montante de R\$7.950 milhões (R\$4.770 milhões, após efeitos tributários).

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$860.424 (30/06/2015 - R\$1.540.689): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Os principais temas discutidos nesses processos são:

CSLL - Isonomia de Alíquotas - R\$3.666 (30/06/2015 - R\$3.559): as empresas controladas ingressaram com medidas judiciais contestando a aplicação do aumento na alíquota da CSLL para 18%, aplicável a instituições financeiras, até 1998, em comparação com a alíquota de 8% para as demais empresas não financeiras, com base no princípio constitucional da isonomia.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R\$826.142 (30/06/2015 - R\$795.430): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$318.325 (30/06/2015 - R\$480.791): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R\$673.698 (30/06/2015 - R\$641.582): em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander Brasil S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e os dois primeiros meses de 2002. Com base na avaliação de risco dos assessores jurídicos, o tratamento fiscal adotado era adequado. A Santander DTVM obteve decisão favorável no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) enquanto o Banco obteve decisão desfavorável e foi considerado responsável pelo recolhimento da CPMF. Ambas decisões foram objeto de novos recursos perante a última instância do CARF. Em junho de 2015, os recursos foram apreciados com decisões desfavoráveis para o Banco e para Santander DTVM na esfera administrativa (CARF). Em 3 de julho de 2015, Banco e Produban Serviços de Informática S.A. (atual denominação da Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais, que no período findo em 31 de março de 2016 totalizaram R\$1.349 milhões. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de “horas extras” e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos e êxitos. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência e de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

g) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - ações de cobrança com avaliação coletiva, relativas aos expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II). Referem-se a discussões judiciais promovidas pelos detentores de cadernetas de poupança, questionando o rendimento creditado pelo Banco Santander em razão da instituição de tais planos por entenderem que as modificações legislativas violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. As ações são provisionadas com base na média histórica de perda dos processos encerrados.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos. O Banco Santander, também, é parte em ações cíveis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. Nesses casos, a constituição de provisão é feita somente após o trânsito em julgado dessas ações, tendo como base os pedidos de execução individual. A jurisprudência do Superior Tribunal da Justiça (STJ) por enquanto é contrária aos Bancos. A questão está ainda sob análise no STF, tendo sido determinada a suspensão de todos os recursos, com exclusão dos processos que ainda não tenham sentença ou em fase de execução definitiva. Entretanto, o julgamento desta questão está paralisado no STF por falta de quórum, considerando que alguns dos seus Ministros se declararam impedidos para julgar a matéria e, por isso, é provável que o julgamento continue paralisado por vários anos ainda. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o STJ decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, será julgada improcedente, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

h) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificadas como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$13.798 milhões, sendo os principais processos os seguintes:

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 30 de junho de 2016, o valor relacionado a essa discussão é de aproximadamente R\$746 milhões.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas estão envolvidas em processos judiciais e administrativos contra as autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 30 de junho de 2016, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$2.843 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a atual Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. sucessora da sociedade ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao ano-base de 2005, alegando que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e Real Vida e Previdência S.A. pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34% ao invés de 15%. O lançamento foi contestado administrativamente pois o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. Houve decisão parcialmente favorável no CARF para dar parcial provimento ao recurso voluntário para excluir a multa de ofício e os juros sobre essa multa. Atualmente aguarda-se a apreciação dos Embargos de Declaração opostos pela Zurich e o julgamento do Recurso Especial interposto pela União Federal. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 30 de junho de 2016, o valor era de aproximadamente R\$270 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Real - A Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado. Em 14 de julho de 2015, a Delegacia da RFB de Julgamento decidiu favoravelmente ao Banco Santander, anulando integralmente o débito fiscal. Referida decisão será objeto de recurso de ofício perante o CARF. Em 30 de junho de 2016, o valor era de R\$1.211 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - As Autoridades Fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 à 2012. O Banco Santander apresentou tempestivamente as respectivas impugnações, as quais estão pendentes de decisão. Em 30 de junho de 2016, o valor era de R\$542 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$86 milhões, excluindo o processo abaixo:

Gratificação Semestral ou PLR - ação na esfera trabalhista referente ao pagamento de gratificação semestral ou, alternativamente, PLR aos empregados aposentados do extinto Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975, movida por Associação de Aposentados do Banespa. A ação foi julgada pelo Tribunal Superior do Trabalho contra o Banco. O Banco ingressou com os recursos cabíveis no STF que por decisão monocrática indeferiu o apelo do Banco, mantendo a condenação do Tribunal Superior do Trabalho. O Banco ingressou com o Agravo Regimental no STF. O Agravo Regimental é um apelo interno apresentado no STF requerendo que a decisão monocrática seja substituída por uma decisão de cinco ministros. A 1ª Turma do STF deu provimento ao Agravo Regimental do Banco e negou seguimento ao da Afabesp. As matérias do Recurso Extraordinário do Banco seguirão agora para o Pleno do STF para decisão sobre repercussão geral e julgamento. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$1.941 milhões, sendo os principais processos os seguintes:

Ação Indenizatória Oriunda do Banco Bandepe- relacionada a contrato de mútuo em fase de recurso para o Superior Tribunal de Justiça (STJ);

Ação Indenizatória Referente à de Serviços de Custódia - prestados pelo Banco Santander em fase inicial e ainda sem sentença proferida;

Ação Oriunda de Disputa Contratual - na aquisição do Banco Geral do Comércio S.A. em fase de recurso para o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP).

i) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R\$815.271, R\$717 e R\$3.529 (30/06/2015 - R\$762.516, R\$1.088 e R\$3.296), respectivamente, registrados em outras obrigações - fiscais e previdenciárias (Nota 18) e outras obrigações - diversas (Nota 21) de responsabilidade dos ex-controladores de Bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 12).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

23. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas, escriturais, sem valor nominal.

	30/06/2016			Em Milhares de Ações		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	79.589	105.062	184.651	116.242	142.155	258.397
De Domiciliados no Exterior	3.771.382	3.607.049	7.378.431	3.753.608	3.588.835	7.342.443
Total	3.850.971	3.712.111	7.563.082	3.869.850	3.730.990	7.600.840
(-) Ações em Tesouraria	(24.506)	(24.506)	(49.012)	(29.680)	(29.680)	(59.360)
Total em Circulação	3.826.465	3.687.605	7.514.070	3.840.170	3.701.310	7.541.480

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram e continuarão a ser calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

	Em Milhares de Reais		Reais por Milhares de Ações/Units	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Juros sobre o Capital Próprio ^{(1) (2)}	500.000	63,4290	69,7719	133,2009
Total Consolidado	500.000			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2016, ordinárias - R\$53,9146, preferenciais - R\$59,3061 e Units - R\$113,2207 líquidos de impostos.

(2) O valor dos juros sobre capital próprio serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2016 e serão pagos a partir de 26 de agosto de 2016, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

	Em Milhares de Reais		Reais por Milhares de Ações/Units	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Dividendos Intercalares ^{(1) (3)}	150.000	18,9474	20,8421	39,7895
Total Banco Santander	150.000			
Dividendos Intercalares da Santander Brasil Asset ⁽²⁾	1.000	0,0800	-	-
Juros sobre o Capital Próprio da Santander Brasil Asset ⁽²⁾	1.800	1,1441	-	-
Total Consolidado	152.800			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2015.

(2) Deliberados pela Diretoria em março de 2015 e foram pagos no dia 8 de abril de 2015. O valor dos juros sobre o capital próprio líquido dos impostos corresponde a R\$0,1225 por lote de mil ações.

(3) O valor dos dividendos intercalares será imputado integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2015 e será pago a partir de 28 de agosto de 2015, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

c) Reservas

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reserva de Capital

A reserva de capital do Banco é composta de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 3 de novembro de 2015, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 3 de novembro de 2015, programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 39.391.314 Units, representativas de 39.391.314 ações ordinárias e 39.391.314 ações preferenciais, que correspondem, em 31 de outubro de 2015, a aproximadamente 1,04% do capital social do Banco. Em 30 de setembro de 2015, o Banco Santander possuía 393.913.149 ações ordinárias e 421.717.564 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo.

O prazo do Programa de Recompra é de até 365 dias contados a partir de 4 de novembro de 2015, encerrando-se em 4 de novembro de 2016.

	30/06/2016		30/06/2015	
	Quantidade		Quantidade	
	30/06/2016		30/06/2015	
	Quantidade		Quantidade	
	Units	ADRs	Units	ADRs
Ações em Tesouraria no Início do Período	7.080.068	13.137.665	16.531.177	13.080.565
Cancelamento de ADRs ⁽¹⁾	13.137.665	(13.137.665)	-	-
Aquisições de Ações	9.758.800	-	4.399.600	57.100
Alienações - Remuneração Baseado em Ações	(5.470.623)	-	(4.388.476)	-
Ações em Tesouraria no Final do Período	24.505.910	-	16.542.301	13.137.665
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais ⁽²⁾	448.966	-	235.179	251.950
Custo/Valor de Mercado	Units	ADRs	Units	ADRs
Custo Mínimo	R\$ 7,55	US\$ 4,37	R\$ 11,01	US\$4,37
Custo Médio Ponderado	R\$ 15,11	US\$ 6,17	R\$ 14,29	US\$6,17
Custo Máximo	R\$ 18,98	US\$ 10,21	R\$ 18,51	US\$10,21
Valor de Mercado	R\$ 18,18	US\$ 5,70	R\$ 16,92	US\$5,44

(1) Em janeiro de 2016 ocorreu a transformação do total de ADR's que estavam em tesouraria para UNIT's.

(2) O total de ações em tesouraria em 30 de junho de 2016 é de R\$449.086 (30/06/2015 - R\$487.199) e inclui custos de emissão no valor de R\$120 (30/06/2015 - R\$70).

Adicionalmente, no primeiro semestre de 2016, foram negociadas ações em tesouraria que resultaram numa perda de R\$5.964 (2015 - R\$3.918), registrado diretamente no patrimônio líquido em reservas de capital.

e) Patrimônio Líquido Consolidado - Resultados não Realizados

O patrimônio líquido consolidado está reduzido, principalmente, por resultados não realizados de R\$2.915 (30/06/2015 - R\$1.603). No primeiro semestre de 2016, foram realizados resultados no valor de R\$4.885 (2015 - R\$1.781), inclui valores referente a negociação com terceiros das NTN-C e parte das NTN-F, relacionados à operação de venda realizada pelo Banco Santander à Santander Leasing (Nota 6.a III) registrada, anteriormente, como resultados não realizados no ano de 2012 no valor de R\$514.532.

24. Limites Operacionais

Em julho de 2008 entraram em vigor as regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II. No ano de 2013 foi emitido um conjunto de Resoluções e Circulares, alinhados com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia. Estas regras, representadas pelas Resoluções CMN 4.192 e 4.193 entraram em vigor em outubro de 2013 e estabelecem o modelo para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal. Estas Resoluções determinam que a composição do PR seja feita através do patrimônio líquido, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital.

Conforme estabelecido na Resolução CMN 4.193/2013 a exigência para o PR, é de 11% até 31 de dezembro de 2015, a partir de janeiro de 2016 de 9,875% mais capital de conservação de 0,625%, totalizando 10,5% até dezembro 2016, para o PR Nível I é de 6% e para o Capital Principal é de 4,5%.

Em continuidade a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN 4.192/2013, a partir de janeiro de 2015, entrou em vigor o Consolidado Prudencial, definido pela Resolução CMN 4.280/2013.



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO
CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O índice é calculado de forma consolidada, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2016 ⁽¹⁾	30/06/2015 ⁽¹⁾
Patrimônio de Referência Nível I	57.316.904	61.410.985
Capital Principal	53.252.188	57.482.919
Capital Complementar	4.064.715	3.928.066
Patrimônio de Referência Nível II	4.214.786	5.572.691
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	61.531.690	66.983.676
Risco de Crédito (2)	307.543.315	323.101.055
Risco de Mercado (3)	23.153.013	29.355.802
Risco Operacional	16.779.267	18.627.431
Total de RWA⁽⁴⁾	347.475.595	371.084.288
Índice de Basileia Nível I	16,5	16,6
Índice de Basileia Capital Principal	15,3	15,5
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	17,7	18,1

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas do Consolidado Prudencial.

(2) Para cálculo da alocação de capital para Risco de Crédito foram consideradas as modificações e inclusões da Circular Bacen 3.714 de 20 de agosto de 2014, que altera a Circular Bacen 3.644 de 4 de março de 2013.

(3) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas as variações de taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3) e taxa de juros (RWAjur1/RWAjur4), do preço de mercadorias "commodities" (RWAcom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (RWAcam).

(4) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga trimestralmente o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

25. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 22 de março de 2016 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração e Nomeação, a proposta de remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2016, no montante de até R\$300.000, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2016.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas. (Nota 34.f).

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Remuneração Fixa	40.143	28.996
Remuneração Variável	54.694	52.291
Outras	7.703	8.267
Total Benefícios de Curto Prazo	102.540	89.554
Remuneração Baseada em Ações	-	14.771
Total Benefícios de Longo Prazo	-	14.771
Total⁽¹⁾	102.540	104.325

(1) Refere-se ao montante pago pelo Banco Santander aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander.

Adicionalmente, no primeiro semestre de 2016, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$14.055 (2015 - R\$13.336).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

c) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital o Banco Santander participe com mais de 10%;

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

Acionistas	Em Milhares de Ações					
	30/06/2016					
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	0,0%	1.733.644	46,7%	3.543.227	0,0%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) ⁽¹⁾	1.107.673	0,0%	1.019.645	27,5%	2.127.318	0,0%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	518.207	0,0%	519.089	14,0%	1.037.296	0,0%
Santander Insurance Holding, S.L. (SIH) ⁽¹⁾	3.758	0,0%	179	0,0%	3.937	0,0%
Qatar Holding, LLC (Qatar Holding)	207.812	0,0%	207.812	5,6%	415.624	0,0%
Funcionários	3.460	0,0%	3.473	0,1%	6.933	0,0%
Membros do Conselho de Administração	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	175.972	0,0%	203.763	5,5%	379.735	0,0%
Total em Circulação	3.826.465	0,0%	3.687.605	99,4%	7.514.070	0,0%
Ações em Tesouraria	24.506	0,0%	24.506	0,6%	49.012	0,0%
Total	3.850.971	0,0%	3.712.111	100,0%	7.563.082	0,0%
"Free Float" ⁽²⁾	387.244	0,0%	415.048	11,2%	802.292	0,0%

Acionistas	Em Milhares de Ações					
	30/06/2015					
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	1.107.673	28,6%	1.019.645	27,3%	2.127.318	28,0%
GES ⁽¹⁾	1.809.583	46,8%	1.733.644	46,5%	3.543.227	46,6%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	518.207	13,4%	519.089	13,9%	1.037.296	13,6%
SIH ⁽¹⁾	3.758	0,1%	179	0,0%	3.937	0,1%
Qatar Holding	196.462	5,1%	196.462	5,3%	392.924	5,2%
Funcionários	3.688	0,1%	3.710	0,1%	7.398	0,1%
Membros do Conselho de Administração	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	200.799	5,2%	228.581	6,2%	429.380	5,7%
Total em Circulação	3.840.170	99,3%	3.701.310	99,3%	7.541.480	99,3%
Ações em Tesouraria	29.680	0,7%	29.680	0,7%	59.360	0,7%
Total	3.869.850	100,0%	3.730.990	100,0%	7.600.840	100,0%
"Free Float" ⁽²⁾	400.949	10,4%	428.753	11,5%	829.702	10,9%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários, Qatar Holding e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e) Transações com Partes Relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
		01/01 a		01/01 a
	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2015
Disponibilidades	676.609	-	1.578.017	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	673.141	-	1.574.587	-
Banco Santander (México), S.A. ⁽⁴⁾	128	-	51	-
Banco Santander Totta, S.A. ⁽⁴⁾	3.306	-	3.324	-
Diversos	34	-	55	-
Dividendos e Bonificações a Receber	14.408.910	21.889	21.448.274	10.546
Santander Capitalização	-	22	-	-
Sancap	100.000	-	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	14.308.910	21.867	21.448.274	10.546
Banco Santander Espanha ^{(1) (2)}	14.308.910	21.867	21.448.274	10.546
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	(571.358)	110.121	(1.083.932)	(212.967)
Santander Benelux, S.A., N.V. (Santander Benelux) ⁽⁴⁾	-	-	497.698	78.783
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Crédito Privado (Fundo de Investimento Santillana) ⁽⁴⁾	(225.386)	125.651	(1.263.963)	(183.826)
Abbey National Treasury Services Plc (Abbey National Treasury) ⁽⁴⁾	(90.086)	37.251	(87.990)	(42.565)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(255.886)	(52.781)	(229.677)	(65.359)
Negociação e Intermediação de Valores	383.293	7.293	611.166	(296.467)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	287.497	7.089	542.366	(296.490)
Abbey National Treasury ⁽⁴⁾	95.796	204	68.800	23
Carteira de Câmbio - Líquida	(119.480)	(123.224)	174.925	(422.223)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(119.480)	(123.224)	56.949	(436.367)
Santander Benelux ⁽⁴⁾	-	-	117.976	14.143
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	836.681	1.095.313	683.744	1.012.354
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽⁵⁾	-	134.787	-	102.501
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁵⁾	815.846	826.313	666.073	807.023
Sanserv	(8)	9.523	-	5.568
Santander Capitalização S.A. ⁽³⁾	19.480	113.696	15.889	88.733
Santander Participações ⁽³⁾	-	2.500	-	2.085
Integry Tecnologia e Serviços A.H.U Ltda.	607	3.171	-	2.820
Diversos	756	5.323	1.782	3.624
Resultado não Operacional	-	-	-	34.404
Capital Riesgo Global ⁽⁸⁾	-	-	-	34.404
Outros Créditos - Diversos	8.831	18.088	204.240	7.953
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	4.654	1.540	203.412	15
BPV Promotora de Vendas e Cobrança LTDA.	2.498	-	-	-
Banco Santander International (4)	-	12.721	-	5.358
Diversos	1.679	3.827	828	2.580
Depósitos	(1.786.412)	(110.289)	(328.612)	(17.947)
Banco Santander Espanha (2)	(1.561)	-	(9.280)	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. (6)	(27.118)	-	(2.782)	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (6)	(21.762)	-	(25.690)	-
Isban Brasil S.A. (4)	(12.901)	(1.776)	(1.088)	(484)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. (6)	(70.871)	(6.678)	(2.547)	(2.042)
Santander Participações	(656.062)	(39.564)	(100.339)	(3.361)
Webmotors	(212.829)	(14.041)	(166.798)	(10.341)
Sancap	(16.736)	(865)	(2.224)	(138)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
	01/01 a		01/01 a	
	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2015
Auttar Hut Processamento de Dados Ltda.	(2.244)	-	(1.929)	-
Santander Securities Services Brasil Participações S.A.	(26.947)	(1.504)	-	-
Santander Capitalização	(9.157)	-	(7.693)	-
Santander Brasil Advisory (antiga CHP)	(11.845)	(768)	(15)	(1)
Webcasas	(21.218)	(1.348)	(81)	(3)
BPV Promotora de Vendas e Cobrança LTDA.	(7.619)	(555)	(5)	-
BSI Informática LTDA.	(7.909)	(352)	(1)	-
Santander Brasil Asset (6)	-	-	-	-
Produban Serviços de Informática S.A. (4)	(13.774)	(885)	(1.292)	(213)
Fundo de Investimento Santillana (4)	(657.918)	(41.528)	(1)	(818)
Fundação Real	(166)	(15)	(650)	(72)
Fundação Sudameris	(349)	(17)	(2.889)	(207)
Diversos	(7.426)	(393)	(3.308)	(267)
Operações Compromissadas	(1.153.295)	(482.548)	(2.251.491)	(86.463)
Fundo de Investimento Santillana (4)	(334.688)	(20.661)	-	-
Produban Serviços de Informática S.A. (4)	-	-	(34.522)	(1.394)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A.	-	-	(899.043)	(50.747)
SAM Brasil Participações	-	(3)	(1.839)	(118)
Auttar Hut Processamento de Dados Ltda.	-	(141)	-	-
Isban Brasil S.A. (4)	-	-	(78.803)	(2.817)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. (6)	-	-	(122.208)	(4.922)
Santander Brasil Advisory (antiga CHP)	-	-	(11.453)	(668)
Santander Participações S.A.	-	-	(753.487)	(21.634)
Webmotors	-	-	(33.227)	(987)
Mantiq Investimentos Ltda.	-	-	(3.575)	(163)
Webcasas	-	-	(19.690)	(1.111)
Diversos	(818.607)	(461.743)	(293.644)	(1.902)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(124.416)	-	(31.902)	-
Banco Santander Espanha (2)	(111.013)	-	(29.642)	-
Banco Santander México (4)	(206)	-	-	-
Banco Santander, S.A. (Uruguay)	(13.197)	-	(2.260)	-
Despesas com Doações	-	(7.410)	-	(8.616)
Instituto Escola Brasil	-	-	-	-
Fundação Sudameris	-	(6.700)	-	(6.000)
Santander Cultural	-	(710)	-	(2.616)
Dividendos e Bonificações a Pagar	(200.700)	-	(70.495)	-
Sterrebeeck B.V. ⁽²⁾	(200.379)	-	(70.420)	-
Diversos	(321)	-	(75)	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(48.495)	(216.642)	(30.941)	(195.286)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	-	(705)	(13.145)	(367)
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. (Produban Servicios) ⁽⁴⁾	(13.737)	(14.958)	(4.734)	(8.494)
Isban Brasil S.A. (4)	(23.367)	(53.417)	(2.150)	(51.133)
Ingeniería de Software Bancario, S.L.	(8.410)	(12.270)	(1.536)	(7.743)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾	(2.886)	(92.250)	(471)	(74.888)
Konecra Brazil Outsourcing Ltda	-	-	(4.256)	(21.709)
Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda	-	(25.170)	(3.494)	(20.856)
BSI Informática LTDA.	-	(6.942)	-	(7.272)
Diversos	(95)	(10.930)	(1.155)	(2.824)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(7.739.354)	(188.081)	(7.480.878)	(188.081)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾ ⁽⁷⁾	(7.739.354)	(188.081)	(7.480.878)	(188.081)
Outras Obrigações - Diversas	(54.678)	(324.181)	(14.902)	(289.707)
Banco Santander Espanha (2)	-	(1.933)	-	(14.692)
Isban Brasil S.A. (4)	-	(155.826)	-	(150.372)
Santander Capitalização	-	(1.631)	-	-
Produban Serviços de Informática S.A. (4)	-	(29.217)	-	(28.847)
Ingeniería	-	(18.622)	-	(17.252)
Produban Servicios	-	(769)	-	(884)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (6)	(12.310)	-	(14.902)	(576)



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO
CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
		01/01 a		01/01 a
	30/06/2016	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2015
Aquanima Brasil Ltda.	-	(12.038)	-	(11.288)
Izettle do Brasil Meios de Pagamentos S.A.	-	(225)	-	-
Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda	(5.649)	-	-	-
Integry Tecnologia e Serviços A.H.U Ltda.	-	(286)	-	-
Auttar Hut Processamento de Dados Ltda.	(378)	-	-	-
BSI Informática LTDA.	-	(135)	-	-
TECBAN Tecnologia Bancaria	-	(102.316)	-	(64.971)
Diversos	(36.341)	(1.183)	-	(825)

(1) Em 30 de junho de 2016, referem-se a aplicações em moeda estrangeira (aplicações overnight) com vencimento em 01 de julho de 2016 e juros de até 0,17 % a.a. mantidas, pelo Banco Santander Brasil e sua Agência Grand Cayman.

(2) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1 e 25.d), através das subsidiárias GES e Sterrebeek B.V.

(3) Controlada - Banco Santander.

(4) Controlada - Banco Santander Espanha.

(5) Controlada em Conjunto - Banco Santander.

(6) Coligada - Banco Santander Espanha.

(7) Controlada em Conjunto - Santander Serviços.

(8) Refere-se a parcela adquirida pelo Controlador junto ao Plano de Otimização do PR realizada no primeiro semestre de 2014.

(9) Controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha.

(10) Em 31 de agosto de 2015 foi alienado a totalidade das ações de emissão da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. à Santander Securities Services Brasil Participações S.A., controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 14 e 36.d).

(11) Na AGE de 3 de março de 2016 foi aprovada a alteração da denominação social para Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A., o processo de alteração foi aprovado pelo Bacem em 1 de junho de 2016 (Nota 14).

26. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Administração de Recursos	520.932	511.383
Serviços de Conta Corrente	1.035.252	831.076
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	698.488	681.090
Operações de Crédito	422.657	435.273
Rendas de Garantias Prestadas	275.831	245.817
Comissões de Seguros	1.072.342	992.599
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	1.833.483	1.614.130
Cobrança e Arrecadações	579.831	485.664
Corretagem, Custódia e Colocação de Títulos	309.663	285.255
Outras	265.842	148.211
Total	6.315.833	5.549.408

27. Despesas de Pessoal

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Remuneração	2.021.584	1.800.671
Encargos	734.652	727.019
Benefícios	711.973	628.520
Treinamento	29.973	41.553
Outras	18.721	19.312
Total	3.516.903	3.217.075

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

28. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Depreciações e Amortizações ⁽¹⁾	1.779.036	2.980.633
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	1.080.291	1.058.397
Comunicações	238.864	247.591
Processamento de Dados	779.485	682.856
Propaganda, Promoções e Publicidade	164.805	136.634
Aluguéis	346.242	345.902
Transportes e Viagens	103.449	97.099
Serviços do Sistema Financeiro	121.722	112.412
Serviços de Vigilância e Transporte de Valores	321.649	290.449
Manutenção e Conservação de Bens	112.845	104.281
Água, Energia e Gás	116.544	104.442
Material	34.144	39.197
Outras	256.887	185.579
Total	5.455.963	6.385.472

(1) Inclui a amortização de ágio no valor de R\$906.054 (2015 - R\$1.899.966), realizada no prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, os quais são objeto de verificação anual (Nota 17).

29. Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Despesa com Cofins ⁽¹⁾	1.510.736	535.487
Despesa com ISS	239.724	206.000
Despesa com PIS/Pasep ⁽¹⁾	257.560	101.525
Outras ⁽²⁾	278.879	257.397
Total	2.286.899	1.100.409

(1) Inclui a movimentação do PIS e Cofins diferidos sobre ajuste a valor de mercado sobre títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

(2) Inclui atualizações das provisões para o PIS e Cofins da Lei 9.718/1998.

30. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Receita Líquida de Rendas de Seguros e Previdência e de Capitalização	-	-
Reversão de Provisões Operacionais - Fiscais (Nota 22.c) ⁽¹⁾	(13.302)	7.159.639
Atualização de Depósitos Judiciais	372.768	306.314
Atualização de Impostos a Compensar	117.081	135.001
Recuperação de Encargos e Despesas	518.914	469.392
Variação Monetária Ativa	568.763	466.988
Outras	430.939	546.363
Total	1.995.163	9.083.697

(1) Em 2015, no Banco e no Consolidado, inclui os efeitos decorrentes da reversão da provisão do Cofins (Nota 22.e).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

31. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Provisões Operacionais		
Fiscais (Nota 22.c)	78.631	-
Trabalhistas (Nota 22.c)	390.993	562.772
Cíveis (Nota 22.c)	410.108	450.158
Despesas com Cartão de Crédito	611.382	704.332
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria (Nota 34.a)	118.201	150.705
Variação Monetária Passiva	3.254	43.368
Despesas Judiciais e Custas	65.602	57.567
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	50.716	45.437
Corretagens e Emolumentos	36.090	41.001
Comissões	234.028	152.225
Avaliação do Valor Recuperável ⁽¹⁾	-	900.003
Outras ⁽²⁾	2.086.387	2.035.390
Total	4.085.392	5.142.958

(1) Em 2015, inclui perda ao valor recuperável do ativo registrado pela compra de direitos à prestação de serviços de folha de pagamento no valor de R\$534.281, e de ativos na aquisição e desenvolvimento de logiciais no valor de R\$362.779. A perda referente aos direitos na aquisição de folhas de pagamento foi registrada especialmente da consolidação das regras de portabilidade, consequentemente foi registrada a redução do valor do retorno esperado na gestão das folhas de pagamento e do histórico de quebra de contratos. A perda na aquisição e desenvolvimento de logiciais foi registrada em função de obsolescência e descontinuidade dos referidos sistemas (Nota 16).

(2) Inclui, principalmente, atualização monetária sobre provisões para processos judiciais e administrativos e obrigações legais, provisões para o fundo garantidor de benefícios e outras provisões.

32. Resultado não Operacional

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Resultado de Investimentos ⁽¹⁾	(624)	34.227
Resultado na Alienação de Valores e Bens	12.876	33.585
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	(11.358)	(420)
Despesas com Bens não de Uso	(7.512)	(5.066)
Ganhos (Perdas) de Capital	(3.021)	477
Outras Receitas (Despesas)	28.164	25.457
Total	18.525	88.260

(1) Em 2015, inclui o valor de R\$60.203, no lucro na alienação de ativos não-correntes mantidos para venda.

33. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	9.996.762	4.728.637
Participações no Lucro ⁽¹⁾	(617.228)	(529.203)
Juros sobre o Capital Próprio	(500.000)	(1.820)
Resultado antes dos Impostos	8.879.534	4.197.614
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, (2015 - 25% e 15%) Respectivamente ⁽⁴⁾	(3.995.790)	(1.679.046)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas ⁽²⁾	46.055	(46.207)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	155.058	114.773
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	(3.596.047)	2.073.604
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	777.611	11.425
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL ⁽³⁾	14.728	7.946
Demais Ajustes CSLL 5% ⁽⁴⁾	(454.486)	-
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	282.819	(30.581)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.770.052)	451.914

(1) A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.

(2) No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.

(3) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras, as quais a alíquota de contribuição social é de 9%.

(4) Majoração provisória da alíquota da CSLL a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018 (Nota 3.s).

Hedge Fiscal da Agência Grand Cayman e da Subsidiária Santander Brasil EFC

O Banco Santander opera uma agência nas Ilhas Cayman e uma subsidiária chamada Santander Brasil Establecimiento Financiero de Credito, EFC, ou "Santander Brasil EFC" (subsidiária independente na Espanha), que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro (Nota 14).

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no lucro (prejuízo) operacional e nas contas de despesas tributárias (PIS/Cofins) e impostos sobre renda (IR/CSLL). As variações cambiais registradas decorrentes dos investimentos estrangeiros no acumulado do período findo em 30 de junho de 2016 resultaram numa perda de R\$7.810 milhões (2015 - ganho de R\$5.132 milhões). Por outro lado, os contratos de derivativos contratados para cobrir estas posições geraram um ganho na conta resultado com instrumentos financeiros derivativos de R\$14.892 milhões (2015 - perda de R\$8.970 milhões). O efeito fiscal destes derivativos impactou a linha de despesas tributárias e a linha de imposto de renda e contribuição social, gerando uma despesa de R\$7.082 milhões (2015 - receita de R\$3.838 milhões) composto de R\$692 milhões de PIS/Cofins (2015 - R\$417 milhões) e R\$6.390 milhões (2015 - R\$3.421 milhões) de IR/CSLL.

34. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego**a) Plano de Aposentadoria Complementar**

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

I) Banesprev

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano V: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975, fechado e saldado.

Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão - Pré 75: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

Três planos (**DCA, DAB e CACIBAN**) de complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados, advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídos sob a modalidade de benefício definido. Planos fechados para novas adesões.

II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Plano I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996.

Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Plano III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

III) Bandeprev - Bandepe Previdência Social (Bandeprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bandepe e para os demais desde o ano de 2011.

IV) Outros Planos

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente. Possui um plano desenhado na modalidade de Contribuição Definida, com contribuições realizadas pelas empresas patrocinadoras e pelos participantes e possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

Fundação América do Sul de Assistência e Seguridade Social (Fasass): entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios previdências, dois na modalidade de Benefício Definido e um de Contribuição Variável, cujos processos de retirada de patrocínio, aprovados pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atual PREVIC, foram concretizados em julho de 2009. Em 8 de junho de 2015, através do Ofício 1504/CGTR/DITEC/PREVIC, foi aprovado o encerramento dos Planos de Benefícios I, II e III, bem como o encerramento da autorização para funcionamento da Fasass, como entidade fechada de Previdência Complementar. Em 10 de novembro de 2015 essa entidade foi extinta, com a baixa do respectivo Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial Líquido

	30/06/2016			
	Banesprev ⁽¹⁾	Sanprev	Santander- previ ⁽¹⁾	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(18.070.632)	(369.415)	(3.369)	(1.104.991)
Valor Justo dos Ativos do Plano	15.991.540	758.459	4.395	1.477.622
	(2.079.092)	389.044	1.026	372.631
Sendo :				
Superávit	199.407	389.044	1.025	372.630
Déficit	(2.278.499)	-	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	199.407	389.044	1.025	372.630
Ativo Atuarial Líquido	-	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 21)	(2.278.499)	-	-	-
Contribuições Efetuadas ⁽¹⁾	349.678	-	-	226
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 31)	(127.036)	-	-	(226)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.190.619)	(10.989)	487	(672)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	2.457.329	88.416	665	118.727

	30/06/2015			
	Banesprev ⁽¹⁾	Sanprev	Outros Planos ⁽¹⁾	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(16.210.440)	(351.743)	(347.619)	(1.133.735)
Valor Justo dos Ativos do Plano	14.234.873	688.402	3.921	1.484.079
	(1.975.567)	336.659	(343.698)	350.344
Sendo :				
Superávit	207.443	336.659	565	350.343
Déficit	(2.183.009)	-	(344.263)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	207.443	336.659	565	350.343
Ativo Atuarial Líquido	-	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 21)	(2.183.009)	-	(344.263)	-
Contribuições Efetuadas	152.809	-	22.533	(232)
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 31)	(132.566)	-	(17.808)	(331)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.594.052)	(10.989)	(169.208)	(672)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	900.657	98.151	241	120.294

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(1) No primeiro trimestre de 2016, conforme previsto, foi concluído o processo de transferência para a Banesprev, das caixas assistenciais, plano de complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídas sob a modalidade de benefício definido. Na linha de contribuições efetuadas o aumento no valor de contribuição/baçoamento teve como evento extraordinário o aporte no valor de R\$171.6 milhões.

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	30/06/2015			
	Banesprev ⁽¹⁾	Sanprev	Santander- previ ⁽¹⁾	Bandeprev
Experiência do Plano	(19.506)	(358)	(9)	(1.585)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(1.878.488)	-	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(1.897.994)	(358)	(9)	(1.585)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	1.634.020	47.014	440	35.295
Mudança no Superávit Irrecuperável	(36.914)	(45.619)	(430)	(33.967)

	30/06/2015			
	Banesprev ⁽¹⁾	Sanprev	Outros Planos ⁽¹⁾	Bandeprev
Experiência do Plano	(13.202)	(129)	(589)	(1.293)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	-	-	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(13.202)	(129)	(589)	(1.293)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	176.235	65.343	41	45.533

(1) No primeiro trimestre de 2016, conforme previsto, foi concluído o processo de transferência para a Banesprev, das caixas assistenciais, plano de complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídas sob a modalidade de benefício definido.

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2015 e 2014 válidos para 30 de junho de 2016 e 2015:

	Duration (em Anos)	
	31/12/2015	31/12/2014
Banesprev		
Plano I	11,44	11,45
Plano II	10,71	11,27
Plano III	8,33	8,60
Plano IV	16,38	17,34
Plano V	8,66	8,92
Pré-75	9,27	9,64
Meridional	6,62	6,65
Sanprev		
Plano I	6,62	6,68
Plano II	15,85	16,75
Plano III	9,03	9,30
Bandeprev		
Plano Básico	9,03	9,48
Plano Especial I	6,86	6,94
Plano Especial II	6,75	6,80
SantanderPrevi		
SantanderPrevi	6,95	7,15

a.1) Plano de Contribuição Definida

Dentre os planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar ligadas ao Santander, o Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de Contribuição Definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelas patrocinadoras no semestre findo em 30 de junho de 2016, foram de R\$41.556 (2015 - R\$ 35.821) no Banco e R\$43.454 (2015 - R\$ 36.944) no Consolidado.

b) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em estatuto da entidade.

Aposentados pela HolandaPrevi (denominação anterior da SantanderPrevi): o plano de assistência médica Aposentadoria, tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada. No desligamento, o funcionário deveria ter completos 10 anos de vínculo empregatício junto ao Banco Real e 55 anos de idade. Neste caso, era oferecida a continuidade do plano de assistência médica, onde o funcionário arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%. Essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período o funcionário que era desligado, com status de Aposentado Holandaprevi, arca com 100% da mensalidade do plano de saúde.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares): trata-se de concessão do benefício assistência médica para ex-funcionário do Banco Real, com natureza vitalícia era concedido na mesma condição do funcionário ativo, ou seja, com as mesmas coberturas e desenho de plano.

São elegíveis somente aos planos básico e primeiro padrão de apartamento, optando pelo plano apartamento o beneficiário assume a diferença entre os planos mais a co-participação no plano básico. Não é permitida novas inclusões de dependentes. Possui subsídio de 90% do plano.

Aposentados pela Bandeprev: plano de assistência médica concedido aos aposentados assistidos pela Bandeprev, trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios): fazem parte desse benefício somente um pequeno grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

Seguro de Vida para Aposentados do Banco Real (Seguros de Vida): concedido para os Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio de 45,28% do valor. Esse benefício é concedido também aos Aposentados da Fundação Sudameris onde o custo é 100% do aposentado. Trata-se de massa fechada.

Clínica Grátis: plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermaria, onde o custo é 100% da Fundação Sudameris.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

	30/06/2016		30/06/2015	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(6.213.977)	(496.854)	(5.773.474)	(547.542)
Valor Justo dos Ativos do Plano	6.367.759	-	5.371.316	-
	153.782	(496.854)	(402.158)	(547.542)
Sendo :				
Superávit	153.782	-	-	-
Déficit	-	(496.854)	(402.158)	(547.542)
Valor não Reconhecido como Ativo	153.782	-	-	-
Ativo Actuarial Líquido	-	-	-	-
Passivo Actuarial Líquido (Nota 21)	-	(496.854)	(402.158)	(547.542)
Contribuições Efetuadas	24.160	15.001	23.461	12.329
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(24.160)	(28.172)	(37.620)	(29.147)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	21.885	(45.179)	(396.000)	(125.847)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.082.857	-	769.555	-

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	30/06/2016		30/06/2015	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Experiência do Plano	(3.219)	(591)	(2.766)	(578)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(725.667)	-	(279.322)	-
Ganho (Perda) Actuarial - Obrigação	(728.886)	(591)	(282.088)	(578)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	760.535	-	513.722	-
Mudança no Superávit Irrecuperável	(29.158)	-	513.722	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2015 e 2014 válidos para 30 de junho de 2016 e 2015:

Planos	Duration (em Anos)	
	31/12/2015	31/12/2014
Cabesp	12,84	13,97
Lei 9.656/1998	27,69	28,69
Bandepe	12,68	14,51
Clínica Grátis	10,90	11,72
Diretores Vitalícios	8,90	9,81
Circulares ⁽¹⁾	13,16 e 9,94	13,66 e 10,88
Seguro de Vida	8,14	8,78

(1) A *duration* 13,16 (31/12/2014 - 13,66) se refere ao plano dos Ex-Empregados do Banco ABN Amro e 9,94 (31/12/2014 - 10,88) ao plano dos Ex-Empregados do Banco Real.

c) Gestão dos Ativos dos Planos

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano em 31 de dezembro de 2015 e 2014 válidos para 30 de junho de 2016 e 2015 são as seguintes:

	31/12/2015	31/12/2014
Instrumentos de Patrimônio	0,5%	3,0%
Instrumentos de Dívida	98,5%	93,9%
Bens Imóveis	0,3%	0,3%
Outros	0,7%	2,7%

d) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

	30/06/2016		30/06/2015	
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial	10,93% ⁽¹⁾ e 12,25%	10,93% ⁽²⁾ e 12,03%	10,9%	10,63% ⁽²⁾ e 11,0%
Taxa para Cálculo do Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	10,93% ⁽¹⁾ e 12,25%	10,93% ⁽²⁾ e 12,03%	10,9%	10,63% ⁽²⁾ e 11,0%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000

(1) Banesprev II, V e Pré 75; (2) Cabesp

e) Análise de Sensibilidade

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 válidos para 30 de junho de 2016 e 2015:

	Sensibilidade			
	31/12/2015		31/12/2014	
	(+) 1,0%	(-) 1,0%	(+) 1,0%	(-) 1,0%
Efeito no Custo do Serviço Corrente e nos Juros sobre as Obrigações Atuariais	88.469	(150.372)	90.431	(31.406)
Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações	719.789	(615.320)	797.418	(673.468)

f) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

f.1) Programa Local

O Programa Local do Banco Santander é dividido em dois tipos de planos independentes: (i) Planos de compra de ações e (ii) Planos de entrega de ações.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

A AGE do Banco Santander realizada em 3 de fevereiro de 2010 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações - Units do Banco Santander (Plano Local), composto por dois planos independentes: Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP) e Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP).

No dia 25 de outubro de 2011, o Banco Santander realizou a AGE, na qual deliberou a outorga do Plano de Incentivo de Longo Prazo (SOP 2014) - Investimento em Certificados de Depósito de Ações ("Units") para determinados administradores e empregados de nível Gerencial do Banco e de sociedades sob seu controle.

A AGE do Banco Santander realizada em 29 de abril de 2013 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações do Banco Santander - o Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP 2013) e o Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP 2013).

(i) Planos de Compra de Ações

Os planos de compra de ações compostos pelos Planos de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP).

As principais características dos planos de compra de ações são:

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2014: é um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreende entre 30 de junho de 2014 até 30 de junho de 2016. A quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RORAC), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, é necessário que o participante permaneça no Banco durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer as Units correspondentes.

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2013: é um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreende entre 30 de junho de 2016 até 30 de junho de 2018. A quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Ativos ponderados por Riscos (RoRWA), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, é necessário que o participante permaneça no Banco durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer as Units correspondentes.

(ii) Planos de Entrega de Ações

Os planos de entrega de ações são compostos pelos Planos de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP).

Plano PSP: plano de Remuneração baseado em ações, com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O Plano tem como objeto o pagamento de remuneração variável pelo Banco aos Participantes a título de Remuneração Variável, sendo que (i) 50% (cinquenta por cento) consistirão na entrega em "Units", onde as quais não poderão ser vendidas durante o prazo de 1 ano, a partir da data do Exercício e (ii) 50% (cinquenta por cento) será paga em dinheiro, o qual poderá ser utilizado de forma livre pelos Participantes (Remuneração Variável), após as deduções de todos os tributos, encargos e retenções.

Plano de Incentivo a Longo Prazo - PSP 2013: plano de Remuneração baseado em ações com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O Plano tem como objetivo o pagamento de remuneração variável pelo Banco aos Participantes a título de Remuneração Variável, sendo que 100% (cem por cento) consistirão na entrega em "Units".

Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos

Para a contabilização dos planos do Programa Local foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que são apresentados os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados as suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no fechamento de cada período.

Posição RTA	Plano SOP, PI12 - PSP, PSP 2013 PI13 - PSP PI14 SOP 2013, - PSP ⁽¹⁾ SOP 2014 ⁽²⁾		
	% de Ações Passíveis de Exercício		
1º	100%	50%	100%
2º	75%	35%	75%
3º	50%	25%	50%
4º	0%	0%	25%

(1) Associado ao RTA, os 50% remanescente das ações passíveis de exercício referem-se a realização do Lucro Líquido vs. Lucro Orçado.

(2) O percentual de ações determinado na posição do RTA está sujeito a um redutor de acordo com a execução do Retorno sobre o Capital Ajustado ao Risco (RORAC).

Para a mensuração do valor justo das opções dos planos foram utilizadas as seguintes premissas:

	PSP - 2013	PI14 - PSP	PI13 - PSP	PI12 - PSP
Método de Avaliação	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial
Volatilidade	40,00%	57,37%	57,37%	57,37%
Probabilidade de Ocorrência	60,27%	37,59%	26,97%	43,11%
Taxa Livre de Risco	11,80%	10,50%	10,50%	11,18%

	SOP 2013	SOP 2014	Plano SOP
Método de Avaliação	Black&Scholes	Black&Scholes	Binomial



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO
CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Volatilidade	40,00%	40,00%	57,37%
Taxa de Dividendos	3,00%	3,00%	5,43%
Período de "Vesting"	3 Anos	3 Anos	3 Anos
Momento "Médio" de Exercício	5 Anos	5 Anos	3,72 Anos
Taxa Livre de Risco	11,80%	10,50%	11,18%
Probabilidade de Ocorrência	60,27%	71,26%	43,11%
Valor Justo para Ações	R\$5,96	R\$6,45	R\$7,19

O preço médio das ações do Banco SANB11 (ações do Banco na BM&FBovespa) em 30 de junho de 2016 é de R\$16,32 (30/06/2015 - R\$15,57).

No primeiro semestre de 2016, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$15.938 (2015 - R\$6.110) no Consolidado, referentes ao plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP) e despesa de R\$ 9.506 (2015 - R\$3.768) no Banco e R\$ 9.766 (2015 - R\$3.929) no Consolidado, referentes ao plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP). As despesas relacionadas aos planos SOP e PSP são reconhecidas em contrapartida no patrimônio líquido e em outras obrigações, respectivamente.

	Quantidade de Units	Preço de Exercício	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
Saldo dos Planos em 31/Dez/2014	13.830.464					
Opções Canceladas (SOP 2013)	(748.408)	14,43	2013	Executivos	02/05/2013	30/06/2018
Opções Canceladas (PSP 2013)	(117.453)		2013	Executivos	13/08/2013	30/06/2016
Opções Canceladas (SOP 2014)	(52.500)		2011	Executivos	26/10/2011	30/06/2016
Opções Exercidas (SOP 2014)	(248.499)		2011	Executivos	26/10/2011	30/06/2016
Saldo dos Planos em 31/Dez/2015	12.663.604					
Opções Canceladas (SOP 2013)	(375.403)	12,84	2011	Executivos	26/10/2011	30/06/2016
Opções Concedidas (SOP 2013)	220.606	12,84	2013	Executivos	02/05/2013	30/06/2018
Opções Canceladas (PSP 2013)	(49.302)	-	2013	Executivos	02/05/2013	30/06/2018
Opções Exercidas (SOP 2014)	(693.230)		2013	Executivos	13/08/2013	30/06/2016
Saldo dos Planos em 30/Junho/2016	11.766.275					
SOP 2014	34.196	12,72	2011	Executivos	26/10/2011	30/06/2016
SOP 2013	9.335.420	12,84	2013	Executivos	02/05/2013	30/06/2018
PSP 2013	2.396.659		2013	Executivos	13/08/2013	30/06/2016
Total	11.766.275					

f.2) Programa Global

Política de Incentivos a Longo Prazo

Em 2014 foi lançado um plano de entrega de ações chamado de Incentivos de Longo Prazo Global Outorga 2014 - ILP CRDIV. Este plano está sujeito à consecução do indicador de performance Retorno Total do Acionista (RTA) do Grupo Santander, comparando a evolução do Grupo neste indicador com relação aos principais concorrentes globais e a liquidação será em ações do Grupo Santander Mundial.

Valor Justo do Plano Global

É considerado que os beneficiários não deixarão o Banco Santander durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo do Banco Santander foi calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) são classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

	PI10	PI11	PI12	PI13	PI14
Volatilidade Esperada (*)	15,67%	19,31%	42,36%	49,64%	51,35%
Remuneração Anual dos Dividendos nos Últimos 5 Anos	3,24%	3,47%	4,88%	6,33%	6,06%
Taxa de Juros sem Risco (Título do Tesouro de Cupom Zero) Durante o Prazo do Plano	4,50%	4,84%	2,04%	3,33%	4,07%

(*) Calculado com base na volatilidade histórica para o respectivo prazo (dois ou três anos).

Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA. Por conseguinte, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LPA relativo do Banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente, uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Plano Global CRD-IV:

	2 Anos	3 Anos	4 Anos
Rendimento Futuro de Dividendo	11.1%	10.8%	9.5%
Volatilidade Esperada	32.7%	34.7%	36.9%
Comparador de Volatilidade	12% -52%	16% - 56%	16% - 52%
Taxa de Juros sem Risco	1.7%	2.1%	2.5%
Correlação	0,55	0,55	0,55

O indicador que será usado para mensurar o atingimento dos targets será a comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Grupo Santander com o RTA dos 15 (quinze) principais concorrentes globais do Grupo.

O indicador será apurado em dois momentos: primeiro momento para apuração do programa (2015) e um segundo momento nos pagamentos anuais de cada parcela (2015, 2016 e 2017).

Cada executivo tem um target em Reais. Caso os indicadores sejam atingidos, o target será convertido em ações do Grupo Santander que serão entregues em parcelas nos anos de 2016, 2017 e 2018, com uma restrição de venda de 1 (um) ano depois de cada entrega.

	Quantidade de Units	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2015	-				
Saldo dos Planos em 30 de Junho de 2016	1.613.057	2014	Executivos		

No primeiro semestre de 2016, não foram registradas despesas "pro rata" dia, no mesmo período de 2015 foram registradas despesas no valor de R\$6.678 no Consolidado, referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos acima mencionados, para o total dos planos do Programa Global.

Os Planos não causam diluição do capital social do Banco, uma vez que são pagos em ações do Banco Santander Espanha.

f.3) Remuneração Variável Referenciado em Ações

A AGO de Acionistas do Banco Santander Espanha, de 11 de junho de 2010, aprovou a nova política de remuneração de executivos através do plano de pagamento de remuneração variável referenciado em ações para as empresas do Grupo, incluindo o Banco Santander. Esta nova política, com os ajustes aplicáveis ao Banco Santander, foi aprovada pelo Comitê de Nomeação e Remuneração e pelo Conselho de Administração em 2 de fevereiro de 2011.

Os objetivos do plano são: (i) alinhar o programa de remuneração aos princípios do "Financial Stability Board" (FSB) acordados no G20; (ii) alinhar os interesses do Banco Santander e dos participantes (crescimento e lucratividade dos negócios do Banco Santander de forma sustentável e recorrente e reconhecimento da contribuição dos participantes); (iii) possibilitar a retenção dos participantes; e (iv) promover o bom desempenho do Banco Santander e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo.

O plano tem como objeto o pagamento de remuneração variável, em dinheiro ou ações, conforme detalhado abaixo, devida pelo Banco Santander aos participantes nos termos de sua política de remuneração, atrelado ao desempenho futuro das ações.

O pagamento de remuneração variável referenciada em ações está dentro do limite da remuneração global dos administradores aprovada em AGO do Banco Santander.

A quantidade total de ações referenciadas será liquidada em três parcelas e alocadas igualmente para os três exercícios sociais subsequentes ao ano base.

Em 19 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, o qual foi deliberado em AGE do dia 15 de fevereiro de 2013.

Em 24 de abril de 2013, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em AGE do dia 3 de junho de 2013.

Em 18 de março de 2015, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em AGE do dia 30 de abril de 2015.

Em 29 de setembro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em AGE do dia 14 de dezembro de 2015.

Nesta proposta foram determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida a seus Administradores e outros colaboradores, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável do Banco Santander foi reavaliado e passou a ser dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Coletivo não identificado.

i) Coletivo Identificado - Participantes do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos no Banco e responsáveis das áreas de controle. Do variável destes executivos, uma parcela é diferido em ações, pago 100% em Units SANB11. No primeiro semestre de 2016, foram registradas receitas no valor de R\$5.956 (2015 - despesas no valor de R\$2.267) no Consolidado, referente a provisão do plano de diferimento em ações.

ii) Coletivo não Identificado - Funcionários - empregados de nível gerencial e outros funcionários da organização que venham a ser beneficiados pelo Plano de diferimento. O valor diferido será pago 100% em dinheiro, indexado a 100% do CDI. No primeiro semestre de 2016, foram registradas despesas no valor de R\$53 (2015 - despesas no valor de R\$4.525) no Consolidado.

35. Estrutura de Gerenciamento de Risco

O Banco Santander no Brasil se apoia em uma gestão de risco prudente e com a definição do apetite de riscos por parte da Administração atendendo ao regulador local e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. Nessas operações o Banco está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

- Risco de crédito: exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco Santander. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de riscos e uma adequada rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira, conforme definido pela Comissão Executiva.

- Risco de mercado: exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados onde atua.

- Risco operacional é a possibilidade de perdas decorrente da inadequação ou falha de processos, pessoas e sistemas, ou por acontecimentos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Organização, mas exclui aqueles que ocorram como consequência de riscos estratégicos e de reputação. A gestão e o controle dos riscos operacionais buscam fortalecer os fatores de controles internos e do ambiente de negócios e assim contribuir no aprimoramento do processo decisório e atendimento aos requerimentos dos Órgãos Reguladores, Acordo da Basileia e às exigências da Lei Sarbanes Oxley. O Modelo também segue as diretrizes estabelecidas pelo Banco Santander Espanha fundamentadas no COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Enterprise Risk Management – Integrated Framework 2013*.

- Risco de Compliance é definido como risco legal, de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentos, códigos de ética e conduta e das boas práticas bancárias. O gerenciamento de risco de compliance tem caráter preventivo e inclui monitoria, treinamento e comunicação adequada das regras e legislação aplicáveis a cada área de negócios do Banco Santander.

Risco de Lavagem de Dinheiro e de Financiamento ao Terrorismo é a possibilidade de o Banco ser utilizado para a lavagem de dinheiro, através da contratação de produtos, serviços e realização de movimentações financeiras comuns ou complexas envolvendo recursos provenientes de negócios ilícitos no Brasil e no exterior, tais como o tráfico de entorpecentes, corrupção pública, evasão de divisas entre outros.

No caso de financiamento ao terrorismo, o risco está relacionado à realização de transações de ou a favor de pessoas físicas e jurídicas que constam em listas internacionais divulgadas pelo GAFI – Grupo de Ação Financeira Internacional, Organização das Nações Unidas (ONU), União Europeia, entre outras, ou recursos daquelas que se identificam como simpatizantes de grupos extremistas e que por esse motivo, realizam contribuições, doações, atuam na logística de distribuição de recursos afim de auxiliar financeiramente ao terrorismo.

Para prevenir e combater a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo, o Banco dispõe de uma Governança Institucional baseada nas melhores práticas de controle e de atendimento aos padrões mundiais de organismos e autoridades nos países onde atua.

- Risco reputacional é o risco de dano ao modo como o Banco é visto pela opinião pública, por seus clientes, investidores ou qualquer parte interessada e que podem ocasionar importantes perdas financeiras para a instituição.

A gestão e controle dos riscos no Conglomerado Santander se estruturam em três linhas de defesa que desenvolvem funções distintas e independentes:

- i. Gestão de riscos desde sua geração;
- ii. Controle e consolidação dos riscos, supervisionando sua gestão; e
- iii. Revisão independente das atividades de riscos.

As três linhas de defesa devem contar com um nível de separação e independência suficientes para não comprometer a efetividade da gestão.

Sem prejuízo da independência antes mencionada, as três linhas de defesa devem atuar coordenadamente a fim de maximizar sua eficiência e potencializar sua efetividade.

Primeira Linha de Defesa: Geração e Gestão do Risco

As linhas de negócio ou atividades que geram exposição a um risco constituem a primeira linha de defesa frente a este. A geração de riscos na primeira linha de defesa deve ajustar-se ao apetite e aos limites definidos. Para atender sua função, a primeira linha de defesa deve dispor dos meios para identificar, medir, gerenciar e reportar os riscos assumidos.

Segunda Linha de Defesa: Controle e Supervisão de Riscos

A segunda linha de defesa, representada pela Vice-Presidência Executiva de Riscos (doravante, VPE de Riscos), está constituída por equipes especializadas no controle de riscos e na supervisão da gestão dos mesmos. Esta segunda linha deverá zelar pelo controle efetivo dos riscos e assegurar que os mesmos são gerenciados de acordo com o nível de apetite de risco definido pela direção do Conglomerado Santander.

Terceira Linha de Defesa: Auditoria Interna

Auditoria Interna, em seu trabalho de última etapa de controle existente no Conglomerado Santander, deve avaliar periodicamente que as políticas, métodos e procedimentos são adequados e comprovar que estão implantados efetivamente na gestão.

Governança Corporativa da Função de Riscos

O modelo de governança está estruturado tanto numa visão de decisão, com foco na análise e aprovação de propostas e limites de crédito, como numa visão controle, com foco no controle integral de riscos.

Os princípios fundamentais que regem o modelo de governança de riscos são:

- Independência da função de riscos em relação a área de negócios;
- Envolvimento da direção nas tomadas de decisão; e
- Decisões colegiadas e consenso sobre operações de crédito.

O CER - Comitê Executivo de Riscos é o fórum de decisão local com representantes da gestão do Banco, entre eles o Presidente, o Vice-Presidente de Riscos e os demais membros da comissão executiva. As principais atribuições deste comitê são:

- Acompanhar a evolução das carteiras de crédito e mercado;
- Decidir sobre propostas de crédito;
- Definir e acompanhar o cumprimento do apetite de risco;
- Definir as ações quanto às recomendações formuladas pelo regulador local e pela Auditoria Interna;
- Aprovar e autorizar as ferramentas de gestão, iniciativas de melhora, o seguimento de projetos e quaisquer outras atividades relevantes relacionadas com a gestão de riscos; e
- Aprovar as políticas de riscos assim como mudanças em políticas de riscos com impacto em receitas, margem ou despesas de provisão.

O CCR - Comitê de Controle de Riscos é o fórum de controle e acompanhamento local com representantes da gestão do Banco, entre eles o VPE de Riscos e o Vice-Presidente de Finanças. As principais atribuições deste comitê são:

- Realizar um seguimento integral e periódico de todos os riscos, comprovando se seu perfil encontra-se dentro do estabelecido no apetite de risco, Planejamento Estratégico Comercial e orçamento aprovado pelo Conselho de Administração;
- Realizar um controle periódico independente das atividades de gestão de riscos;
- Supervisionar as medidas adotadas, em matéria de riscos, para cumprir com as recomendações e indicações formuladas pelo regulador e auditoria local; e
- Proporcionar ao Conselho de Administração e à comissão executiva a informação e assistência que precisem em matéria de riscos.

Os temas relevantes de gestão de riscos, ou aqueles que por ventura excedam a alçada destes Comitês, serão encaminhados e decididos pelo Conselho de Administração.



Gerenciamento de Risco de Crédito

O gerenciamento de Riscos de Crédito fornece subsídios à definição de estratégias conforme o apetite de riscos, além de estabelecer limites, abrangendo a análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de risco e uma rentabilidade mínima adequados que compensem a inadimplência estimada, tanto do cliente como da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração.

A gestão de Riscos de Crédito é especializada em função das características dos clientes, sendo segregada entre clientes individualizados (com acompanhamento de analistas dedicados) e clientes com características similares (estandardizados):

- **Gestão Individualizada** - é executada por um analista de riscos definido, que prepara as análises, encaminha ao Comitê de Riscos e faz o acompanhamento da evolução do cliente. Abrange os clientes do segmento de Atacado: Corporate e Global Corporate Banking (doravante, GCB), instituições financeiras e determinadas empresas; e
- **Gestão Estandarizada** - voltada a pessoas físicas e empresas não enquadradas como clientes individualizados. Baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisão e de avaliação do risco interno, complementados por alçadas comerciais e equipes de analistas especializados para tratar exceções.

O perfil do risco de crédito assumido pelo Banco é caracterizado por uma diversificada distribuição geográfica e pela prevalência de operações bancárias varejistas. Aspectos macroeconômicos e condições de mercado, assim como a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes e as perspectivas econômicas também são avaliadas e consideradas na mensuração adequada de risco de crédito.

O risco envolvido nas operações de crédito, a identificação do tomador, da contraparte, a classificação do risco em diferentes categorias, a concessão do crédito e as avaliações periódicas dos níveis de risco são procedimentos que corroboram na determinação dos volumes de garantias e provisões necessários para que as operações de crédito sejam realizadas de acordo com as normas vigentes e com a segurança devida.

As políticas, os sistemas e os procedimentos utilizados são reavaliados anualmente para estarem sempre de acordo com as necessidades do gerenciamento de riscos e com os cenários atuais do mercado.

a) Modelos de Rating

O Banco usa modelos próprios de *score/rating* internos, para medir a qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação. Cada *rating* está relacionado com uma probabilidade de inadimplência ou não-pagamento, determinada a partir da experiência histórica da instituição, com a exceção de algumas carteiras conceituadas como *Low Default Portfólios* (baixa probabilidade de inadimplência) recorrendo-se a dados de mercado para prever a inadimplência. Os *scores/ratings* são utilizados no processo de aprovação e acompanhamento do risco.

As classificações atribuídas aos clientes são revisadas periodicamente, incorporando a nova informação financeira disponível e a experiência desenvolvida na relação bancária. A frequência dessas novas avaliações é maior para os clientes que alcançam certos níveis nos sistemas automáticos de alerta e também àqueles classificados como de acompanhamento especial.

As ferramentas de qualificação Global são aquelas aplicadas aos segmentos de risco soberano, instituições financeiras e Clientes Globais do Atacado (GCB), com gestão centralizada no Banco. Essas ferramentas geram o *rating* de cada cliente, que é obtido a partir de um módulo automático ou quantitativo, com base em coeficientes de balanços patrimoniais ou variáveis macroeconômicas, complementados pelo julgamento do analista e são revisadas para que as qualificações por elas atribuídas sejam progressivamente aperfeiçoadas.

No caso de empresas e instituições privadas de carteira, foi definida uma metodologia única para elaborar um *rating* em cada país, baseada nos mesmos módulos que os *ratings* anteriores: quantitativo ou automático (nesse caso analisando o comportamento de crédito de uma amostra de clientes em relação aos seus estados financeiros), qualitativo ou revisão feita pelo analista com ajustes finais.

Para clientes com gestão padronizada (standardizada), tanto de pessoas jurídicas como de pessoas físicas, existem ferramentas de *scoring* que atribuem automaticamente uma nota ao cliente.

Essas ferramentas são complementadas com modelos de performance, os quais permitem uma maior previsibilidade do risco assumido e que são usados para atividades preventivas e de comercialização

b) Ciclo do Risco de Crédito

O processo de gestão de risco de crédito consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir sobre as exposições à qual as empresas do Conglomerado Santander estão submetidas. O ciclo de gestão de risco de crédito possui funções distintas para cada uma das três fases:

- Pré-venda: inclui os processos de planejamento, fixação de metas, análise de risco, definição do apetite de riscos, aprovação de novos produtos e processos de *rating* de crédito;
- Venda: trata-se da tomada de decisão para operações pré-classificadas e específicas; e
- Pós-venda: contempla os processos de monitoramento, mensuração e controle, além da gestão do processo de recuperação.

Este processo é acompanhado pelo Conselho de Administração e pela Comissão Executiva do Banco que aprova as políticas e os procedimentos de riscos, os limites, as delegações de alçadas além de supervisionar a atuação da Vice Presidência.



Planejamento e Limites de Risco

O limite de risco estabelece o interesse do Banco mediante a avaliação de propostas de negócio e a posição do risco. É definido através do apetite ao risco aprovado pela direção do Conglomerado Santander e das unidades.

Os limites são baseados em duas estruturas básicas: clientes/segmentos e produtos.

No caso dos riscos individualizados, o nível mais básico é o cliente, para o qual são estabelecidos limites individuais (pré-classificação).

Para os clientes GCB é utilizado um modelo de pré-classificação baseado em um sistema de mensuração e monitoramento do capital econômico. Em relação ao segmento *Corporate*, utiliza-se um modelo de pré-classificação simplificado para clientes que cumprem determinados requisitos (conhecimento elevado, *rating*, entre outros).

No caso dos riscos standardizados, os limites de risco são definidos através de ferramentas automáticas (aprovação massiva), que aplicam regras distintas de acordo com o produto, perfil de crédito e nota de risco do cliente e estão descritos no Planejamento Estratégico Comercial (PEC), que é um documento previamente acordado pela área Comercial e que contém os resultados esperados do negócio em termos de risco/retorno.

Análise de Risco

Consiste em examinar a capacidade da contraparte em fazer frente aos seus compromissos contratuais com o Banco e/ou Sociedades do Conglomerado Santander.

Através da análise de especialistas ou modelos estatísticos, é atribuído um *rating* interno que reflete a probabilidade de ocorrência da inadimplência.

Essa análise é realizada no mínimo anualmente, podendo ser revisado com maior periodicidade se o perfil de risco do cliente o requerer (em função de sistemas de alerta centralizadas ou visitas do gerente ou analista de crédito) ou se existirem operações pontuais fora da pré-classificação.

Tomada de Decisão sobre Propostas

Tem o objetivo de analisar e adotar resoluções, de acordo com as políticas pré-estabelecidas, levando em consideração o apetite por o risco e quaisquer elementos da operação importantes para avaliar o risco e retorno.

O Banco Santander utiliza, entre outras, a metodologia Rentabilidade Ajustada ao Risco no Capital (RORAC) para a análise e a precificação no processo de tomada de decisão sobre operações e negócios, principalmente nos maiores Conglomerados (segmento atacado).

As operações do Varejo são liberadas a partir de limites aprovados via forma massificada ou através de procedimentos de exceção, que utilizam elementos julgamentais conforme alçadas pré-definidas.

Monitoramento de Risco

A detecção preventiva de deterioração da qualidade de crédito da operação é responsabilidade do gerente comercial em conjunto com o analista de riscos. Adicionalmente, é realizado o monitoramento dos riscos através de um processo de observação permanente para identificação antecipada de incidentes que possam decorrer na evolução das operações, dos clientes e de seu ambiente.

Este monitoramento pode resultar na classificação do cliente em FEVE (Firmas em Vigilância Especial), que é um sistema que permite a diferenciação do nível de gestão e a ação a ser tomada caso a caso.

Estes clientes são revisados semestralmente ou a cada trimestre para casos de categorias mais graves. A classificação FEVE também pode decorrer da revisão realizada pela auditoria interna.

São utilizadas, no nível individual, rotinas diárias extraídas de sistemas específicos, com o objetivo de controlar a devida utilização dos limites concedidos. Neste mesmo nível, é feito controle da suficiência de garantias, por área centralizada de gestão.

No caso dos riscos no nível standardizado, os indicadores-chave (concentração, perda de crédito e cumprimento de orçamento) são monitorados com o objetivo de detectar variações no desempenho da carteira em relação às projeções realizadas nos PEC.

A reavaliação do risco no nível cliente ocorre a partir do cálculo mensal da nota de risco através de modelos comportamentais, que podem considerar, por exemplo, variáveis referentes a atraso no pagamento e restrições externas.

São analisados indicadores para medir o desempenho e aderência das decisões tomadas, visando determinar possíveis ajustes nos níveis de alçadas delegadas.

Provisões

O Banco Santander constitui provisão de acordo com a legislação vigente do Bacen, de acordo com as Resoluções CMN 2.682/1999; 2.697/2000 e a Carta Circular do Bacen 2.899/2000, que classifica as operações de crédito por *rating* e determina o percentual mínimo de provisão requerido (Nota 8.e).

Recuperação

As estratégias e os canais de atuação são definidos de acordo com os dias de atraso no pagamento e com os montantes em atraso e buscam sempre como a primeira alternativa, a recuperação do cliente. São utilizadas ferramentas como pontuação comportamental para estudar o desempenho de cobrança de certos grupos, no intuito de diminuir custos e aumentar as recuperações.

Os clientes com maior probabilidade de pagamento são classificados como baixo risco e os clientes com baixa probabilidade de pagamento são classificados como alto risco, determinando assim a intensidade da cobrança.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O foco está na manutenção de um saudável relacionamento com os clientes, por isso, as atuações dos canais de cobrança são definidas pelo “Mapa de Responsabilidade”, documento que utiliza o tempo de inadimplência versus o valor de risco, além de outras características utilizadas para compor a definição de estratégias.

O Banco utiliza cobranças específicas de acordo com o público conforme detalhamento a seguir:

- Equipes internas especializadas em reestruturação e recuperação de créditos com atuação direta junto aos clientes inadimplentes com atraso superior a 60 dias e valores mais expressivos; e
- Escritórios externos especializados para cobrar, notificar e ajuizar clientes de alto risco. Esses escritórios são comissionados de acordo com percentuais preestabelecidos aplicados sobre os valores recuperados.

Após esgotados todos os recursos de cobrança executamos vendas de carteira de créditos inadimplentes. Essas vendas de carteiras de crédito acontecem periodicamente por meio de processos de leilão, precificando essa carteira de forma justa e com menor impacto para o Banco.

Vendas de Carteira de Créditos Inadimplidos

Com foco em operações em situação de prejuízo, são realizadas periodicamente através de processos de leilão competitivo ou bilateral, nos quais se avaliam as condições, características e preço de venda das carteiras que serão ofertadas para os investidores potenciais.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

O modelo de gerenciamento de capital implantado conta com uma estrutura adequada e bem definida, as ações adotadas são planejadas e contundentes, o que permite o controle seguro e eficiência do uso de capital.

Na estrutura estabelecida há segregação de funções por área especializada, sendo:

- i) Área de Riscos – que identifica, modela e controla os riscos;
- ii) Área de Finanças – que controla, apura e reporta o consumo de capital; e
- iii) Área de Gestão de Capital - incumbida de realizar o planejamento e a gestão do capital.

Todos os fluxos, cálculos e modelos envolvidos no gerenciamento de capital são auditados e validados internamente e seus resultados, reportados à Direção.

Já a estrutura do gerenciamento de riscos é pautada em três princípios básicos :

1. Segregação de Funções - a adequada gestão e o controle do Capital requer uma clara alocação de responsabilidades entre as distintas funções e unidades envolvidas tanto em nível local como corporativo, assim como da coordenação e colaboração entre as mesmas para a realização dos objetivos da Entidade e do Grupo.

2. Estrutura Organizacional - a estrutura organizacional local implicada na gestão do Capital deve ser consistente com a estrutura corporativa, sem prejuízo da aplicação do princípio de proporcionalidade.

3. Decisões em Órgãos Colegiados - o estabelecimento de órgãos colegiados em matéria de Capital assegura o contraste de opiniões, evitando a atribuição de capacidades de decisão exclusivamente individuais, tanto em nível local, como corporativo.

No Santander Brasil há um diretor responsável pelo gerenciamento de capital nomeado pelo Conselho de Administração; além disto contamos com uma política institucional de gestão de capital que serve como diretriz para o cálculo, gestão, controle e reporte de Capital; cumprindo com todos os requerimentos definidos para estrutura de gerenciamento de capital estabelecidos na Resolução do CMN 3.988/2011.

Outras Informações

(i) O processo de gerenciamento, acompanhamento e controle de capital é realizado tanto para o capital regulatório quanto econômico. A gestão de capital regulatório é baseada na análise da adequação dos níveis de capital através do índice de Basileia, utilizando os critérios definidos pelo Bacen. O objetivo é atingir uma estrutura de capital eficiente considerando os custos de capital, requerimentos regulatórios, objetivos de *rating* e retorno aos investidores.

(ii) Nas operações de venda ou transferência de ativos financeiros são analisadas as condições e características das operações para a adequada avaliação e classificação quanto à gestão dos riscos e retenção dos benefícios.

(iii) Um maior detalhamento da estrutura de gerenciamento de riscos de crédito, está descrito no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Patrimônio de Referência

O gerenciamento de capital do Banco Santander é realizado tanto para o capital regulatório quanto para o capital econômico. A gestão de capital regulatório baseia-se na análise dos “ratios” de capital, usando critérios definidos pelo Bacen. O Banco Santander apresenta uma gestão de capital ativa incluindo securitizações, venda de ativos e carteiras, emissões de ações preferenciais e instrumentos híbridos. O modelo de avaliação de capital econômico visa garantir a disponibilidade de capital para suportar todos os riscos de sua atividade econômica nas diversas unidades de negócio em diferentes cenários, com os níveis de solvência acordados pelo Banco Santander.

Risco Socioambiental

A inclusão dos aspectos socioambientais na estratégia de negócios é uma das premissas da atuação do Santander Brasil. O conjunto de práticas no tema segue uma agenda própria dentro de três eixos estratégicos:

- (i) Inclusão Social e Financeira;
- (ii) Educação; e
- (iii) Gestão e Negócios Socioambientais.

A visão do Santander sobre o tema está pautada pela necessidade de evolução da sociedade e do mercado em direção a melhores práticas socioambientais, fomentando uma economia que seja dinâmica, inclusiva e ambientalmente equilibrada. Sob esta perspectiva, a sustentabilidade no Santander se traduz na gestão de riscos e na agenda positiva, ligada ao fomento dos negócios dos clientes e da evolução das atividades do Banco.

O Santander Brasil está preparado para um processo colaborativo de construção, compartilhamento de experiências e resultados com seus pares, principais stakeholders e com o Bacen. Este movimento tornará o Sistema Financeiro Nacional mais sólido e robusto, portanto mais preparado para um novo cenário econômico mundial e seus desafios.

O modelo de governança da sustentabilidade do Banco tem como objetivo garantir o alinhamento estratégico, dar suporte à evolução contínua do tema dentro do Banco e também gerenciar os riscos relacionados a este tema.

O principal órgão de alcance global desta estrutura é o Comitê Global de Sustentabilidade do Grupo Santander, composto pelo CEO global e por membros da Administração que garantem a integração da sustentabilidade no modelo de negócio por meio da definição de planos estratégicos e políticas de sustentabilidade do Banco.

No Brasil a aplicação dessas diretrizes na Governança Corporativa é realizada em duas instâncias: o Comitê de Sustentabilidade e Sociedade, ligado ao Conselho de Administração e coordenado por Jesús Maria Zabalza Lotina, Vice-Presidente do Conselho de Administração, que conta com três membros independentes e a área de Sustentabilidade, ligada à Vice-Presidência de Comunicação, Marketing, Relações Institucionais e Sustentabilidade.

Para ser o melhor Banco comercial e ganhar a confiança dos principais stakeholders, funcionários, clientes, acionistas e da sociedade, é imprescindível também ter uma sólida cultura de riscos, cujos princípios estão aglutinados sob a cultura de riscos do Santander, que se traduz em uma prioridade que apoia a evolução dos negócios a partir da promoção da sustentabilidade.

- Responsabilidade: o gerenciamento de riscos é responsabilidade de todos;
- Resiliência: o Banco deve ter a resiliência (prudência e flexibilidade) necessária para assegurar a sustentabilidade nos diferentes cenários;
- Desafio: o Banco deve questionar no dia a dia sobre tudo o que é feito por seus profissionais e perguntar se é a melhor forma de gerenciar os riscos;
- Simplicidade: o Banco fala de riscos fala de simplicidade e clareza; e
- Orientação para o cliente: todo o gerenciamento de riscos deve estar orientado para o cliente.

Para o Santander, o Risco Socioambiental está associado à concessão responsável do crédito e da gestão adequada dos impactos das atividades a organização. Da mesma forma, entende-se que o risco socioambiental é transversal aos demais riscos devendo ser gerenciado de forma efetiva e sistemática. A não observância dessa abordagem pode resultar em potenciais consequências diretas e indiretas, tais como: redução do fluxo de caixa, perda de ativos, risco de imagem, risco à saúde pública, perda de ecossistemas naturais, entre outros.

Governança da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA)

A PRSA estabelece os elementos centrais de governança para o tratamento adequado das questões socioambientais: a nomeação de um Diretor responsável pelo cumprimento da política, o acompanhamento da política por um Comitê nomeado pelo Conselho de Administração e o estabelecimento de um processo que estimula a melhoria contínua e promove a verificação de aderência às diretrizes estabelecidas na PRSA.

Buscando avançar as práticas relativas a esta governança, serão implantados em 2016 um conjunto de instrumentos, fluxos de informações e instâncias de decisão que garantirá o cumprimento da PRSA. Seus principais objetivos são:

- Garantir o envolvimento da Administração na tomada de decisão que envolva aspectos socioambientais considerados críticos (de alto grau de exposição ao risco socioambiental, de acordo com proporcionalidade e relevância);
- Garantir o fluxo de informações relevantes entre as áreas de interface com os temas da PRSA; e
- Delimitar papéis e responsabilidades quanto ao monitoramento, análise e melhoria contínua das ações.

A governança da PRSA não substitui a governança estabelecida nas áreas, mas as complementa. Desta forma, especialmente no que se refere aos fluxos de informação e decisão, estão previstas medidas adicionais relativas à diligência socioambiental em processos de crédito e investimentos. Para estes casos, critérios adicionais aos já vigentes na análise de risco socioambiental estão sendo implantados de modo a capturar possíveis riscos não identificados, agindo de forma a mitigá-los de forma preventiva.

Política de Risco Socioambiental

A Política de Risco Socioambiental do Banco Santander está inserida no âmbito da PRSA da instituição, alinhada com a nova Resolução CMN 4.327/2014.

Essa Política é aplicada para o Banco de Atacado e, além da concessão de crédito, prevê a análise de questões socioambientais na aceitação de clientes. A área de Risco Socioambiental analisa a gestão socioambiental do cliente verificando itens como áreas contaminadas, desmatamento, violações trabalhistas e outros problemas para os quais existe o risco de aplicação de penalidades.

Risco Socioambiental no Varejo

No final de 2014, a área de Risco Socioambiental definiu um processo para aplicar critérios socioambientais nas análises de risco no segmento de Varejo, com foco em clientes considerados críticos. A experiência está em processo de implementação em atendimento à regulamentação da Resolução CMN 4.327/2014.

Gestão dos Impactos das Atividades da Organização

Com cerca de 50 mil funcionários a atividade do Santander Brasil gera consumo relevante de recursos como energia, água e papel. Em todas as suas frentes, o Banco adota estratégias de ecoeficiência, para minimizar impactos ambientais e custos financeiros.

Em 2015, a Política do Sistema de Gestão Ambiental foi reformulada e aprovada contemplando estes aspectos materiais da organização. Uma nova estratégia e uma nova governança foram implementadas, garantindo o envolvimento da Administração na tomada de decisão relativa às questões ambientais. Os objetivos do Banco também foram definidos.

A Nova Política de Gestão Ambiental do Santander tem como principais diretrizes:

- Atender aos requisitos legais e outros aplicáveis;
- Promover medidas orientadas à eficiência energética e hídrica, ao uso de energias renováveis, a fim de fazer o melhor uso dos recursos naturais, conservando-os;
- Promover a gestão adequada dos resíduos, incluindo os resíduos eletroeletrônicos; e
- Contribuir para o combate às mudanças climáticas por meio de melhores práticas de mensuração, reporte e redução de suas emissões de gases de efeito estufa, utilizando padrões reconhecidos nacional e internacionalmente.

Energia

O Santander Brasil possui uma meta global de reduzir o consumo de energia elétrica em 9% até 2017, contando a partir de 2015. Para 2016, estão previstas ações de redução tais como: troca de lâmpadas convencionais por tecnologia LED e revisão do parque de equipamentos de ar condicionado das agências por equipamentos mais eficientes e com menos emissões de gases de efeito estufa.

Água

A água é um tema crítico para as operações de qualquer empresa. No Santander, são adotadas práticas de redução de consumo de modo a tornar cada vez mais eficiente a operação, evitando desperdícios. Além disso, o Banco estimula seus clientes e funcionários a adotar soluções de eficiência em seu dia a dia.

Em maio de 2016, o Banco concluiu um estudo de vulnerabilidade hídrica de suas agências. O trabalho teve abrangência nacional e cruzou informações de disponibilidade hídrica oriundas de órgãos oficiais, localização de agências e ocorrências de falta d'água durante o ano de 2015, obtendo como resultado um mapa de vulnerabilidade hídrica e propostas para adaptação em pontos considerados críticos. O estudo dará origem a ações preventivas relacionadas à continuidade de negócios e dará insumos para o planejamento da Rede Comercial.

Resíduos

O Banco fez o gerenciamento dos resíduos gerados em suas unidades administrativas, destinando-os para reciclagem. Os resíduos orgânicos e não recicláveis são encaminhados para aterro licenciado. Na Torre Santander, os resíduos orgânicos são desidratados, reduzindo o volume em torno de 75%.

Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)

O tema de mudanças climáticas é estratégico para o Banco Santander já que afeta suas operações e seus clientes.

No que tange à sua própria atividade, o Santander pauta a gestão das suas emissões de GEE pela meta global de reduzir em 9% as emissões até o ano de 2017, tendo como base de comparação o ano de 2015. O acompanhamento dessa meta é feito pela Huella Ambiental, indicador global de ecoeficiência do Grupo Santander.

Desde 2008 o Santander realiza seu inventário de emissões pelo sistema do Greenhouse Gas Protocol (GHG Protocol Brasil), no qual possui certificação máxima. Em abril de 2016, o inventário 2015 foi concluído e verificado, evidenciando uma redução de 9% nos escopos I e II, relativos às emissões de combustíveis e de consumo de energia. O Banco realizou ainda a compensação das emissões deste período por meio da compra de créditos de carbono de projetos certificados.

Compromissos e metas de redução foram assumidos publicamente no Pacto Global. O Banco estimula a sociedade a reduzir e compensar suas emissões, por meio do Programa Reduza e Compense CO₂, plataforma online com dicas de redução, que permite que cada pessoa calcule e compense suas emissões com a compra de créditos de carbono.

Gestão Socioambiental de Fornecedores

O relacionamento entre o Santander e seus fornecedores considera as diretrizes do Pacto Global, iniciativa da ONU para adoção de práticas mundialmente aceitas em temas como direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, do qual é signatário desde 2007. Além dessas diretrizes, políticas locais e globais, regulações e autorregulações também estão presentes no processo de concorrência, homologação e contratação.

Durante o processo de homologação, os fornecedores são avaliados em aspectos técnicos, administrativos, legais e socioambientais, e para 100% dos fornecedores considerados críticos, o Banco possui um Índice de Qualificação de Fornecedores (IQF). Na formalização da prestação de um serviço ou aquisição de um bem, o Banco utiliza contratos que possuem cláusulas de responsabilidade socioambiental alinhadas às diretrizes do Pacto Global.

Em 2015, o Banco criou o Comitê de Fornecedores, que tem como objetivo acompanhar a gestão dos fornecedores de forma mais próxima, considerando os aspectos de Governança de Fornecedores, observando também as práticas socioambientais.

Educação Financeira

O Banco conta com iniciativas de educação financeira específicas para funcionários, clientes, acionistas e sociedade com o objetivo de elevar o nível de conhecimento dos nossos públicos sobre os produtos do Banco de forma que possam tomar decisões com segurança. Estas ações contribuem paralelamente com a constante melhoria da nossa carteira de clientes e são realizadas em linha com a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).

Em maio de 2016, o Banco esteve presente na 3ª edição da Semana ENEF. Criado para levar educação financeira a todo o país, esse evento foi lançado em 2014 pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) e conta com a participação de organizações ligadas à ENEF, como o Santander. A Santander Microcrédito participou da Semana ENEF levando a Palestra Vida Financeira para 16 de suas filiais no país. Durante a palestra, agentes de crédito orientaram clientes e interessados sobre como realizar um planejamento financeiro eficiente. Já, os voluntários do Programa Escola Brasil (PEB) realizaram a atividade “Educação Financeira na Comunidade Escolar”, que aborda os temas “Como fazer bom uso do seu dinheiro”, “Gerenciamento de dívidas” e “Família e dinheiro”. As duas ações apresentam o Selo ENEF, que reconhece que as iniciativas estão alinhadas à ENEF.

Função Controle de Risco

Tanto na corporação, como em toda unidade, existe uma área responsável pelo controle de riscos, que proporcionará uma visão consolidada dos riscos da entidade e apresentará a necessária análise crítica dos mesmos.

A função de controle prevê assegurar que a entidade não se exponha a perdas que possam prejudicar sua solvência. Para isso, além de zelar pelo controle efetivo dos riscos e assegurar que os membros são gerenciados de acordo com o nível de apetite de risco definido pela direção do Conglomerado Santander e das unidades, deverá realizar uma revisão sistemática das exposições aos diferentes riscos, comprovando que os níveis de riscos assumidos cumprem com os objetivos e limites fixados.

36. Reestruturações Societárias

Foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Conglomerado Santander.

a) Formação de Parceria com o Grupo Hyundai no Brasil

No dia 28 de abril de 2016, a Aymoré CFI e o Banco Santander celebraram documentos para a formação de uma parceria com a Hyundai Motor Brasil Montadora de Automóveis Ltda. (Hyundai Motor Brasil) e Hyundai Capital Services, Inc. (Hyundai Capital) para constituição do Banco Hyundai Capital Brasil S.A. e de uma corretora de seguros para o fornecimento, respectivamente, de produtos e serviços financeiros para o financiamento de automóveis e de corretagem de seguros, para os consumidores e concessionárias da Hyundai no Brasil. A estrutura de capital da parceria terá uma participação acionária de 50% (cinquenta por cento) da Aymoré, 25% (vinte e cinco por cento) da Hyundai Capital e 25% (vinte e cinco por cento) da Hyundai Motor Brasil. A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento das condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes.

b) Acordo para a Aquisição, de parte das Operações Financeiras do Grupo PSA no Brasil e a Consequente Criação de uma Joint Venture

No dia 24 de julho de 2015, a Aymoré CFI e o Banco Santander, no contexto da parceria firmada entre o Banque PSA Finance (“Banque PSA”) e o Santander Consumer Finance na Europa para operação conjunta dos negócios de financiamento de veículos das marcas PSA (Peugeot, Citroën e DS), assinaram documentos vinculativos para a formação de uma cooperação financeira com o Banque PSA para a oferta de uma gama de produtos e serviços financeiros e securitários aos consumidores e concessionários das marcas PSA no Brasil. O principal veículo da cooperação financeira será o Banco PSA Finance Brasil S.A. que passará a ser detido na proporção de 50% pela Aymoré CFI, subsidiária do Banco Santander, e 50% pelo Banque PSA. O preço de aquisição será igual ao valor patrimonial (proporcional) na data de fechamento. A operação engloba ainda a aquisição, por meio de subsidiárias do Banco Santander, de 100% da PSA Finance Arrendamento Mercantil S.A., cujo preço será equivalente a 74% do valor patrimonial na data de fechamento, e, ainda, de 50% da PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda., cujo preço será igual ao valor patrimonial (proporcional) na data de fechamento. A conclusão da operação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias e concorrenciais pertinentes.

A operação foi aprovada pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica em setembro de 2015 e pelo Bacen em maio de 2016 e sua conclusão ainda está sujeita ao cumprimento das demais condições suspensivas.

c) Investimento na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. (“Super Pagamentos”)

Em 3 de outubro de 2014, a Aymoré CFI assinou um acordo de investimento (“Acordo”) no qual se comprometeu a realizar um investimento na Super Pagamentos, que resultaria na subscrição e integralização de novas ações de emissão da Super Pagamentos correspondentes a 50% do seu capital total e votante.

O fechamento da operação ocorreu em 12 de dezembro de 2014 e estava condicionado à conclusão de algumas condições precedentes previstas no Acordo, inclusive a aprovação prévia do Bacen (obtida em 2 de dezembro de 2014). A Aymoré CFI subscreveu e integralizou o capital social da Super Pagamentos em R\$31.128, mediante a emissão de 20 milhões de novas ações ordinárias.

Em 4 de janeiro de 2016, a Aymoré CFI comunicou aos acionistas detentores das ações representativas dos 50% remanescentes do capital social votante da Super Pagamentos sua decisão de exercer a opção de compra de tais ações, pelo valor de aproximadamente R\$113 milhões. A transação foi concluída em 10 de março de 2016.

d) Venda da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.

Em 19 de junho de 2014, foram assinados os documentos preliminares contendo os principais termos e condições da operação de venda do negócio de custódia qualificada, atualmente desempenhado pelo Banco Santander, e da totalidade das ações de emissão da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.

Em 31 de agosto de 2015 foi concluída a operação de venda do negócio de custódia qualificada, com a alienação da totalidade das ações de emissão da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. à Santander Securities Services Brasil Participações S.A., controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha, no valor de R\$859 milhões.

A operação gerou um ganho de R\$750.550 antes dos impostos, registrado na rubrica "resultado não operacional".

A operação está inserida no contexto de uma negociação global do negócio de custódia, que envolve, além do Brasil, a atividade de custódia qualificada na Espanha e no México.

37. Outras Informações

a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$36.720.118 (30/06/2015 - R\$43.824.178).

b) O valor total de fundos de investimento e ativos sob gestão do Conglomerado Santander é de R\$13.412.860 (30/06/2015 - R\$6.124.168)⁽¹⁾ e o total de fundos de investimento e ativos administrados é de R\$211.741.859 (30/06/2015 - R\$151.040.805) registrados em contas de compensação.

⁽¹⁾ Em 31 de agosto de 2015 foi concluída a operação de venda do negócio de custódia qualificada, com a alienação da totalidade das ações de emissão da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. à Santander Securities Services Brasil Participações S.A., controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 15 e 37.d).

c) Os seguros contratados vigentes em 30 de junho de 2016, na modalidade global de bancos, incêndios, veículos e outros, têm valor de cobertura de R\$1.009.801 (30/06/2015 - R\$1.362.023) e na modalidade global de bancos, foi contratado um seguro com valor de cobertura no valor de R\$296.999 (30/06/2015 - R\$204.320), podendo ser utilizado isoladamente ou em conjunto, desde que não ultrapasse o valor contratado.

d) Os saldos relativos às operações vinculadas eram:

	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
		01/01 a 30/06/2016	30/06/2015	01/01 a 30/06/2015
Operações Ativas Vinculadas				
Operações de Crédito	-	170	10.134	629
Obrigações por Operações Ativas Vinculadas				
Depósitos	-	(170)	(10.134)	(629)
Resultado Líquido		-		-

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN 3.263/2005 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto a contraparte.

f) Outros Compromissos - o Banco Santander aluga propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis em 30 de junho de 2016 é de R\$3.107.726, sendo R\$640.704 em até 1 ano, R\$1.867.790 entre 1 a 5 anos e R\$599.232 com mais de 5 anos (30/06/2015 - R\$3.110.929, sendo R\$654.304 em até 1 ano, R\$1.854.002 entre 1 a 5 anos e R\$602.623 com mais de 5 anos). Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$670 (30/06/2015 - R\$1.073) correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesa no primeiro semestre de 2016, foram no valor de R\$324.734 (2015 - R\$335.300).

Os contratos de alugueis serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente o presente contrato, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

g) No contexto da operação de incorporação da Getnet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A. (Getnet H.U.A.H. S.A.) pela Getnet Adquirença e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.), o Banco Santander outorgou aos sócios da Getnet H.U.A.H. S.A. uma opção de venda tendo por objeto todas as ações de emissão da Getnet H.U.A.H. S.A. por eles detidas, equivalentes a 11,5% do capital total desta empresa. Considerando as condições para o exercício da opção de venda, não foi registrada nenhuma obrigação correspondente.

h) No contexto da operação de Acordo de Investimento entre o Banco Santander e Banco Bonsucesso S.A. (Banco Bonsucesso), foram outorgados entres as instituições uma opção de venda (direito do Banco Bonsucesso de venda) e de compra (direito do Banco Santander de aquisição), tendo por objeto todas as ações de emissão do Banco Bonsucesso por eles detidas, equivalentes a 40,0% do capital total desta empresa. Considerando as condições para o exercício da opção de venda, não foi registrada nenhuma obrigação correspondente.

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Av. Juscelino Kubitschek, 2235 -10 andar

São Paulo – SP – Brasil – 04543-011

Tel.: (55 11) 3553-3300

Email: ri@santander.com.br